



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO PARNAÍBA
CAMPUS MINISTRO REIS VELLOSO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA - PPGPsi

Ryanne Wenecha da Silva Gomes

**A Rota Crítica da Violência Sexual e as Práticas de Cuidado sob o Enfoque das
Perspectivas Feministas**

Parnaíba-PI

2025

Ryanne Wenecha da Silva Gomes

**A Rota Crítica da Violência Sexual e as Práticas de Cuidado sob o Enfoque das
Perspectivas Feministas**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Delta do Parnaíba, como requisito para a obtenção do título de Mestra em Psicologia.

Orientador: Prof. Dr. João Paulo Sales Macedo.

Parnaíba-PI

2025

FICHA CATALOGRÁFICA
Universidade Federal do Delta do Parnaíba

G633r Gomes, Ryanne Wenecha da Silva

A rota crítica da violência sexual e as práticas de cuidado sob o enfoque das perspectivas feministas [recurso eletrônico] / Ryanne Wenecha da Silva. – 2025.

166 p.

Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Delta do Parnaíba, 2025.

Orientação: Prof. Dr. João Paulo Sales Macedo.

1. Violência sexual. 2. Rota crítica. 3. Mulheres negras. 4. Feminismo. I. Macedo, João Paulo Sales. II. Título.

CDD: 150

Ryanne Wenecha da Silva Gomes

**A Rota Crítica da Violência Sexual e as Práticas de Cuidado sob o Enfoque das
Perspectivas Feministas**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Delta do Parnaíba, como requisito para a obtenção do título de Mestra em Psicologia.

Orientador: Prof. Dr. João Paulo Sales Macedo.

Aprovada em: 09 de julho de 2025.



Documento assinado digitalmente
JOAO PAULO SALES MACEDO
Data: 16/07/2025 16:02:35-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. João Paulo Sales Macedo
Presidente (Universidade Federal do Delta do Parnaíba - UFDPAr)



Documento assinado digitalmente
ANTONIO VLADIMIR FELIX DA SILVA
Data: 11/07/2025 19:52:24-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Antonio Vladimir Felix da Silva
Membro Interno (Universidade Federal do Delta do Parnaíba - UFDPAr)



Documento assinado digitalmente
DANIELE DE ANDRADE FERRAZZA
Data: 10/07/2025 18:07:37-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Daniele de Andrade Ferrazza
Membra Externa (Universidade Estadual de Maringá - UEM)

Para todas as Meninas e Mulheres que pude acolher e cuidar.

Agradecimentos

Agradecer, neste momento, é reconhecer a dimensão do caminho percorrido, é dar nome àquilo que me sustentou quando seguir parecia impossível. É afirmar que este trabalho não se fez apenas de teoria e método, mas também de coragem, resistência e presença. Agradecer é, sobretudo, um gesto de memória e reconhecimento: memória das batalhas internas e externas que atravessaram esta escrita e reconhecimento do que me impulsiona. Agradeço por ter resistido aos silêncios, às pausas, às dúvidas persistentes e às exigências do tempo. Agradecer, aqui, é afirmar que este trabalho só se concretizou porque foi vivido em rede, sustentado por vínculos que me lembraram, em cada passo, que não estou só.

Ao Eduardo e ao Luke, minha família, agradeço por serem minha base em todos os momentos. A presença, o cuidado e o apoio de vocês são essenciais para que eu possa enfrentar os desafios deste percurso e seguir adiante. Este trabalho também é sustentado pelo amor que compartilhamos.

Ao Professor João Paulo Macedo pelas orientações, supervisões, oportunidades oferecidas e pela confiança depositada no trabalho desenvolvido. Sou especialmente grata pelos espaços de atuação e aprendizado nos núcleos sob sua coordenação, fundamentais para minha formação acadêmica e profissional.

Ao Professor Vladimir Félix pelos ensinamentos compartilhados ao longo da minha trajetória e pela leitura atenta e cuidadosa desta dissertação, contribuindo significativamente para o aprimoramento deste trabalho.

À Professora Daniele Ferrazza pelas contribuições generosas e pela sensibilidade demonstrada na leitura deste trabalho que foram fundamentais.

Ao CACTUS e a todas as pessoas que integram esse programa, por constituírem um espaço que me realiza profundamente enquanto profissional. Apesar dos inúmeros desafios enfrentados, seguimos coletivamente inventando e reinventando modos de cuidar, reafirmando o compromisso ético e político que sustenta nossa atuação.

Especialmente, quero dedicar meus agradecimentos àquelas que talvez nunca leiam este trabalho, mas que, caso um dia isso seja possível, gostaria de expressar, com palavras que possam compreender:

Meninas e Mulheres, durante todo esse percurso de pesquisa sobre violências, me vi muitas vezes questionando: o que estou fazendo aqui? Em tantas madrugadas, aos finais de semana, em momentos que deveriam ser de descanso, eu estava ali, imersa no estudo, vendo de perto o quão difícil é romper com esse ciclo, embora nunca impossível. Em meio a essas indagações, me perguntava se toda essa energia investida valeria a pena. Isso não é uma tarefa fácil, como sabem! Mas, em cada momento de dúvida, me recordava das palavras sinceras de meninas pequeninas, de adolescentes curiosas, de mulheres tão potentes que, ao longo desse caminho, me ensinaram tanto. Agradeço pela confiança em compartilhar suas dores mais profundas e por cada encontro que me proporcionou um aprendizado imensurável. Saibam que, em cada uma de vocês, encontrei também acolhimento que fortaleceu a psicóloga iniciante, a militante, a estudante que ainda não se via como pesquisadora. Meninas e Mulheres, essas páginas, que agora se materializam, falam sobre cuidado, porque cuidar é um processo de compartilhamentos, reconstrução, constante movimento, memória viva e resistência. Obrigada pela oportunidade de escutar e ser parte das suas histórias. Continuo minha caminhada em cuidar de outras Meninas e Mulheres, e, ao mesmo tempo, sendo cuidada por elas também.

“E eu, não sou uma intelectual?”

Bárbara Carine

Resumo

A expressão “Rota Crítica” é um termo descrito por Montserrat Sagot (2000) e se refere ao caminho percorrido por mulheres para romperem/saírem da situação de violência que se encontram. Nas trajetórias de vidas de mulheres marcadas pela violência fatores estão associados tanto na condição de impulsionadores quanto de inibidores para a continuidade ou o rompimento da situação de violência. Porém, ao longo desse debate, muito pouco se tem avançado quanto a compreensão do fenômeno da violência sexual e possibilidades interventivas a partir dos marcadores de raça, gênero e classe mesmo com o avanço da produção do conhecimento orientado pelo debate de autoras feministas e movimentos sociais de gênero e raça. O trabalho teve como objetivo geral: Compreender a Rota Crítica da violência sexual, sob a perspectiva interseccional, como analisador dos processos institucionais e das práticas de cuidado, reconhecendo os elementos que compõem a rede do dispositivo da violência sexual contra mulheres negras. A pesquisa apresenta-se como uma proposta de pesquisa-intervenção, cuja proposta metodológica tem referência na Análise Institucional (AI). Foi realizada na cidade de Parnaíba-PI com 05 pessoas pertencentes a Rede de Enfrentamento à Violência Sexual. Como instrumento foram realizadas oficinas temáticas e utilizado os diários de campo. Após isso, emergiram 04 blocos temáticos, sendo: a) “A rede de elementos do dispositivo da violência sexual contra corpos negros”; b) “A Rota Crítica: entraves, desafios, resistências e o aspecto interseccional”, c) “Novas trilhas de cuidados interseccionais”, que abordam os elementos desse dispositivo; os processos institucionais, e o aspecto interseccional, com o intuito de qualificar as ações de cuidado na Rota Crítica da violência sexual contra mulheres negras e d) “A escrita sobre si, sobre todas nós, sobre o tempo”, que adentrar o processo da escrita para mulheres negras. Desse modo, como resultados o estudo apresentou o reconhecimento dos elementos do dispositivo da violência sexual, identificando as estruturas que perpetuam desigualdades e silenciamentos, evidenciando os marcadores de raça, gênero e classe como centrais na

experiência das mulheres negras. Observamos que a fragmentação da rede intersetorial compromete as práticas de cuidado, revelando a persistência de práticas individuais que resistem às questões institucionais. Assim como, observou-se que os marcadores sociais dessas mulheres continuam sendo negligenciados, comprometendo a capacidade de oferecer cuidados considerando as múltiplas desigualdades enfrentadas. A partir de nossas reflexões, desenvolvemos elementos para práticas interseccionais que considerem as realidades e vivências das mulheres negras, promovendo cuidados mais sensíveis às mulheres que são atravessadas por múltiplas formas de violência.

Palavras-chaves: violência sexual, rota crítica, mulheres negras, feminismos.

Abstract

The expression “Critical Route” is a term described by Montserrat Sagot (2000) and refers to the path taken by women to break/leave the situation of violence in which they find themselves. In the life trajectories of women marked by violence, factors are associated both as drivers and inhibitors for the continuation or rupture of the situation of violence. However, throughout this debate, very little progress has been made in understanding the phenomenon of sexual violence and intervention possibilities based on markers of race, gender and class, even with the advancement of knowledge production guided by the debate of feminist authors and social movements of gender and race. The work had the general objective: To understand the Critical Route of sexual violence, from an intersectional perspective, as an analyzer of institutional processes and care practices, recognizing the elements that make up the network of the device of sexual violence against black women. The research presents itself as a proposal for intervention research, whose methodological proposal is based on Institutional Analysis (IA). It was carried out in the city of Parnaíba-PI with 05 people belonging to the Network to Combat Sexual Violence. Thematic workshops were held as an instrument and field diaries were used. After that, 04 thematic blocks emerged, being: a) “The network of elements of the device of sexual violence against black bodies”; b) “The Critical Route: obstacles, challenges, resistance and the intersectional aspect”, c) “New paths of intersectional care”, which address the elements of this device; the institutional processes, and the intersectional aspect, with the aim of qualifying the care actions in the Critical Route of sexual violence against black women and d) “Writing about oneself, about all of us, about time”, which delves into the writing process for black women. Thus, as results, the study presented the recognition of the elements of the device of sexual violence, identifying the structures that perpetuate inequalities and silencing, highlighting the markers of race, gender and class as central to the experience of black women. We observed that the fragmentation of the intersectoral network compromises care practices,

revealing the persistence of individual practices that resist institutional issues. Likewise, we observed that the social markers of these women continue to be neglected, compromising the ability to provide care considering the multiple inequalities they face. Based on our reflections, we developed elements for intersectional practices that consider the realities and experiences of black women, promoting more sensitive care for women who are affected by multiple forms of violence.

Keywords: sexual violence, critical route, black women, feminisms.

Lista de Abreviações

AI- Análise Institucional

BDTD- Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

BVS- Biblioteca Virtual em Saúde

CACTUS- Núcleo de Atenção e Prevenção a Pessoas em Situação de Violência

CAPES- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CAPS- Centro de Atenção Psicossocial

DDM ou DEAM- Delegacias Especiais de Defesa das Mulheres

OPAS- Organização Pan-Americana da Saúde

PAISM- Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher

SciELO- Scientific Electronic Library Online

SUS- Sistema Único de Saúde

TCLE- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UBS- Unidade Básica de Saúde

UFDPAr- Universidade Federal do Delta do Parnaíba

VPI- Violência de Parceiro Íntimo

Lista de Figuras

Figura 1- O caminho das cartas	77
Figura 2- Depoimentos e histórias de vida	79
Figura 3- Participantes percorrendo o caminho das cartas	79
Figura 4- Mapeamento das Rotas Críticas.....	80
Figura 5- A obra de Rosana Paulino.....	81
Figura 6- A interseccionalidade em ação	82
Figura 7- Momento de diálogo sobre as práticas de cuidado	83
Figura 8- A Carta de Ana	92
Figura 9- A Carta de Maria.....	94
Figura 10- A Carta de Joana	96
Figura 11- A Carta de Cláudia.....	97
Figura 12- A Carta de Solange	99
Figura 13- A Carta de Rita	101
Figura 14- Produtos realizados pelas participantes	104
Figura 15- Elementos da interseccionalidade	115
Figura 16- Elementos que oprimem	116
Figura 17- Elementos de resistência	118
Figura 18- Elementos para o cuidado	122

Sumário

1 Introdução	16
2 Referencial Teórico	28
2.1 A Rota Crítica e a Violência Sexual contra Mulheres Negras: o Caminho Percorrido na Busca por Acolhimento e Validação	28
2.2 As Perspectivas Feministas, Interseccionalidade e a Violência Sexual como um Dispositivo	37
2.3 Práticas de Cuidado: da Integralidade às Novas Trilhas de Cuidado Interseccionais	60
3 O Percorso Metodológico da Pesquisa	69
3.1 Local da Pesquisa	72
3.2 Participantes	73
3.3 Procedimentos	74
3.4 Instrumentos	74
3.5 Aspectos Éticos	86
4 Resultados e Discussões	88
4.1 A rede de elementos do dispositivo da violência sexual contra corpos negros	89
4.2 A Rota Crítica: entraves, desafios, resistências e o aspecto interseccional	104
4.3 Novas trilhas de cuidados interseccionais	121
4.4 A escrita sobre si, sobre todas nós, sobre o tempo	133
5 Considerações Finais	148
Referências	153
Anexo	164
Anexo I- Termo de Consentimento	164

1 Introdução

Ao longo da minha trajetória enquanto estudante e profissional, me deparei repetidamente com a complexidade e criticidade que permeiam a violência sexual contra meninas e mulheres. No Brasil, é desafiador a elaboração, a execução e a avaliação de políticas, bem como de planos de ação por parte dos serviços e profissionais para lidar com essa problemática devido a multifatorialidade que o fenômeno apresenta. Essa justificativa reverberou em todos os espaços nos quais havia uma oportunidade de atuar, sendo geradora de profundas reflexões sobre o problema. Escrever sobre a violência sexual não apenas evoca relembrar os encontros marcantes, mas também está profundamente ancorada em um compromisso com essa realidade.¹

Os encontros que tive ao longo da vida e a busca incessante por cuidar, foram significativos e impulsionadores para estudar e pesquisar sobre a violência sexual contra meninas e mulheres. Quando ainda era estagiária no curso da área da saúde (2008-2009), no pronto socorro de um hospital local, mesmo que sem estar ativamente envolvida, presenciando os relatos de meninas e mulheres, que se dividiam entre a raiva (pelas falhas em sua proteção) e a culpa (impostas pela responsabilização) pelo vivido, estes causavam indignação pela falta de informação sobre quais passos elas deveriam seguir, os procedimentos rígidos que precisavam ser cumpridos e sobre a pouca atenção dada àquela difícil e dilacerante situação vivida, permeada de desamparo. Ou pelas narrativas de mulheres e suas dores, trazidas ao Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), que, além de lidarem com o sofrimento psíquico decorrente de inúmeras perdas ao longo da vida, ainda enfrentavam a constante lembrança do

¹ Neste trabalho, adoto uma escrita com foco nas mulheres para dar centralidade às experiências das mulheres que acolhi, que são as protagonistas desta pesquisa. Essa escolha reflete um posicionamento político, alinhado às perspectivas feministas que permeiam todo o trabalho. De maneira semelhante, optei também por utilizar a expressão “pessoa pertencente a rede de enfrentamento” refletindo um compromisso com a linguagem inclusiva. Em respeito à autonomia e dignidade das mulheres, será utilizada a expressão "mulheres em situação de violência", escolha que reflete a importância de não reduzir identidades a violação e de enfatizar seus processos de resistência.

trauma causado pela violência vivida na juventude. Ou ainda, quando estive como voluntária em uma experiência extracurricular na Unidade Básica de Saúde (UBS), acolhendo pessoas que conviveram com as marcas da violência durante muito tempo, cujo medo com a própria, era aterrorizante ao imaginarem ter que reviver tudo aquilo novamente.

No primeiro curso de graduação (2008-2013) e no voluntariado no programa social em educação, não foi diferente. Os encontros me causavam inquietação em saber como aquele sistema poderia contribuir para ajudar pessoas que tiveram seus direitos violados. Eram situações que demonstravam o pouco preparo de uma equipe profissional para falar sobre o tema, a insegurança em terem que realizar uma notificação e a falta de propostas que oferecessem caminhos para a atuação no enfrentamento da violência sexual.

Sendo profissional da emergência de um hospital (2017-2018), me deparava com casos em que a minha atuação tinha limitações. Em meio ao turbilhão de tarefas e burocracias a cumprir, a acolhida e a prestação de informações pela equipe não eram suficientes para abrandar o choro e o olhar assustado daquelas meninas e mulheres. Restava para a equipe o encaminhamento vago, e em mim o nó na garganta por fazer apenas o que era da minha competência, sem possibilidades de nenhuma articulação que ampliasse as formas de cuidado e acompanhamento dos casos.

Já no curso de Psicologia (2017-2023), a problemática da violência sempre se apresentava, como se precisasse entrar em contato com ela e vê-la de outra forma. No estágio na Casa de Acolhimento local, a intervenção não era sobre violência sexual, mas os casos a faziam presente novamente. A experiência me proporcionou um encontro com uma determinada adolescente que teve que ser afastada do seu convívio familiar, do seu quarto, seus sonhos, suas amigas de vizinhança e adentrar em outro universo, devido a violência vivida. Sem

saber bem o porquê, nem o que iria acontecer, tinha poucas informações sobre seus direitos e o mundo que tinha deixado lá fora.

Nesse momento passei a ler e estudar sobre a violência sexual e a atuação da Psicologia, questionando com as minhas leituras, ainda muito iniciais: como a Psicologia pode contribuir no enfrentamento desse problema? Que ferramentas, como acolher e intervir? Por que os serviços, esses que atuei, não são articulados para atender essas pessoas? Por que as informações são tão desconectadas da realidade de quem vive? O curso de Psicologia não apresentava debate aprofundado sobre a questão, e quando apresentava, abordava superficialmente os aspectos relacionados às formas de cuidado e intervenção. Ciente de que embarcar nesse caminho seria um percurso sem volta, ao passo de aprofundamentos, leituras e encontrando novas referências, a temática me instigava cada vez mais a trabalhar sobre e com isso.

No caminhar do curso de Psicologia surge a oportunidade de um projeto de extensão (2020- atual), que iria trabalhar a temática e atender pessoas em situação de violência, o CACTUS. O Núcleo de Atenção e Prevenção a Pessoas em Situação de Violência (CACTUS), me proporcionou aprendizados para além do esperado, também me fez ser movimento para que pudesse acontecer o seu maior objetivo. Os encontros com novas leituras, as atividades realizadas, os cursos ministrados, a articulação com a rede local, e o desejo de um espaço possível para atender pessoas em situação de violência. É um lugar de construção e aprendizado constantes, que foi sendo possível atuar e possibilitar também, uma atuação implicada com a questão. Essa relação com o atualmente programa de extensão, me fazia cada vez mais refazer as perguntas e pensar em respostas. As leituras e intervenções sempre confirmavam aquela inquietação de rede frágil, sobrecarregada e sem direção.

Nas oportunidades surgidas, enquanto aprendiz, ser estagiária do sistema de justiça (2022-2023) me possibilitou ratificar aquilo pensado. Trabalhar com violência não é tarefa fácil, precisa-se de um exercício constante para acolher o outro e se acolher também. Esses encontros eram dilacerantes. Parecia que eu não tinha ouvido nada sobre dor, até ter encontros com meninas e mulheres que relataram suas dores. Entre infâncias roubadas e anos de convívio com as marcas da violência, estava a pilha de produção de documentos e relatórios que o trabalho exigia cumprir. De um lado os encontros possibilitaram acolhimento e direção, do outro indignação pela morosidade de uma justiça majoritariamente elitista e patriarcal.

Como estudante estagiária e, posteriormente, psicóloga no programa de extensão (2022-atual), prestando atendimento semanal a pessoas em situação de violência sexual ou exercendo outras funções, a problemática ainda se inscreve, seja nas narrativas das pessoas atendidas, na desorientação das familiares sobre a questão, no diálogo com outras profissionais, na articulação com serviços da rede, nos desafios e limitações da própria atuação. Como profissional surge, para além das reflexões anteriores, a busca pelo cuidado às pessoas em todas as dimensões.

Ao longo do caminhar da pesquisa, enquanto pesquisadora começo a indagar aquilo que orienta e direciona a minha posição diante desse fenômeno. Em face e confrontada com a complexidade que a temática da violência sexual se inscreve ao longo do tempo, se faz necessário redirecionar o olhar, a atitude e a produção, para perspectivas que desafiem estruturas estabelecidas.

* * *

Entende-se que a violência sexual é qualquer tentativa, obrigação ou concretização de ato sexual que anule a vontade pessoal, submetendo-a a relação de poder, submissão e dominação, bem como comentários ou investidas de cunho sexual indesejados, atividades

relacionadas ao tráfico sexual, ocorrências que se manifestem por meio de coação, seja em âmbito doméstico, profissional ou de outros espaços. Tal coação pode se apresentar por diversas formas: força física, toques indesejados, intimidação psicológica, exibicionismo, ameaças ou chantagens, com a incapacidade da pessoa em consentir, seja por embriaguez/entorpecimento, adormecimento ou condição mental e estágio de desenvolvimento para compreender a situação (Krug et al. 2022).

De acordo com a Lei Maria da Penha (Lei Nº 11.340/2006) a violência sexual é compreendida como qualquer forma de conduta que obrigue mulheres a presenciar, manter ou participar de relações sexuais não desejadas por meio de intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que inclusive as induza à exploração comercial da própria sexualidade; como também impeça de acessar métodos contraceptivos ou as force ao casamento, gravidez, ao aborto ou à prostituição. Sendo utilizada para isso a coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que restrinja ou anule seus direitos sexuais e reprodutivos.

No Brasil, os dados sobre a violência sexual demonstram a complexidade da questão. O Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2024) apontou que somando todas as modalidades de violência, o total de mulheres afetadas em 2023 alcança 1.238.208 casos. Nos dados obtidos, o número de casos de estupro, incluindo o estupro de vulnerável registrou um aumento de 5,3%, atingindo pelo menos 72.454 mulheres e meninas. Na maioria dos casos de situação de violência sexual estão: meninas (88,2%), negras (52,2%) que seguem sendo as maiores violadas. Com relação à idade (61,6%) tinham no máximo 13 anos, ou seja, crianças e adolescentes continuam sendo a faixa etária mais violada. No que corresponde à autoria da violência, a maioria dos casos são praticados por pessoas conhecidas da pessoa ou da família (84,7%).

Os dados alarmantes do Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2024), ainda evidenciam o aumento em todos os âmbitos da violência. O número de feminicídios no Brasil

atingiu os 1.467 casos, representando o maior índice já registrado. Também registraram aumento da violência doméstica, sendo 258.941 casos registrados. Os registros de assédio sexual também obtiveram crescimento, com (28,5%) totalizando 8.135 casos, e da importunação sexual com crescimento de (48,7%), registrando 41.371 casos no ano anterior.

Com o intuito de desenvolver estratégias de enfrentamento, prevenção, assistência e garantia de direitos para essas pessoas em situação de violência, foi construída e consolidada uma Rede de Enfrentamento, que comporta serviços governamentais, instituições não-governamentais e a comunidade a partir da Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Já os serviços que atendem diretamente as pessoas, como saúde, assistência social, justiça e segurança pública, fazem parte de uma Rede de Atendimento, que objetiva dentro de suas ações prestar atendimento humanizado, integral e com encaminhamentos. Essa rede de atendimentos comporta duas categorias de serviços, aqueles não-especializados de atendimento à mulher, e os serviços especializados que possuem objetivo definido para esse atendimento (Brasil, 2011a). A Rede de Atendimento deve trabalhar de forma articulada e ter a configuração de continuidade, por considerar o percurso que a pessoa em situação de violência necessita ser acompanhada por esses serviços, para um atendimento integral e qualificado sobre a situação vivida e, sobretudo, que não seja revitimizante (Brasil, 2011b).

Por vezes, estes serviços não oferecem acolhimento necessário e práticas de cuidado sensíveis para as mulheres em situação de violência, implicando em procedimentos rígidos, entrevistas padronizadas, práticas individualizadas e revitimização. Além disso, podem não oferecer durante esse percurso, direcionamentos sobre quais caminhos seguir em busca de acolhimento, seja por problemáticas internas das estruturas e políticas desses serviços, como também pela concepção de quem os conduz, do ponto de vista técnico-profissional, de gestão, ou mesmo ético-político, sobre o fenômeno da violência sexual. Como consequência, esse caminhar por parte das mulheres em situação de violência, se configura como uma rota crítica

para quem precisa percorrer tais trajetórias em busca do rompimento do ciclo de violência, com acolhida e cuidado.

A expressão “Rota Crítica” é um termo descrito por Montserrat Sagot (2000) e se refere ao caminho percorrido por mulheres para romperem/saírem da situação de violência que se encontram. Trata-se de uma situação de extrema vulnerabilidade e fragilização que envolve inúmeras mulheres que vivem em situação de violência sexual, e que exige sucessivas tomadas de decisão e apoio institucional para a garantia de direitos. Normalmente é iniciada com a quebra do silêncio, quando mulheres decidem revelar a violência sofrida e pedir ajuda. Nessa trajetória da chamada “Rota Crítica” alguns fatores estão associados, tanto na condição de impulsionadores quanto de inibidores, para a continuidade ou o rompimento da situação de violência, tais como: conhecimento, percepções, atitudes, histórico de vida, rede de apoio, obstáculos, acesso aos serviços, dentre outros.

Porém, ao longo desse debate, muito pouco se tem avançado quanto a compreensão do fenômeno da violência sexual e possibilidades interventivas a partir dos marcadores de raça, gênero e classe mesmo com o avanço da produção do conhecimento orientado pelo debate de autoras feministas e movimentos sociais de gênero e raça. É incontestável que o conjunto desses fatores atuam na subjetividade das pessoas em situação de violência, contribuindo sobre como percebem e percorrem caminhos na busca por ajuda e encontram apoio, suporte e acolhida para romperem o ciclo da violência.

Sueli Carneiro (2003), oferece um questionamento fundamental para a reflexão dentro dessa questão: “como é possível que o racismo, a discriminação racial e a violência racial permaneçam como tema periférico no discurso, na militância e em boa parte das políticas sobre a questão da violência contra a mulher” (p.16). O silêncio que envolve o racismo, nas microagressões cotidianas pode ser apontado nesse debate. O descuido com as especificidades das pessoas negras nos serviços de saúde, começa por exemplo, quando não se coleta o quesito

cor/raça que estão presentes nos formulários. Descuidar de questões como essas é tornar invisível questões importantes para pensar ações de cuidado.

Por isso a importância da existência de uma rede intersetorial estruturada na implementação de protocolos assistenciais de cuidados e proteção de direitos, acompanhado da permanente qualificação de profissionais para garantir uma abordagem multidisciplinar e interdisciplinar com acolhimento (Arboit et al, 2019), inclusive sob um olhar interseccional de raça, gênero e classe.

No momento de pós revelação e busca por ajuda, devido a uma violência sofrida, os encontros com as pessoas operadoras da Rede de Enfrentamento se fazem de diversas formas, por vezes com cuidado, acolhimento e com compreensão da situação vivida. No entanto, em outras situações, com postura e ações revitimizantes e imprimindo outras violências para aquelas mulheres que já tiveram seus direitos violados.

A importância do cuidado para as pessoas em situação de violência, se destaca como uma atitude essencial. O cuidar, implica na aproximação e ir ao encontro do outro, para de forma colaborativa promover a vida. Nessa perspectiva, o cuidar deixa de ser apenas um ato de assistência ou prevenção isolado, e passa a ser encarado como uma proposta ética, uma atitude, uma maneira de ser, que conduz toda a experiência da pessoa e sua abordagem de responsabilidade profunda, em relação às particularidades da vida e de quem se relaciona (Zoboli, 2007).

Entretanto, os estudos sobre o funcionamento da rede de serviços demonstram as fragilidades da Rede de Enfrentamento e Atendimento às mulheres em situação de violência sexual, principalmente as mulheres negras, considerando os marcadores de raça, gênero e classe. Esses serviços deveriam estar articulados para favorecer um atendimento acolhedor e sensível aos marcadores sociais e vivências dessas mulheres, para assim possibilitar

direcionamentos efetivos, que rompam com as desigualdades estruturais e promovam o acesso aos direitos.

Além disso, é preciso reconhecer e apontar que a violência sexual contra mulheres negras opera como um dispositivo (Foucault, 2007; Sueli Carneiro, 2023) articulando saberes, discussões, práticas e instituições que produzem efeitos sobre esses corpos. Como dispositivo, incide sobre os esses corpos o envolvimento de uma rede de elementos que controla e normatiza os modos de existência, intensificando as injustiças e a vulnerabilização.

Pelo exposto, tomamos como pergunta de partida para a presente pesquisa: Como a Rota Crítica da violência sexual contra mulheres negras, sob a perspectiva interseccional, pode ser analisada para compreender os processos institucionais de cuidado? Quais elementos compõem a rede da violência sexual e gênero como um dispositivo? Quais são as práticas instituintes de cuidado e modos coletivos de enfrentamento dos elementos que compõem a rede do dispositivo dessa violência sexual?

Como objetivo geral pretendemos: Compreender a Rota Crítica da violência sexual, sob a perspectiva interseccional, como analisador dos processos institucionais e das práticas de cuidado, reconhecendo os elementos que compõem a rede do dispositivo da violência sexual contra mulheres negras.

Objetivos Específicos:

- Reconhecer elementos que compõem a rede do dispositivo da violência sexual;
- Problematizar as práticas de cuidado prestadas às pessoas em situação de violência sexual na rede intersetorial;

- Produzir junto com as participantes novas trilhas de cuidados sob a perspectiva interseccional, que possam ser prestados às pessoas em situação de violência sexual na rede intersetorial;
- Desenvolver elementos feministas para reposicionamento das práticas de cuidado às pessoas em situação de violência sexual.

Longe de pactuar com a academização rasa dos conceitos e a desconexão da realidade prática, é oportuno situar minha identidade de mulher, preta e trabalhadora que acolhe e também é atravessada pelas narrativas de mulheres negras em situação de violência sexual, bem como a profundidade necessária de abordar as intersecções das opressões. Ao observar que os caminhos percorridos pelas mulheres negras não são apenas na busca por ajuda, mas também pela validação de suas dores, que muitas vezes são descredibilizadas e silenciadas. E que além disso, ainda é preciso dar vozes as estatísticas referentes a violência sexual no Brasil, que afetam de forma desproporcional as mulheres negras e continuam a crescer. É pertinente pensar na Rota Crítica da violência sexual em uma perspectiva que analisa como as múltiplas formas de opressão se entrelaçam e impactam nas experiências de vida das mulheres negras, possibilitando uma compreensão profunda desse fenômeno tão complexo.

Portanto, o que se traz ao debate no cenário da Rota Crítica da violência sexual, pelas perspectivas feministas e pela lente interseccional é a necessidade de reposicionar o entendimento sobre tal conceito e fenômeno. Isso permite verificá-los sob outro ponto de vista, ampliando o debate para pensar os elementos críticos dessa problemática, para compreender o problema por outra ordem, que desafie os sistemas dominante de opressão como o racismo, sexismo, misoginia e as desigualdades.

Por isso, na construção desta dissertação, a escolha de autoras feministas interseccionais e também decoloniais tem uma justificativa na necessidade de uma análise que reconheça tanto a complexidade das diversas opressões, quanto a dimensão histórica dos processos coloniais

que sustentam as violências. Embora tenhamos o entendimento de que a interseccionalidade enfatize as interseções de diferentes marcadores sociais na produção das desigualdades e se concentre na articulação das opressões dentro dos contextos, e a decolonialidade vem apontar para a persistência das estruturas coloniais, revelando como a modernidade oculta suas hierarquias com seus discursos universalizantes.

No entanto, diante da magnitude da violência sexual contra mulheres negras, este estudo nesse momento, se atém aos pontos de convergência entre essas perspectivas, enfatizando pontos de discussões importantes que contribuem para uma compreensão mais ampla das dinâmicas institucionais. Como a crítica a essas hierarquias que são estruturais, reconhecendo que as desigualdades não ocorrem de modo acidental, mas sim bem definidas e estruturadas por um sistema que explora e exclui os corpos; no reconhecimento de que a violência contra mulheres não pode ser analisada de uma forma isolada pelas instituições, tanto porque deve-se ter atenção as especificidade dos marcadores, quanto pela própria estrutura da instituição que produz e mantém as violências; e o cuidado na valorização das experiências das mulheres negras para se analisar as realidades existentes, sem desconsiderar a necessidade de repensar estratégias de enfrentamento e resistência. Assim, não será discutido e problematizado aqui sobre possíveis divergências entre essas perspectivas, o que obviamente não cabe neste estudo e não abarca o foco da discussão no momento.

Com isso, o trabalho situa-se no campo feminista, sob a perspectiva de Montserrat Sagot, Sueli Carneiro, Angela Davis, Carla Akotirene, Patricia Hill Collins, Lélia Gonzalez, Françoise Vergès, Rita Segato indicando aqui a condução das reflexões e discussões do presente estudo. A pesquisa produziu e possibilitou junto com as participantes, que são trabalhadoras e atuantes da Rede de Enfrentamento a violência contra às mulheres do município de Parnaíba-PI, reflexões e novas atitudes, que poderão ser prestadas aos cuidados para essas mulheres. Cuidados, com enfoque nas autoras feministas, nas quais criticam os modelos estabelecidos e

buscam um novo posicionamento sobre o fenômeno. Assim, a relevância do estudo reside em trazer para o debate o aspecto interseccional, para qualificar as ações de cuidado na Rota Crítica, considerando o perfil das meninas e mulheres negras em situação de violência sexual no Brasil, contexto diferente daquele em que o termo foi cunhado.

Esta dissertação está estruturada em três grandes eixos que orientam a análise da Rota Crítica da violência sexual contra mulheres negras. No referencial teórico, apresento a Rota Crítica e a violência Sexual contra mulheres negras e o caminho percorrido na busca por acolhimento e validação, articulando as perspectivas feministas, interseccionalidade, a violência sexual como um dispositivo e a discussão sobre as práticas de cuidado e as novas trilhas de cuidado interseccionais. No percurso metodológico, detalho o contexto da pesquisa, as participantes, os procedimentos adotados na intervenção e os cuidados éticos envolvidos. Os resultados e discussões são organizados em quatro eixos analíticos, a saber: a rede de elementos do dispositivo da violência sexual contra corpos negros; a Rota Crítica, os entraves, desafios, resistências e o aspecto interseccional, as novas trilhas de cuidados interseccionais e a escrita sobre si, sobre todas nós, sobre o tempo. Por fim, as considerações finais trazem reflexões sobre as contribuições do estudo e a importância de aprofundamentos nessa temática.

2 Fundamentação Teórica

No processo de busca por ajuda para romper o ciclo da violência, as mulheres em situação de violência sexual percorrem um caminho entre diversos serviços da rede intersetorial, em que muitos fatores estão incluídos para a tomada de decisão, sejam aqueles que impulsionam para continuarem o processo da busca por ajuda e acolhimento, seja aqueles que dificultam o avanço desse percurso. No caminho, a pessoa que teve seus direitos violados é submetida, através dos serviços presentes na rede, a adentrar por lembranças, traumas e dores de uma violência sexual vivenciada.

O presente capítulo objetiva apresentar o conceito da Rota Crítica, a partir da revisão de literatura apontando os estudos que utilizam ou dialogam com o conceito, os aspectos trabalhados, propostos e os avanços nesse tema. Em seguida, dialogar sobre as perspectivas feministas e a interseccionalidade descrevendo a visão conceitual e a rede de elementos do dispositivo da violência sexual contra mulheres negras. Por fim, apontar sobre o cuidado e como o debate interseccional poderá qualificar as ações técnico-profissionais e ético-políticas das pessoas operadoras dos serviços.

Ao integrar nessa perspectiva o aspecto interseccional, com o intuito de qualificar as ações de cuidado, espera-se promover uma compreensão mais abrangente e inclusiva, considerando as diversas camadas de opressão que podem influenciar nas vivências das mulheres negras em situação de violência sexual. Proposta fundamental para desenvolver políticas e práticas mais sensíveis, com a possibilidade de oferecer suporte adequado considerando os marcadores presentes.

2.1 A Rota Crítica e a Violência Sexual contra Mulheres Negras: o Caminho Percorrido na Busca por Acolhimento e Validação

O estudo da “Rota Crítica” por Montserrat Sagot (2000), apresenta-se como um relato da experiência desenvolvido em 16 localidades (urbanas e rurais), situadas em 10 países, 7 na América Central e 3 nos países andinos (Peru, Bolívia e Equador), no qual foi desenvolvido entre os anos de 1996 e 1998, com iniciativa ligada à Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS). O objetivo do trabalho aludido foi a compreensão das características da violência intrafamiliar contra mulheres, propondo recomendações e intervenções ao problema.

Com o intuito de alcançar este objetivo, a proposta teve como foco o conhecimento das vivências das 315 mulheres em situação de violência intrafamiliar, dentro do percurso que caminham para o pedido de ajuda. No estudo foram realizadas entrevistas com as mulheres, com idade entre os 15 a 69 anos, como profissionais que compõem a rede de serviços (saúde, justiça, educação, setor comunitário) e também com a própria comunidade. Com critérios bem estabelecidos, foram efetuadas além das entrevistas semiestruturadas e em profundidade, análises documentais e grupos focais (Sagot, 2000).

Com o objetivo de compreender este conceito da Rota Crítica e os aspectos trabalhados sobre o tema, foi realizada uma revisão na literatura disponível. Essa revisão possibilitou não apenas identificar as principais abordagens, mas também avaliar os avanços e as lacunas no conhecimento atual, com a compreensão mais abrangente e atualizada do tema.

Assim, no levantamento realizado para esta revisão de literatura, em maio de 2023, através do Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e nas bases Scientific Electronic Library Online (SciELO), Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), foram utilizados nas buscas os descritores: rotas críticas AND violência sexual, rutas criticas AND violencia sexual e critical pathways AND sexual violence, não sendo estabelecido um recorte temporal, considerando a necessidade de verificar a maior abrangência de trabalhos.

Como critério de inclusão foram considerados artigos científicos, teses e dissertações nos idiomas português, inglês e espanhol, que utilizassem ou dialogassem com o conceito “Rota Crítica”, ou termo relacionado ao caminho percorrido pelas pessoas em situação de violência sexual na rede intersetorial. Pelos critérios de exclusão, foram descartados resenhas, livros, trabalhos apresentados em congressos e eventos, artigos repetidos nas bases analisadas e trabalhos que abordassem os termos de forma pontual, sem fundamentação teórica.

As publicações foram exportadas para o *Zotero*, um software destinado à organização das referências encontradas. Em seguida, foram removidos os estudos duplicados, feita a leitura dos títulos e resumos, e realizada uma análise na íntegra da amostra final. Os estudos selecionados foram então organizados em um banco de dados, contendo as seguintes informações: ano de publicação, autoria, título, nome da revista, tipo de estudo, método, conceito Rota Crítica, aborda interseccionalidade, conclusão e contribuições para este estudo.

No total, foram encontrados 165 estudos. A leitura dos títulos e resumos foi realizada para 113 desses trabalhos. Por fim, apenas 13 trabalhos foram selecionados para a análise final. Os estudos apontam 02 categorias que podem ser evidenciadas e são pertinentes para discussão: 1) Identificação de trajetórias percorridas e dificuldades de acesso ao serviço de acolhimento/atendimento; 2) A implicação da Rota Crítica na atuação multiprofissional.

Os trabalhos destacam a análise da Rota Crítica de mulheres no enfrentamento das situações de violência de gênero, e sua implicação em situações em que o aborto é previsto em lei. Além de relacionar a Rota Crítica com a análise do discurso a partir das perspectivas das mulheres e de profissionais envolvidas no atendimento, as investigações giram em torno de como as práticas de atenção profissional interferem no enfrentamento à violência, bem como indicam a necessidade de treinamento e difusão de protocolos de ação entre profissionais de saúde para atendimento adequado das mulheres.

Pode-se observar na amostra, que a Rota Crítica da violência é uma temática apresentada desde 2003, mas que recebeu maior atenção entre 2018 e 2023, período em que ocorreram 10 das 13 publicações. O trabalho de Dienemann et al. (2003), realizado em três hospitais dos Estados Unidos e com a participação de quatro pessoas pesquisadoras e treze clínicas, aborda o conceito de Rota Crítica como uma ferramenta interdisciplinar, que ajuda a identificar e intervir de forma mais eficaz na demanda das mulheres que vivenciaram a violência por seus parceiros íntimos, por meio da padronização da avaliação e do tratamento em diferentes ambientes de saúde.

Provecho et al. (2018), estudaram a intervenção de profissionais da saúde especializados em casos de violência de parceiro íntimo (VPI) contra mulheres, aplicaram um questionário com mais de 1.500 profissionais de um hospital espanhol, em que observaram a necessidade de melhorar a formação e a sensibilização de profissionais da saúde por meio de treinamentos adequados. Neste contexto, a Rota Crítica se configura com todos os procedimentos, desde a identificação precoce da violência até a avaliação de risco e a intervenção adequada.

Ainda dentro do escopo da violência de parceiro íntimo, Assis (2018) utilizou a Análise de Discurso Crítica para compreender os sentidos imbuídos nos discursos de mulheres em situação de VPI e de profissionais que participam desse atendimento no município do Rio de Janeiro. O trabalho destaca que a identificação e o reconhecimento da violência não se traduzem, necessariamente, em um início da Rota Crítica e denúncia do agressor, pois esta é uma decisão complexa.

O artigo de Meneghel (2012) menciona o conceito de Rota Crítica como uma ferramenta potente para ser utilizada em pesquisas sobre a violência de gênero, e sintetiza o Seminário Rotas Críticas III, ocorrido em Porto Alegre no ano de 2011, que tinha como foco situações limite da violência de gênero (feminicídio). Este seminário objetivou discutir dados de pesquisa

sobre a violência de gênero e identificar fatores catalisadores, inibidores, facilitadores e dificultadores do processo vivido pelas mulheres até o momento em que a violência é interrompida.

Para D'Oliveira e Schraiber (2013), a violência doméstica e sexual contra a mulher assumiu caráter de problema de saúde pública nas últimas décadas. As autoras discutem a Rota Crítica das mulheres e as questões que as afetam, bem como a necessidade de uma rede intersetorial de atenção para lidar com a violência doméstica, como dois assuntos interligados. Além de destacar a importância de profissionais dos serviços de saúde na garantia dos direitos das mulheres.

O estudo de caso de Fonseca (2018) foi realizado com pessoas trabalhadoras da saúde, com grupos focais em Unidades Básicas de Saúde em Porto Alegre (RS), e objetivou conhecer a equidade na atenção às mulheres em situação de violência na atenção básica. A autora destacou em seus resultados, que as pessoas trabalhadoras da saúde não tinham percepção da implicação da violência na perspectiva de gênero, tampouco de sua forma estrutural como principal obstáculo às ações de acolhimento e atendimento em casos de violência. Além disso, mostrou como uma rede de atendimento não articulada é incapaz de oferecer visibilidade e acolhimento às mulheres em situação de violências.

Gimenes (2021) investigou o impacto das práticas de assistência implementadas pelas profissionais na abordagem das políticas de combate à violência contra mulheres. A pesquisa empírica se fundamentou na pesquisa documental de materiais, e na análise de entrevistas conduzidas com profissionais que atuam nos serviços de assistência a mulheres na cidade de São Paulo. Durante o estudo, foram identificadas estratégias de mobilização e articulação por meio de redes de enfrentamento a essa problemática. Dentre as conclusões de seu estudo, a autora sinaliza as ações pessoais das profissionais, articulações políticas, qualificação

profissional e entendimento das dimensões materiais da vida das mulheres em situação de violência, como práticas que traduzem um trabalho qualificado.

Arboit et al. (2019) e Tassinari (2020) desenvolveram estudos em locais de referência no atendimento à mulher em situação de violência distribuídos pela cidade de Santa Maria (RS) e com estudantes universitárias da mesma cidade, cujo objetivo foi analisar a Rota Crítica de mulheres estudantes universitárias ou não, no enfrentamento da violência de gênero. Arboit (2019) destaca a importância da organização da rede de atenção às mulheres em situação de violência e sugere que o início da Rota Crítica se dá com o entendimento e reconhecimento, por parte das mulheres, da violação que estão vivenciando, antes da tomada de decisão para a quebra do silêncio. Tassinari (2020) aponta que as estudantes universitárias, em sua maioria, não iniciam a Rota Crítica por falta de conhecimento de serviços que podem oferecer auxílio, e que ainda que muitas delas quebrem o silêncio, não o fazem nos setores institucionais que frequentam, mas apenas entre as pessoas próximas de seu círculo de confiança.

Os fatores que impulsionam ou inibem a busca por ajuda também fazem parte do trabalho de Baragatti et al. (2019), que analisaram elementos da Rota Crítica das mulheres em situação de violência doméstica, possibilitando a identificação de barreiras e obstáculos enfrentados pelas mulheres que procuram ajuda, como também das possíveis formas de melhorar o atendimento dessas mulheres. As autoras realizaram uma revisão integrativa em 38 artigos, publicados de 2001 a 2017 e concluíram que a Rota Crítica das mulheres em situação de violência doméstica se apresenta em seu aspecto formal e informal.

Place et al. (2019) investigaram a Rota Crítica percorridos por 23 mulheres em situação de violência sexual em estados diferentes da Guatemala, e observaram que as rotas para alcançar e se envolver com os serviços de saúde variaram muito no país, mas há padrões que são notáveis em todas as 23 Rotas Críticas. Por meio de entrevistas, as autoras indicam que a experiência da

sala de espera, a capacidade de tomar decisões ativas, o consentimento informado e o apoio emocional são componentes importantes da qualidade do atendimento de saúde para as mulheres em situação de agressão sexual na Guatemala. O artigo conclui que é importante criar e fortalecer mecanismos de apoio social e serviços de saúde competentes, sensíveis e informados sobre traumas para acompanhar as mulheres à medida que elas se movem em direção à reconstrução de suas vidas após a violência sexual.

A Rota Crítica percorrida por mulheres em busca de serviços de aborto legal após passarem por situações de violência sexual é o tema do artigo de Santos e Fonseca (2022). As autoras analisaram como essa rota permitiu a identificação das demandas de saúde em diferentes estágios do processo, evidenciam os obstáculos enfrentados e as estratégias adotadas para superá-los. Compreensão que pode auxiliar na formulação de políticas eficazes e para o aprimoramento da assistência oferecida pelos serviços. As mulheres entrevistadas enfrentaram múltiplos obstáculos ao buscar o aborto legal, gerando demandas de aspectos físicos, emocionais e sociais, que nem sempre são contempladas nos serviços.

Ruschel et al. (2022) também usaram do conceito de Rota Crítica para identificar os momentos de maior complexidade e resistência enfrentados por mulheres ao buscarem o acesso ao aborto legal. Essa identificação contribui para a formulação de políticas públicas mais eficazes, visando garantir o exercício desse direito. O trabalho conclui com a importância do acesso ao aborto legal, além de destacar a importância do conceito de Rotas Críticas para alcançar a compreensão das trajetórias enfrentadas por mulheres em busca do aborto legal, após descoberta da gravidez em consequência da violência sexual.

Estes trabalhos corroboram com o encontrado por Sagot (2000), quando enfatiza que as respostas encontradas dentro da trajetória percorrida pelas mulheres em situação de violência muitas vezes são revitimizantes, fragmentadas e sem acolhimento. Aliado a isso, existe o fator

da concepção das mulheres sobre a violência sofrida e suas formas de enfrentamento; as quais, muitas vezes, possuem o entendimento que sofreram agressões, mas não se reconhecem como sujeitas de direitos. Em muitos casos, as mulheres apresentam tomada de decisão limitadas por não visualizarem opções na busca por ajuda (Assis, 2018). Fatores como pouca instrução, sentimento de culpa, medo e vergonha, normas culturais de gênero ou serem imigrantes são exemplos de inibidores identificados na pesquisa de Baragatti et al. (2019).

Os fatores determinantes na busca por ajuda podem ser tanto internos, associados a “procesos personales, sentimientos, representaciones sociales y razonamientos de las mujeres” (Sagot, 2000, p. 91), quanto fatores externos que envolvem o que as mulheres recebem do meio externo, “apoyos, recursos materiales, información, existencia y calidad de los servicios, aumento de la violencia o efectos de la violencia en otras personas de la familia” (Sagot, 2000, p. 91). Esses fatores externos influenciam os processos internos das mulheres, e estes por sua vez interferem nas respostas dos processos externos atuantes no momento. Já os fatores inibidores internos estão relacionados ao medo, culpa, vergonha, manipulação do agressor para permanência da mulher no ciclo da violência e o não reconhecimento dos seus direitos, já como fatores externos, podem ocorrer pressões de familiares, falta de recurso financeiro e atendimento inadequado dos serviços (Sagot, 2000).

Santos e Fonseca (2022) apontam que as necessidades humanas intrínsecas se destacaram de forma mais evidente. Isto indica a necessidade de uma abordagem colaborativa no reconhecimento das responsabilidades dos serviços para com as mulheres, com o objetivo de reconhecer e mitigar as vulnerabilidades que possam existir.

A pesquisa de Sagot (2000) demonstrou que além das experiências vividas pelas entrevistadas, elas apontaram um longo caminho percorrido, sendo que muitas mulheres buscam o primeiro apoio com pessoas e serviços próximos, e a continuidade do silêncio, pode

estar vinculada à falta de acolhimento dos serviços que procuram. Muitas mulheres paravam no meio do caminho, pela demora do atendimento, descredibilidade, falta de resposta, desinformação, medidas fragmentadas e desânimos. Os percursos não são lineares e não seguem uma única direção, existem retrocessos e para essas mulheres, o caminho é certamente muito difícil de enfrentar.

A pesquisa também evidenciou que o ciclo da violência está combinado com as diversas outras formas de violência, seja sexual, física, psicológica e patrimonial. Apresentando-se tanto como uma expressão, quanto um mecanismo para controlar os corpos das mulheres e colocá-las em posição desigual. Muitas dessas mulheres desconhecem como e onde buscar ajuda, apesar disso ao conseguirem romper o silêncio e procurar os serviços de atendimento, esses não possuem práticas que possibilitem um atendimento acolhedor (Sagot, 2000).

Nesse sentido, Arboit (2019) e Place et al., (2019) descrevem a importância de investir esforços na ampliação do acesso das mulheres às informações sobre seus direitos, aos serviços de assistência e apoio social. Com a possibilidade de estruturas e pessoas que favoreçam um atendimento sensível a situação vivida pelas mulheres, após uma situação traumática como a violência sexual.

Embora esses estudos sobre a Rota Crítica indiquem similaridade nos resultados e apontamentos, enfatizando o difícil percurso na rede intersetorial para as mulheres ou a atuação profissional dentro desse percurso, os trabalhos pouco apresentaram discussões sobre raça no contexto da violência estudada. Enquanto alguns trabalhos apresentam e problematizam os dados quantitativos sobre a violência contra as mulheres negras, poucos trazem apontamentos e discussões centradas no racismo vivido pelas mulheres ou na importância do olhar profissional de modo interseccional.

Pensar o fenômeno da violência sexual a partir da perspectiva interseccional exige que as pessoas que operam os serviços considerem as múltiplas opressões e discriminações que se entrelaçam nos marcadores de raça, gênero e classe, e influenciam diretamente nas vivências das mulheres negras que passaram por uma violação em seus corpos. Além disso, é essencial reconhecer como essas intersecções estruturam as dinâmicas de opressão, reverberando nas respostas institucionais e nas formas de cuidado oferecidas.

Portanto, enfatizar esse entendimento poderá contribuir para um acolhimento mais eficaz e sensível para o enfrentamento de um problema tão complexo. Ao abordar a violência sexual contra as mulheres negras, torna-se possível evidenciar as múltiplas camadas de opressão que frequentemente atravessam essas mulheres e estão invisibilizadas, promovendo assim um cuidado mais justo.

2.2 As Perspectivas Feministas, Interseccionalidade e a Violência Sexual como um Dispositivo

As contribuições das perspectivas feministas oferecem um arcabouço teórico, metodológico e político essencial para a compreensão da violência sexual, como expressão das relações de poder. Essas perspectivas reconhecem as múltiplas experiências das mulheres, considerando seus contextos históricos e sociais específicos. Lutam e escrevem contra práticas normativas e evidenciam como as instituições se organizam para operar pelo controle dos corpos e discriminação. Assim, pensar a violência contra mulheres negras a partir das perspectivas feministas exigiu uma atenção voltada às dinâmicas institucionais que, no campo da violência sexual contra mulheres, perpetuam violação de direitos, desigualdades e subjetividades racializadas e generificadas. Desse modo, quando dialogamos com essas perspectivas e situamos a interseccionalidade como uma ferramenta analítica e política, para a

compreensão desses sistemas estruturados de opressão, como racismo, sexismo e classismo, estamos tentando compreender as interconexões na produção das violências.

Angela Davis, renomada filósofa, ativista e feminista, descreve de maneira contundente as questões pertinentes entre gênero, raça e classe em seu marcante livro “Women, Race & Class”, publicado originalmente em 1981. Suas reflexões, ao mergulhar nas experiências vividas por mulheres negras, descrevendo as difíceis lutas desde a época da escravização até os movimentos por direitos civis e igualdades de gênero, ao mesmo tempo em que enfrentam diversas formas de opressão, trazem ao debate a importância da compreensão desses marcadores sociais e a integração que desafiam e enriquecem os debates sobre gênero, raça e classe até os dias atuais (Davis, 2016).

As contribuições de Davis (2016) abrem caminho para entendermos pontos críticos que relacionam esses marcadores que historicamente oprimem as mulheres negras: o legado da escravização, o racismo sistêmico, a crítica ao movimento feminista dominante que desconsiderava as questões referente as mulheres negras e os estereótipos sexuais que desumanizam e justificam as violências contra seus corpos. Em seu argumento, enfatiza que a luta contra a violência sexual é indissociável de outras lutas como o racismo e o sexismo, destacando a necessidade de entender o entrelace das formas de opressão, enfatizando que o enfrentamento exige uma abordagem integral que considerem suas experiências.

Além de Angela Davis, outras feministas negras como Lélia Gonzalez, Audre Lorde, Patrícia Hill Collins e muitas outras pensadoras destacam as diversas formas de opressão, abordando a interseccionalidade em suas obras. Elas constantemente reivindicam e propõem transformações que considere os aspectos interseccionais visando revelar e desafiar processos de invisibilização e silenciamento de modos de vida subalternos, especialmente a vida das mulheres negras em variados contextos (Formiga, 2023).

O termo “interseccionalidade” cunhado por Kimberlé Crenshaw em 1989, tornou-se uma ferramenta teórica e metodológica para analisar as diferentes formas de opressão. Sendo frequentemente utilizado para analisar e intervir nas questões estruturais em que, por exemplo, o racismo, sexismo e outras violências se sobrepõem e afetam de maneira singular as mulheres negras. A relevância do conceito situa-se na maneira pelo qual é possível desvelar o padrão colonial moderno, com seu legado de estruturas e ideologias que ainda hoje influenciam a sociedade, sendo um dos principais responsáveis e perpetuadores da continuidade do racismo e sexismo dentro das instituições, assim promovendo discriminações que são dirigidas as identidades específicas, que foram criadas e moldadas por esse sistema de poder (Akotirene, 2019).

Crenshaw (1989) oferece com esse termo uma perspectiva em que os sistemas de dominação são múltiplos e inter-relacionados, uma vez que o racismo, o sexismo e a dominação de classe, geram desigualdades estruturais que moldam as oportunidades disponíveis e influenciam as instituições e políticas que impactam a vida das pessoas, especialmente de mulheres negras.

É importante destacar que o feminismo negro, desde sua origem, já defendia a interseccionalidade como ferramenta analítica, antes mesmo da popularização do termo por Kimberlé, descrevendo e resistindo às opressões interseccionais. Essa questão não se trata de categorizar identidades para compreender questões isoladas, mas sim que essas identidades são construídas e controladas por estruturas de poder que operam através de diferentes e interconectadas formas de opressão, que limitam e controlam as possibilidades de existência (Formiga, 2023). Portanto, o aspecto central na compreensão do conceito, é que as formas de opressão não afetam as pessoas de maneira isolada, mas devem ser analisadas em suas interações complexas e simultâneas, a fim de construir uma compreensão mais profunda dos efeitos resultantes da sua co-presença (Biroli & Miguel, 2015).

Salienta-se nesse contexto, que o feminismo negro surgiu pelas limitações existentes nos movimentos feministas e negros tradicionais. No feminismo, as lutas eram focadas principalmente nas questões de gênero, desconsiderando as experiências das mulheres negras e suas lutas contra o racismo e sexismo. Do mesmo modo, o movimento negro priorizava a luta contra o racismo, subestimando as questões de gênero enfrentadas pelas mulheres negras (Leal, 2021).

Carla Akotirene (2019) enfatiza que a interseccionalidade fornece instrumentos e métodos às instituições para lidarem com as pautas específicas das mulheres negras. Sendo uma ferramenta analítica que examina as diferentes formas de opressão e interação, a interseccionalidade nos ajuda a entender como as mulheres negras e os diferentes aspectos de sua identidade se inter cruzam e interagem nas "avenidas identitárias", revelando as múltiplas dimensões de suas experiências e vulnerabilidades, diante das diversas formas de opressão que emergem das estruturas sociais, criando experiências singulares de discriminação.

No Brasil, ao longo da história, as mulheres foram e ainda são tratadas como propriedades do outro, inclusive do seu corpo para satisfação sexual, colocada em atividades delimitadas ao seu gênero e durante muito tempo sem exercer plenamente seus direitos. Sendo culturalmente construído o entendimento natural de posse sobre esses corpos, ditando a soberania patriarcal (Romeiro & Bezerra, 2020).

Nesse contexto, ainda há um agravante social que reside na subnotificação de muitos casos de violência, aliada à falta de percepção da violação de direitos, tanto advinda de agentes quanto das próprias pessoas em situação em violência. Essa falta de percepção, está diretamente relacionada a inclusão e aceitação das falas, gestos, práticas e sistemas que reforçam a violência sexual, sem contestação dos atos que foram enraizados culturalmente e estruturam a sociedade (Romeiro & Bezerra, 2020).

Quando questionamos as práticas ou a aceitação desse processo de naturalização da violência, não estamos referindo à caracterização da gravidade desses atos em maior ou menor impacto, mas sim ao entendimento da ocorrência de uma violação e o acesso forçado ao corpo da pessoa, como um instrumento de poder. Essa prática não apenas torna natural o fenômeno da violência, mas também reforça ciclos de agressão, como se a sociedade internalizasse a ideia de que a violência é um processo espontâneo e justificável, um modo de pensar que promove a perpetuação das violências cotidianas.

Françoise Vergès (2021) critica o pensamento de que a violência contra mulheres é consequência de um problema psicológico individual, pois argumenta que na verdade essa é uma consequência da estrutura patriarcal e capitalista, na qual o Estado e a instituição policial que deveriam proteger as mulheres, perpetuam a violência de gênero com forma de controle e dominação, reforçada pela cultura e pelas instituições sociais.

A estrutura do Estado condensa diversas formas de opressão, sendo marcada pela articulação entre o sistema patriarcal e do neoliberalismo, resultando nos últimos anos da redução drástica das políticas destinadas às mulheres. Esses sistemas contribuem para estabelecer uma cultura que não apenas tolera, mas muitas vezes promove a violência direcionada às mulheres. Uma doutrina de exploração que esgota corpos e os recursos existentes, e um sistema que faz da violência seu modo de existência, sendo necessário portanto, uma transformação significativa nas dinâmicas existentes que estruturam a sociedade (Vergès, 2021).

Se questionarmos que os sistemas dominantes tentam suprimir os direitos das mulheres e querem ditar que seus corpos sejam apenas objetos para serem usados, não é surpreendente a constante tentativa de redução ou demora de consolidação das políticas destinadas às mulheres? Vejamos historicamente a luta das mulheres contra esses sistemas. É importante

compreendermos o objetivo maior que esses sistemas visam, o lucro e a utilização dos corpos marginalizados como meio de sustentá-los. Compreender essas dinâmicas é atitude essencial para que sejamos resistentes, às práticas impostas diariamente nas nossas vidas. Levantar questionamentos e resistir às práticas instituídas, são desafios constantes, especialmente porque o sistema em geral é relutante em abandonar ou ceder aos apelos das pessoas mais vulneráveis.

Endossamos essa discussão a partir do pensamento de Rita Segato (2005), quando afirma que o uso e abuso do corpo das mulheres é uma forma de aniquilamento, quando a própria pessoa perde o controle sobre o seu próprio corpo. Segato coloca que o estupro é um ato de controle e posse do território alheio, como se este território fosse anexo do seu, citando em seu estudo o caso dos pelos menos 300 feminicídios que ocorreram na Ciudad Juarez, Chihuahua.

O que vale nesse espaço-corpo é a vontade soberana e discricionária, que destitui esse espaço-corpo e o torna seu por vontade e poder. Controle irrestrito e soberano, que se a violência ocorre dentro do seu próprio lar, isto traduz que o homem possui o controle desse território e constata a sua dominação, se a violência ocorre em espaço aberto, isto traduz que executa por que pode e deve mostrar que pode, com capacidade para dominação (Segato, 2005).

De tal modo, destituir alguém sobre seu próprio corpo, é a tentativa de apagamento dessa pessoa, retirando a possibilidade de autonomia, identidade e existência. É a tentativa de não só impor e fazer prevalecer a sua vontade soberana sobre o outro, mas de retirar o direito de escolhas e decisões em qualquer dimensão, desrespeitando sua dignidade e liberdade, como também a negação de que possui direitos fundamentais. Nesse ponto emerge uma questão de grande importância, e durante todo o histórico de lutas feministas foi um dos maiores objetivos, os direitos das mulheres.

Favorecer espaços que promovam o conhecimento das mulheres sobre os seus direitos é essencial para garantir a efetivação dos direitos já assegurados e para que novos direitos sejam conquistados. Isso se constitui como atitude política e de cuidado, principalmente por que, muitas vezes as mulheres não têm conhecimentos desta dimensão enquanto sujeita de direitos. Mas não somente isso, no campo da violência contra mulheres é preciso participar e promover a construção coletiva de políticas comunitárias.

Nessa discussão, a visão de Vergès (2021) é provocativa, ao qual defende que: “exigir do Estado aquilo que ele nos deve, mas sem perder a nossa autonomia” (p. 148), é preciso pensar coletivamente e estar implicada em todas as lutas com solidariedade. Mais do que lutar para que o Estado desenvolva leis, é preciso do “direito ao repouso, a uma vida sossegada, que devemos desenvolver contra a violência” (p. 150). Isso não quer dizer passividade diante das violências, ou muito menos falta de indignação pelas violências vividas. Mas desenvolver junto com pessoas aliadas, se organizar coletivamente contra as violências proferidas pelo Estado e os sistemas dominantes.

Outra questão importante nesse diálogo são os apontamentos de Rita Segato (2016) e sua entrevista concedida a Carbajal (2018), que traz elementos centrais para a compreensão da violência sexual. Segato argumenta que situar a violência sexual no campo da moralidade, apenas no âmbito das representações construídas de homens e mulheres, contribui para a invisibilidade e persistência dessa violência. Pois a violência sexual não é apenas uma questão restrita a isso, é um problema político e, portanto, deve ser tratada como tal. Quando a violência sexual é abordada sob esse panorama de moralidade, há uma tendência de reduzir as mulheres à condição de vítimas, negligenciando sua capacidade política, de direito, agir, resistir, e colocando a condição de passividade.

María Lugones (2020) complementa essa discussão, quando traz sua concepção acerca do sistema moderno/colonial de gênero que é sustentado pela colonialidade do poder, com uma relação mútua entre ambos. Esse sistema reduz gênero ao controle do sexo, racializa e reduz ao caráter biológico. Ao criar hierarquias de gênero e raça, que reforçam o poder colonial e eurocêntrico, as mulheres negras são violentamente inferiorizadas. Isso pode ser evidenciado pelo enunciado “longa tradição da travessia masculina como uma erótica da violação” (Ann McClintock, citada por Lugones, 2020, p. 76), que descreve como os continentes de África, Américas e Ásia, eram vistos pelos europeus de forma exótica e erótica. As mulheres, por exemplo, eram vistas de forma hipersexualizada e desumanizada, justificando as explorações sexuais e a dominação colonial.

Sueli Carneiro (2003) traz sua importante e indispensável contribuição para o debate, quando aponta que a violência contra mulher é democrática, atingindo todas as classes sociais e raciais. Entretanto, também aponta que as mulheres negras, há anos, lutam por incluir a violência racial, dentro das práticas que produzem outras violências vividas pelas mulheres negras, que historicamente, foram e ainda são coisificadas, desumanizadas, sendo reduzidas a objetos. Carregamos as marcas das violências como o turismo e tráfico sexual de mulheres, com marcador de raça presente e que necessita de atenção. Só nesse aspecto, se ampliarmos e esmiuçarmos a questão, as mulheres negras em sua maioria pobres, que foram envolvidas para essas violências, encontram-se submetidas às diversas outras formas de opressão, e não visualizam saídas possíveis ou não se acham merecedoras de outras possibilidades de existir.

Historicamente, as mulheres negras são vistas como objeto sexual de desejo do outro soberano, corpos negros que podem ser usados e abusados, como se esses corpos negros estivessem disponíveis para satisfação do outro. Assim, não aprofundar a questão racial quando se aborda as questões de gênero, principalmente no cenário da violência, é tornar invisível as questões e práticas racistas que ocorrem com as mulheres negras no Brasil. Essa omissão

fortalece a ideia de que esses corpos não possuem direitos, como também não trazem ao debate os impactos na subjetividade das mulheres negras (Carneiro, 2003, 2019).

Os movimentos feministas de diversos países, em articulação e luta deram visibilidade às questões da violência contra as mulheres e construíram uma agenda política importante para romper com esse ciclo de silenciamento e naturalização. Essa agenda de articulação e luta, deram visibilidade às questões e construíram uma discussão importante para formulação, elaboração e consolidação de políticas e leis. Essa agenda colocava em questão central o reconhecimento das mulheres como sujeitas de direitos. Além dos avanços no âmbito legislativo, os movimentos reivindicavam por ações sociais destinadas às mulheres, com objetivo de superar as violências presentes nos diversos cenários da sociedade. Ao longo dos anos a luta não é apenas pela eliminação das práticas violentas, mas do reconhecimento das mulheres enquanto titulares dos seus direitos, questão que carece de uma mobilização em todas as direções para sua consolidação, conforme Barsted (2016).

O desenvolvimento de políticas públicas contra as violências destinadas às mulheres, a promoção dos direitos já assegurados e a construção política para mobilizar mulheres ao reconhecimento dos seus direitos fundamentais, são os esforços da agenda feminista. No Brasil, a mobilização dos movimentos feministas ao enfrentamento da violência contra as mulheres, possibilitaram avanços e abertura para mecanismos institucionais de direitos e proteção (Barsted, 2016).

Os movimentos exercem um papel fundamental e foram importantes para mobilizar legislações, na proteção das mulheres em situação de violência, por meio de tratados e convenções que estabelecem normas específicas. Destacam-se a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW), que em 1979, estabeleceu as bases legais para o combate à violência de gênero, representando um compromisso

internacional com a eliminação de todas as formas de violência e discriminação contra as mulheres, e a Convenção de Belém do Pará, que em 1994 contribuíram diretamente para a formulação de políticas públicas e a adoção de medidas protetivas, estabelecendo obrigações no sentido de prevenir, punir e erradicar todas as formas de violência de gênero. De mesma relevância a Declaração sobre a Eliminação da Violência contra a Mulher, emitida pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1993, reconheceu a violência contra as mulheres como uma violação dos direitos e convocou os Estados a adotarem ações de enfrentamento (Barsted, 2016).

Atualmente a página do Ministério das Mulheres (2025a) disponibiliza um histórico dos Marcos Legais, contendo leis e normativas com objetivo de prevenir e enfrentar a violência contra mulheres. Dentre essas legislações, se destaca a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher e tipifica a violência. A Lei Nº 10.778/2003 que estabelece a notificação compulsória, nos casos de violência contra mulheres que forem atendidas em serviços de saúde públicos ou privados, posteriormente foi alterada pela Lei nº 13.931/2019 que dispõe sobre a notificação compulsória dos casos de suspeita de violência contra a mulher. A Lei Nº 12.650/2012 alterou os prazos da prescrição contra abusos sexuais cometidos contra crianças e adolescentes, no qual passou a valer após a pessoa completar 18 anos e o prazo para notificação/denúncia da situação se estendeu para 20 anos. A Lei Nº 12.845/2013 que estabelece atendimento obrigatório e integral as pessoas em situação de violência sexual. A Lei Nº 13.104/2015 tem como objetivo alterar o Código Penal incluindo o feminicídio como uma qualificadora do crime de homicídio, quando este é cometido contra mulheres em contextos de violência doméstica e familiar. A Lei Nº 13.718/2018 tipifica os crimes de importunação sexual e de divulgação de cenas de estupro, além de tornar pública incondicionada a natureza da ação penal desses crimes e daqueles

cometidos contra a liberdade sexual e contra vulneráveis, incluindo também agravantes como o estupro coletivo e o estupro corretivo.

Outras leis estão presente nesse histórico, como a Lei Nº 13.772/2018 que modifica a Lei Maria da Penha e o Código Penal para reconhecer a violação da intimidade da mulher como forma de violência doméstica e familiar, além de criminalizar o registro não autorizado de cenas de nudez, atos sexuais ou libidinosos de caráter íntimo e privado. A Lei Nº 14.245/2021 tem como propósito coibir atos que atentem contra a dignidade das mulheres em situação de violência e de testemunhas durante o processo judicial, promovendo alterações no Código Penal, no Código de Processo Penal e na Lei dos Juizados Especiais para estabelecer também o aumento de pena em casos de coação no curso do processo. A Lei Nº 14.132/2021 que objetiva criminalizar a perseguição reiterada (stalking), por qualquer meio, que ameace a integridade física ou psicológica da pessoa, limite e invada sua liberdade e privacidade (Ministério das Mulheres, 2025a).

O Decreto Nº 7.958/2013 que estabelece diretrizes para o atendimento às pessoas em situação de violência sexual, por profissionais de segurança pública e da rede SUS. A Lei nº 14.310/2022, que altera a Lei Maria da Penha para determinar o registro imediato das medidas protetivas de urgência deferidas em favor da mulher. A Lei Nº 13.882/2019 que altera a Lei Maria da Penha, para garantir a matrícula de dependentes da mulher em situação de violência doméstica e familiar em instituição de educação básica próxima a sua residência. O Decreto Nº 11.430/2023 dispõe sobre a exigência, em contratações públicas, de percentual mínimo de mão de obra constituída por mulheres em situação de violência doméstica. A Lei Nº 15.116/2025 que institui o Programa de Reconstrução Dentária para Mulheres em situação de Violência Doméstica (Ministério das Mulheres, 2025a). E a Lei Nº 14.899/2024 que dispõe sobre a elaboração e a implementação de plano de metas para o enfrentamento integrado da violência doméstica e familiar contra as mulheres.

Muitas outras políticas públicas são desenvolvidas pelo Estado para responder a essa urgente demanda social e garantir direitos das mulheres. Como o Decreto Nº 11.431/2023 que institui o Programa Mulher Viver sem Violência, que é desenvolvido para ampliar as unidades da Casa da Mulher Brasileira, como espaços públicos que contêm os principais serviços especializados e multidisciplinares de atendimento às mulheres em situação de violência; a importante reestruturação da Central de Atendimento à Mulher (Ligue 180), e outras medidas de atendimento, fortalecimento e medidas educativas. A Sala Lilás, também é um espaço importante e destinado ao acolhimento e proteção para mulheres em situação de violência, oferecido pelo SUS, com uma proposta de atendimento humanizado e especializado, multidisciplinar, com privacidade e respeito à intimidade das mulheres. (Ministério das Mulheres, 2025b).

Nesse ponto, embora as leis e políticas públicas representem os avanços, que são fundamentais na questão da identificação e proteção das mulheres em situação de violência, sua efetivação e aplicabilidade depende de uma análise crítica das estruturas e mecanismos que sustentam essas violências e operação dessas normativas. E nesse sentido torna-se indispensável compreender como a violência sexual contra mulheres negras, está enraizada em relações de poder históricas, institucionais e sociais. Assim, torna-se necessário aprofundar a análise da violência sexual a partir de um ponto que permita compreender seus efeitos para além de um episódio, sendo importante considerar pontos fundamentais para desvelar a complexidade existente nas questões que sustentam a violência contra sexual contra mulheres negras. Isso possibilita uma compreensão de como as opressões se entrelaçam e ampliam a magnitude da violência vivida. Esse olhar, amplifica a questão e revela não apenas uma questão de gênero, mas um campo onde o racismo e as desigualdades se conectam.

Assim, refletindo sobre a interseccionalidade de raça, gênero, classe e sexualidade, pensamos a partir desse ponto, a violência sexual enquanto dispositivo. Compreender a

violência sexual enquanto um dispositivo implica analisar e reconhecer que esse fenômeno não ocorre como um ato isolado de violação, mas como parte de uma rede estrutural e complexa de saberes, práticas e instituições que regulam corpos e produzem sujeitas. Inspirada pelas contribuições de Sueli Carneiro e tensionada por Foucault, essa perspectiva possibilita o reconhecimento da violência sexual em que opera como um instrumento de controle e exclusão sobre os corpos das mulheres negras, sustentando a lógica racializada e colonial por meio da revitimização institucional e culpabilização das mulheres. Esse dispositivo da violência sexual tem articulação direta com os discursos normativos sobre gênero, raça, classe e sexualidade, moldando então as práticas de atenção e cuidado, as políticas públicas e as respostas institucionais que, frequentemente reforçam o sofrimento das mulheres.

Para Michel Foucault (2007) a rede de elementos do dispositivo abarca “discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas” (p. 138). Trata-se, portanto, de um conjunto heterogêneo de arranjos que estabelecem, moldam e operacionalizam os elementos presentes, considerando a natureza das relações e com um objetivo estratégico, potencializando o exercício do poder.

Sueli Carneiro (2023) aponta que Foucault apresenta a formação do dispositivo da sexualidade com uma estratégia de classe bem definida. A mulher foi a primeira figura a ser sexualizada pelo dispositivo de sexualidade, especificamente a mulher burguesa. Assim, o controle da sexualidade na Modernidade serviu para afirmar a identidade e o projeto político da classe burguesa, com um investimento específico sobre o corpo feminino.

Na sua obra "Dispositivo de Racialidade", Sueli Carneiro (2023) defende que a racialidade se constitui como um dispositivo, tal como o concebido por Foucault. Porém, enquanto Foucault coloca o dispositivo de sexualidade como uma estratégia de classe para a

autoafirmação da burguesia e o controle social, Carneiro amplia a análise ao incluir o dispositivo de racialidade, destacando como a cor da pele e a construção racial servem para afirmar a superioridade branca e produzir uma hierarquia social.

A raça é apresentada pela autora com um demarcador que apresenta dupla perspectiva, tanto metodológica na busca pela compreensão das desigualdades raciais, quanto prática discursiva, que visam a transformação social que produzem as discriminações raciais. Sueli apresenta os elementos do dispositivo da racialidade, enquanto conjunto complexo e articulado que engloba e sustenta a discriminação racial no Brasil: o contrato racial, no qual se estabelece com propósito de subalternizar e deslegitimar o corpo negro; o epistemicídio com elemento de inferiorização, anulamento e rebaixamento intelectual da negritude; e as diversas interdições que as pessoas negras atravessam, tanto presente nos discursos quanto nas práticas e naturaliza o campo do não ser, desprovido de direitos ou razão (Carneiro, 2023).

No campo da violência sexual contra mulheres negras, compreender o dispositivo diz respeito a reconhecer os discursos, as normas explícitas dessa violência, como também os silenciamentos e práticas implícitas que estruturam as respostas institucionais e sociais. O que Foucault (2007) denomina de o “dito e não dito”, se manifestando, por exemplo, na maneira como determinadas violências são vistas pela sociedade, como as narrativas das mulheres que passam por situação de violência e são constantemente questionadas, ou como raça e gênero influenciam no tipo de acolhimento e cuidado dado pelos serviços. Assim, esse dispositivo se configura como uma rede diversa e complexa de práticas, saberes, poderes e omissões, que moldam as experiências vividas pelas mulheres negras e as formas como elas são validadas ou não, nas instituições.

Ao pensar a violência sexual contra mulheres negras como um dispositivo e dialogando com Foucault (2007) e Sueli Carneiro (2023) é possível compreender que ele não se restringe

a um evento isolado, são inúmeras questões envolvidas que sustentam esse dispositivo. A sua gênese se dá portanto, em uma tentativa de controle dos corpos e desumanização, aqui estamos falando dos corpos negros, corpos de mulheres, e esse dispositivo opera por meio de estratégias de silenciamento, crueldade e culpabilização. No entanto, os efeitos produzidos por essas práticas, como por exemplo, a produção de rotas críticas marcadas por sucessivas violências e violações de direitos, geram desdobramentos que ultrapassam as intenções iniciais, que muitas vezes, são práticas estratégicas utilizadas e reutilizadas pelas próprias instituições para manter o poder, o controle racial e social. Assim, reconhecer o dispositivo da violência sexual a partir dessa lógica permite não apenas revelar os mecanismos que sustentam a questão, mas também é possível desenvolver os pontos de tensão e resistências para que possa reanalisar práticas de acolhimento.

Ao adotar uma análise foucaultiana (2007), atravessada pela crítica de Carneiro (2023), as engrenagens e os mecanismos de produção e manutenção do dispositivo da violência sexual, podemos evidenciar a culpabilização e responsabilização das mulheres como efeito de uma estratégia institucional, especialmente quando estamos falando de mulheres negras, em que seu relato é questionado enquanto verdade, com exigências de provas/materialidades, no intuito de preservar a autoridade e deslegitimar os seus relatos. Como também a falta de políticas de acolhimento adequado para as mulheres negras, assim sentem uma sensação de abandono institucional, em que ocorre uma desresponsabilização e manutenção da violência enquanto algo individual daquela mulher, e não estrutural e político. O próprio ato de falar e notificar a questão da violência sexual vivida por mulheres negras, pode gerar uma ameaça aos serviços, no sentido de que esse ato precisa ser contido, pois mexe com as estruturas de poder, por isso revitimiza-se. Nessa questão, quando se deveria ocorrer o rompimento do ciclo de violência e do próprio dispositivo, ocorre um ato de vigilância das instituições, como forma estratégica para o silenciamento e discriminação daquela mulher negra no espaço institucional.

Especificamente, pensando sobre mecanismos estratégicos que sustentam esse dispositivo, que parece serem questões acidentais e não perceptíveis enquanto parte desse dispositivo, mas que se reestruturam e persistem. Também podemos pensar na questão como a violência é abordada nos discursos naturalizados e patologizantes, que retiram a sua dimensão política e racial. Principalmente o campo da Psicologia, se atuar de forma descontextualizada de um contexto histórico, social e cultural, acabará promovendo e colaborando para sustentar esse dispositivo, ao apenas direcionar a atuação para o sofrimento da mulher negra que chega, sem questionar as estruturas que o produzem.

Nesse sentido, a subjetividade como um conceito construído historicamente, passou ao longo do tempo a ser pensada de forma crítica, recusando naturalizações, sendo assim compreendida como algo em constante movimento. Constituída por forças sociais, culturais, históricas e políticas e não sendo apresentada como estática ou determinada. Necessitando, portanto, ser pensada, questionada e romper com as práticas de normalização, para promover novas estéticas da existência e das resistências ao poder, e ser pensada de forma plural (Prado Filho & Martins, 2007). No encontro das contribuições de Barros e Kastrup (2015), Passos e Barros (2015), é possível compreender a subjetivação como um campo de invenção, que se dá no encontro com a outra pessoa, com os territórios, com os processos, constituído no caminho e com os desafios cotidianos.

Assim, é importante situar a noção de subjetivação, enquanto processo histórico e político de constituição de sujeitas, revelando-se como questão central para analisar o dispositivo da violência sexual contra mulheres negras. Weinmann (2006), descreve que esse processo se inscreve nas “bordas de um dispositivo” de saber e poder, se caracterizando como prática que desafia o assujeitamento, no qual se torna capaz de reconfigurar os modos de existir. Movimento este que ocorre entre e dentro das relações de dominação, em imanência, como uma

resistência que atravessa e convoca para a invenção de si. Adicionalmente, Mansano (2009), ao dialogar com Foucault, Guattari e Deleuze, reforça os modos de subjetivação na multiplicidade de forças, práticas e discursos, sendo historicamente, culturalmente e politicamente localizado. Considerando esses aspectos, as mulheres negras e esse processo de subjetivação, estão intimamente ligados na intersecção entre sexismo, racismo e violências institucionais, que procuram capturá-las em posições de silenciamento e subalternidade. Ainda assim, é possível que essas mulheres produzam seus modos de resistência que singularizam suas experiências, elaborando outros possíveis e sentidos que escapam das engrenagens do dispositivo.

Lima et al. (2022) destaca a subjetivação como processo histórico e racializado, que deve ser pensada pelo atravessamento de raça, gênero e colonialidade. E que essa subjetividade negra é marcada pela “interiorização da epidermização” e pelas inúmeras violências simbólicas da colonialidade. Nesse contexto, apontam que o feminismo negro não dissocia raça e gênero, enfatizando assim as experiências vividas pelas mulheres negras, sendo então fundamental para desestabilizar a branquitude e abrir espaço para subjetividades negras plurais e criativas. É importante o destaque de que a subjetividade das mulheres negras é atravessada pelas feridas coloniais, que são estratégicas, se atualizam cotidianamente, atualmente sofisticadas, corporificadas e continuamente reatualizadas nas relações sociais. Essas estratégias do racismo “paralisam, nos chocam e nos recolocam a máscara de flandres, usada para a interdição de nossa voz” (p. 67), mas a subjetivação se dá também a partir das resistências.

Enfim, tomando como dispositivo a violência sexual contra mulheres negras, podem ser apresentados e reconhecidos alguns elementos da rede que o compõem. Assim, se reconhece que o dispositivo da violência sexual, se sexpressa por diferentes modos, práticas, discursos, pradrões revitimizantes, mecanismos e regimes que atravessam a vida das mulheres negras. Ao trazer para o debate alguns elementos, busca-se evidenciar como eles se articulam na

manutenção dessa violência, ao mesmo tempo em que possibilita pensarmos no reconhecimento das possibilidades de transformação.

Sem dúvidas, o racismo estrutural/institucional que compõe as entranhas da sociedade brasileira, com concepções, instituições e práticas que alimentam a discriminação racial, faz parte dessa rede elementos da violência sexual. Essa prática não ocorre apenas de forma explícita, mas de modos sofisticados e contínuos nas relações sociais e institucionais, ditando quem deve ser ouvida e quem deve ser silenciada e exposta a violência. Gimenes (2021) enfatiza que, automaticamente, essas práticas descredibilizam e revitimizam as mulheres, impondo assim uma nova situação de violência e aprofundando desigualdades históricas.

Outro elemento situa-se na cultura do estupro, que perpetua o entendimento de que o corpo da mulher pode ser consumido, naturalizando a violência sexual quando torna comportamentos violadores como aceitáveis. Nesse cenário o estupro passa a ser um ato de dominação, vinculado ao projeto dominador do corpo do outro, seja da ordem física ou moral conforme descreve Rita Segato (2005). E mesmo após o rompimento do silêncio das mulheres, após a situação de violência e busca por ajuda, as dificuldades ainda permanecem, devido às barreiras impostas pelo sistema patriarcal, que detém autoridade e controle predominante sobre os corpos das mulheres, e perpetua as desigualdades de gênero (Baragatti et al., 2019; Tassinari, 2020).

Dentro desse cenário, a hipersexualização e a objetificação sexual da mulher negra, apresentam-se como elementos que reforçam estereótipos racistas e sexistas, quando colocam o corpo da mulher negra como exótico e acessível para satisfação sexual. Aspecto usado como forma de dominação, inteiramente ligado ao colonialismo, que até os dias atuais refletem na representação social e o tratamento com as mulheres negras, enfatizando esses corpos como subordinados, objetos de exploração e sexualmente disponíveis (Carneiro, 2003).

Em diálogos com Carneiro (2003), Carmo e Guizardi (2018) outro aspecto complexo e que pode ser reconhecido, diz respeito à vulnerabilidade pessoal, social e econômica das mulheres negras. O estado suscetível, em diferentes situações, a fragilidades, desamparo, falta de acesso aos serviços e falta de reconhecimento enquanto pessoas de direitos e potencialidades, incidem sobre a vida dessas mulheres. Esse elemento multifacetado pode promover a sensação de impotência diante da intensidade das condições de opressão, e limitar ou excluir a capacidade de proteção ou busca por ajuda.

As violências praticadas contra mulheres trazem consequências severas, que podem culminar no feminicídio. Esse elemento se traduz na tentativa de apagamento das mulheres devido à sua condição de gênero, se apresentando de diversas formas, seja de maneira individual ou coletiva, ativa ou passiva, muitas das quais se manifestam na violência sexual contra seus corpos. Todos os corpos femininos e feminizados que estão implicados na lógica desigual de poder, como apontam Caicedo-Roa et al. (2022).

Os dados sobre feminicídio no Brasil, pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2024), quando apontam o maior número já registrado (1.467 registros) desde a Lei nº 13.104/2015, que tipifica o crime, escancaram a questão letal da violência de gênero e revelam um projeto sistemático de apagamento pelo simples fato de serem mulheres. Especialmente aponta que 63,6% foram mulheres negras, 71,1% com idade entre 18 e 44 anos e 64,3% mortas em suas residências. Essa questão diz respeito a uma violência que silencia histórias, de corpos que são marcados pela crueldade e o descaso de políticas que falham, e funcionam como uma lógica de poder que busca eliminar o indesejável.

Nesse sentido, Berenice Bento (2016), descreve o transfeminicídio, para ressaltar os assassinatos contra as travestis, as mulheres trans e as mulheres transexuais. Uma política sistemática de morte e despersonalização, na tentativa de esvaziamento da pessoa. Esses corpos

são assassinados porque rompem com o destino biológico do sexo e reivindicam seu reconhecimento e desejo. A sociedade opressora e violenta considera esses corpos femininos como “lugar do abjeto, do impuro, contaminado e contaminável” (p. 55). Do mesmo modo, a existência lésbica também quebra os padrões normativos, causando repulsa e discriminação ao ponto do lesbocídio. Aqui a misoginia como forma de opressão e não reconhecimento desses corpos como pessoas de direitos, são as manifestações de uma sociedade patriarcal, uma vez que essas mulheres não se submetem e desafiam os padrões heterossexuais (Peres, 2018).

Essa estrutura de apagamento, sustentada pela violência, também se revela nas estatísticas ou na ausência delas. Nesse contexto, o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2024), traz um ponto indispensável para o debate, ao apontar a subnotificação dos casos como uma característica persistente da homotransfobia e da violência direcionada à população LGBTQIAPN+, no que diz respeito a lesão corporal dolosa, homicídio doloso e estupro. Trata-se, portanto, de formas de violência que operam na invisibilidade, deixando essas pessoas desamparadas social e legalmente, evidenciando assim a omissão do Estado. Isso é perceptível quando o Anuário aponta que, no recorte que se refere à violência sexual classificada como estupro contra a população LGBTQIAPN+, foram registrados apenas 354 casos, o que demonstra a problemática da subnotificação desses casos. Essa questão de insuficiência nos dados é pauta desde 2019, pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, destacando o desafio enorme que existe com essa fragilidade ou inexistência de dados. Desse modo, ocorre uma busca por fontes alternativas e ativas que contribuem para o entendimento e construção de um panorama mais abrangente das violências, especialmente a sexual, que atingem essa população.

A esse contexto Pinto et al. (2020) traz dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação no Brasil, no período de 2015 e 2017, enfatizando o perfil dos casos notificados de violência contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. Nesse período contemplado pelo estudo, foram registradas 24.564 notificações de violências contra essas pessoas. Com

relação ao perfil, 69,1% tinham entre 20 e 59 anos, 50% pessoas negras, 46,6% eram transexuais ou travestis e 57,6% se declararam homossexuais, sendo 32,6% lésbicas e 25% gays. O estudo enfatiza a violência por repetição, a violência física comum de ocorrer em todos os ciclos da vida. Entretanto, entre adolescentes, a violência sexual apareceu como o segundo tipo de notificação mais frequente. De forma geral, a violência psicológica e moral apareceu com o segundo maior registro de notificações.

O estudo de Pinto et al. (2020) ressalta os recortes da situação, pois os dados correspondem apenas às violências atendidas e notificadas pelos serviços de saúde. É obviamente possível verificar a complexidade da subnotificação desses casos, o que implica na problemática de não compreender a magnitude e as nuances da violência vivenciada. Nesse sentido, é fundamental que as equipes de saúde ofereçam um atendimento humanizado, que leve em conta os marcadores sociais, com objetivo de enfrentar e superar as iniquidades existentes. Bem como, é fundamental os momentos formativos para as equipes de profissionais para aprimorar suas práticas de cuidado e o entendimento da obrigatoriedade do registro da ficha de notificação que considerem os marcadores presentes e não ocorra discriminação e revitimização.

Nos dados relacionados a violência contra travestis e transexuais no Brasil, o problema apresenta a expressão da violência do sistema cisheteronormativo Conforme o Dossiê ANTRA (2025), as pessoas trans continuam sendo alvo de um projeto político que visa erradicar sua existência do espaço público. Essa realidade as expõe à violência cotidiana e sistemática, marcada por violência física, estupros corretivos e crueldade. O dossiê aponta a dificuldade de colher as informações sobre os assassinatos das pessoas trans, enfatizando a invisibilidade da questão e a subnotificação. Apresenta que em 2024 houve uma média de 10 assassinatos por mês, sendo 69 no primeiro semestre e 53 no segundo semestre, com total de 122 casos. Com relação ao perfil, apontam que são em sua maioria jovens, negras, nordestinas e empobrecidas,

apresentando um recorte interseccional que revela como o racismo e a transfobia operam. Apesar da limitação dos dados, a pesquisa aponta as ferramentas e os meios utilizados nos assassinatos, apontando os requintes de crueldades empregados, dentre eles a presença do estupro. Nesse contexto, a violência sexual, em especial, se configura como um mecanismo de controle e punição, profundamente enraizado em discursos de ódio e práticas misóginas e racistas (Benevides, 2025).

Cabe destacar que os elementos apresentados até aqui, são apenas alguns elementos na composição dessa diversa rede que sustenta o dispositivo da violência sexual contra mulheres negras. Evidentemente, existem outros elementos que podem sustentar de forma articulada e ramificando essa questão em múltiplas direções, como nas práticas e estruturas institucionais, nas relações sociais e nos discursos midiáticos. Assim, é importante reconhecer que esse dispositivo é dinâmico e variado na forma como se apresenta, isso nos ajuda a compreender a sua complexidade, e não desconsiderar os diferentes modos como se reinventa e reproduz.

Se estamos apontando a violência sexual contra as mulheres negras como dispositivo, podemos pensar que ele exerce sua função estratégica de confirmação do poder soberano de um sistema racista, colonial-capitalista e patriarcal, que objetifica e usa o corpo negro. Esse sistema social, econômico e político estabelece a discriminação racial privilegiando determinada raça em detrimento de outra, com práticas de controle e opressão. Ao considerar o corpo da mulher negra como território de dominação, objetificação e violação, esse dispositivo consolida hierarquias históricas e naturalizadas de desigualdade e exclusão dessas mulheres. Além disso, atua na produção de subjetividades marcadas pela exclusão e desumanização, mantendo as estruturas de poder existentes e dificultando as narrativas que desafiam essa lógica.

Existem ainda muitos outros aspectos para análise dentro desse dispositivo, mas especialmente esse merece ser aqui citado, uma vez que é negligenciado em todo e qualquer

debate. A exemplo das infâncias e adolescências de meninas negras, frequentemente marcadas pela violência sexual. Como indicado pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2024), a maioria das pessoas em situação de violência sexual são meninas, sendo que 51,9% são meninas negras. A prática dessa violência, ocorrendo no período de maior vulnerabilidade, torna os corpos como territórios desprovidos de liberdade, direitos sexuais e de diversidade, demarcando desde a infância o lugar que devem permanecer.

Com minha atuação direta também com crianças e adolescentes em situação de violência sexual, essa questão reverbera uma vez que os efeitos da violência sexual, atravessada pelo racismo e pelas relações de poder, impactam diretamente na vida, no reconhecimento saudável das infâncias e adolescências, nas relações de confiança e na constituição do próprio corpo como lugar de direito e expressão. O silenciamento, o medo e a responsabilização recaem sobre esses corpos em desenvolvimento, em contextos em que a rede de proteção falha e revitimizam, ocorre negação de direitos, bem como não reconhece as especificidades dessa questão. Ainda que essa discussão seja essencial e precise ser feita, neste momento ela não será aprofundada, pois aqui demanda uma análise mais detalhada e verdadeiramente implicada, que deve ser realizada por meio de pesquisas específicas voltadas ao tema.

Por fim, ao considerar a violência sexual contra mulheres negras como um dispositivo, é possível então pensar na complexa rede de elementos que sustentam as opressões, especialmente pelos marcadores de raça, gênero, classe e sexualidade. Esses elementos operam de forma a reafirmar as hierarquias de poder e violências contra as mulheres, assim, é essencial uma abordagem crítica que desafie tais estruturas de opressão. Nesse sentido, reconhecer esses elementos ajudam a pensar por quais práticas e caminhos deve se seguir na busca por cuidados mais sensíveis a essas questões.

2.3 Práticas de Cuidado: da Integralidade às Novas Trilhas de Cuidado Interseccionais

No plano assistencial de cuidado, para além das ferramenta-máquinas e dos saberes profissionais estruturados, existe o estabelecimento de um processo dinâmico de interações, de modo que profissional e usuária/paciente passam a exercer influências recíprocas, em um contexto permeado por expectativas mútuas e trocas. Dessa interação surgem momentos significativos, com diálogos, escuta e interpretação, acolhimento ou não pelo que é posto em conversa; momentos de cumplicidade, nos quais há a identificação conjunta de responsabilidades no enfrentamento dos problemas; construção de vínculos, aceitação e confiança na relação, conforme enfatiza Merhy (1999).

As particularidades do ato de cuidado, refletem o olhar e atitude crítica sobre as práticas de saúde, como afirmam Pinheiro e Guizardi (2005). A busca por cuidados de saúde, surgida como uma resposta crítica aos discursos, práticas e instituições estabelecidos no campo da saúde, é uma das demandas mais urgentes e incontestáveis da sociedade brasileira. Essa crítica não é um fenômeno recente, mas sim um acúmulo de conhecimentos fragmentados ao longo de diferentes contextos e períodos, que não se limitam apenas a identificar problemas, mas se manifestam na construção de soluções e respostas que visam promover o cuidado de si e da coletividade.

Nesse contexto, ao refletirmos o conceito de cuidado como algo integral, compreendemos que ultrapassa um simples procedimento. De acordo com Pinheiro e Guizardi (2005), essa compreensão é orientada para a concepção da saúde como o direito de existir e repleta de significados, e não como um procedimento técnico individualizado ou limitado a um nível de atenção específico.

Assim, é fundamental a compreensão da integralidade como um instrumento político que questiona os poderes e conhecimentos estabelecidos. Por meio de ações cotidianas que

favorecem as pessoas a conceber novos modelos sociais e institucionais, se aplicada de forma eficaz nas tomadas de decisões, serve como instrumento para dar voz às pessoas envolvidas e não apenas a uma parcela limitada. Considerando a diversidade, pluralidade e a realidade diversa enfrentada por diferentes pessoas em nossa sociedade, a integralidade é adotada como uma prática social que envolve o reconhecimento de múltiplas perspectivas de mundo (Pinheiro & Guizardi, 2005).

Por esse motivo, é necessário compreender as conexões basilares entre cuidado e integralidade como ações diárias que desafiam as relações de produção e redefinem as relações sociais. Essa compreensão é baseada no reconhecimento da natureza subjetiva intrínseca à experiência humana em diversos contextos, o que levanta questões sobre como as pessoas se encaixam nos processos de trabalho e interagem umas com as outras (Pinheiro & Guizardi, 2005).

Quando falamos sobre uma atitude de cuidado, estamos diante de uma postura que deve ser levantada adentrando todas as questões e vulnerabilidades envolvidas, caso contrário, se permanecerá com práticas focalizadas, isoladas ou na maioria das vezes não sendo executadas. Foram esses questionamentos da ausência de cuidado, políticas e atenção às pessoas, que geraram movimentos para reivindicar e buscar por direitos e atenção.

No contexto dos anos 1980, ainda sob a ditadura civil-militar brasileira, se destacaram os movimentos Feministas e da Reforma Sanitária, que juntos foram responsáveis pela criação do Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PAISM) em 1983 e pela inclusão do Sistema Único de Saúde (SUS) na Constituição Federal de 1988. O PAISM trouxe a noção da integralidade, futuro princípio do SUS, e criticava a concepção de saúde materno-infantil dominante na época, em prol de melhor atender as necessidades de saúde de gestantes e puérperas (D'Oliveira & Schraiber 2017).

Em seu trabalho, D'Oliveira e Schraiber (2017) apontam como foi significativa a expansão das necessidades de saúde na contestação das normas de gênero convencionais, porém, a questão da violência contra a mulher, que também era reivindicação crucial dos movimentos Feministas desde os anos 1970, não recebeu a mesma valorização naquela época. As primeiras políticas direcionadas à violência contra a mulher apareceram só em 1984, fora do contexto da saúde, com o surgimento das Delegacias Especiais de Defesa das Mulheres (DDM ou DEAM), vinculadas à área da segurança pública.

É importante situar que a questão da integralidade em saúde, através das articulações e luta dos movimentos Feministas, caminham até os dias de hoje. Essas lutas continuam essenciais na garantia de cuidado. Todavia, não podemos pensar em cuidado se não forem estabelecidas ações que coloquem em pauta questões relevantes, como o racismo, o machismo e as desigualdades, nem se pode cuidar de modo universalizante, sem considerar as histórias dos diferentes corpos dessas mulheres (Heckert, 2017). Conforme preconiza a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN) que demarca e aponta ações para a importância do reconhecimento do racismo, das práticas do racismo institucional da saúde e das desigualdades étnico-raciais da população negra, tendo como objetivo promover a promoção de saúde integral dessa população e reduzir desigualdades e discriminações.

Foi por esse motivo que o feminismo negro reivindicou a intercessão de raça, gênero e classe, pauta já adentrada neste estudo, no sentido de que fossem compreendidos os sistemas de opressão de modo interseccional. Desse mesmo modo, também não é possível falar sobre atitude de cuidado para mulheres negras em situação de violência sexual, sem que ocorra um entendimento do fenômeno da violência e os marcadores sociais que atravessam. Quando o entendimento sobre o fenômeno da violência está naturalizado, e não são reconhecidos os marcadores presentes que sustentam as opressões, também não podemos pensar que sejam

estabelecidas práticas de cuidado sensíveis às necessidades dessas mulheres. Assim, a ausência de práticas de cuidado que considerem essas questões, pode refletir na manutenção das desigualdades e violências institucionais.

É incontestável que a Rede de Enfrentamento à Violência, opera com diversos desafios diante do fenômeno da violência sexual contra mulheres negras. Os serviços enfrentam significativos entraves assistências, seja do ponto de vista operacional, pela perpetuação de práticas de discriminação, pelas dificuldades da conexão com redes ou pelos valores e poderes que ditam os modos instituídos de atenção.

Desse modo, ao aprofundar a análise, os caminhos percorreram uma reflexão mais detalhada das práticas de cuidado pelas perspectivas feministas, aliada às abordagens que reconhecem as vivências das mulheres negras. Esse caminho evidenciou a importância do aspecto interseccional nas ações de cuidado técnico-profissionais e ético-políticas dos serviços e das pessoas envolvidas.

Ao analisar minha própria atuação como psicóloga, e os diálogos com as perspectivas feministas, pude pensar na complexidade em operacionalizar modos de cuidado que sejam, de fato, interseccionais. Isto implica dizer, que é necessário estar atenta, para não recair em uma atuação que fragmenta as identidades em vez de proporcionar cuidados interseccionais. Coletar o quesito cor, conforme Sueli Carneiro aponta, é um passo consideravelmente importante nessa abordagem, mas essa prática por si só obviamente não garante um cuidado interseccional. É fundamental também considerar como as particularidades institucionais dos serviços permitem implementar, com efeitos, práticas aliadas a esse cuidado.

Refletindo sobre esse contexto, na forma prática do cuidado que considere uma abordagem interseccional, Carvalho et al. (2023) apontam que a produção de políticas que valorizem as particularidades e necessidades da saúde da população negra, passam não somente

pelo reconhecimento da desigualdade racial na saúde, mas pela sua desconstrução com a criação de espaços formativos antirracistas, que objetivem “curar as feridas” geradas pela colonialidade considerando as múltiplas identidades e opressões e assim, possibilitar o cuidado.

Pensar cuidados interseccionais na Rota Crítica da violência sexual contra mulheres negras, reside na importância de compreender que para além da situação sofrida, podem existir outras vulnerabilidades. Conforme Sueli Carneiro (2003) é importante trazer à cena a existência do reconhecimento das necessidades das mulheres negras, que atravessam os problemas socioeconômicos, a desigualdade, do racismo cotidiano, a hipersexualização do corpo, que estão arraigados na sociedade e assim, possibilitar e articular cuidados e caminhos possíveis reconhecendo essas especificidades.

Carneiro (2003) ainda destaca a respeito da violência psicológica na intersecção de raça e gênero, esse aspecto traz graves consequências na autoestima das mulheres negras, que provém da construção de uma imagem desvalorizada pela ideologia patriarcal, como também, pela comparação com mulheres brancas. Nesse contexto, é primordial considerar que historicamente a sociedade tem um imaginário social de mulheres como propriedade e negras como disponíveis. Diante dessa questão, é pertinente pensar no acolhimento culturalmente sensível, prezando pelo fortalecimento da identidade racial, que abarca questões diversas como cultura, espiritualidade e autocuidado. Elementos que não podem deixar de serem pormenorizados e vistos em sua diversidade.

O mito da fragilidade feminina descrito por Sueli Carneiro (2019) também destaca os aspectos interseccionais. Historicamente, as mulheres negras foram excluídas dessa dimensão de mulher frágil, sendo descartadas do benefício de uma proteção. Por outro lado, eram destinadas a trabalhos extremamente desumanizantes, onde essas opressões que marcaram a vida das mulheres negras, resultam de uma marginalização que impossibilitava a proteção e

outros acessos dignos. Nesse contexto, o cuidado negado às mulheres negras é reflexo da visão de que sempre foram consideradas fortes, que mesmo vivenciando situações de violência, não lhes são reconhecidas em suas fragilidades. Assim, é essencial considerarmos que suas necessidades sejam atendidas de modo mais equitativo e que recebam atenção proporcional às condições impostas pelos desafios existentes.

Carla Akotirene (2019) aborda que as respostas institucionais falham na proteção das mulheres negras, quando não operam pelo olhar interseccional. Com isso, os serviços não conseguem reconhecer necessidades específicas, especialmente das mulheres em situação de violência, por exemplo com “redes de atendimento e centros de referência geralmente instalados longe dos territórios vulnerabilizados, em prejuízo às rotas feitas pelas vítimas em busca de apoio jurídico e suporte psicossocial” (p. 40). Questão que é extremamente complexa e reside na maioria das vidas das mulheres negras. Desse modo, analisando essa questão, é pertinente pensar que para que possam ocorrer respostas institucionais aliadas ao cuidado interseccional, se faz importante serem construídos e efetivados momentos de formação profissional, que permitam diálogos sobre as dimensões dos marcadores sociais e as dificuldades e necessidades que as mulheres negras enfrentam.

Lélia Gonzalez traz suas irretocáveis contribuições para compreendermos as questões enraizadas nas realidades afro-latino-americanas. Ao denunciar, por exemplo, o modo como o capitalismo patriarcal-racista opera nesse continente, aponta de modo incisivo que as desigualdades raciais e sexuais não atuam isoladamente, mas nesse articulação estrutural, gerando uma condição de tripla opressão vivenciada pelas mulheres ameríndias e amefricanas, que são marcada por raça, sexo e classe (Gonzalez, 2020). Essa condição produz formas únicas de violência, mas também dá origem a modos de resistência singulares, sustentados por saberes

ancestrais, “história feita de resistências e de lutas, em que essa mulher tem sido protagonista graças à dinâmica de uma memória cultural ancestral” (p. 249).

São essas práticas de cuidado que desafiam o apagamento histórico e o reconhecimento dessas experiências são fundamental para a construção de trilhas de cuidado que se orientem pela justiça social, pela escuta das memórias e pelo reconhecimento e valorização das estratégias coletivas de modos de viver, sobrevivência e proteção desenvolvidas, especialmente por mulheres negras ao longo desse tempo.

Nesse sentido, a figura da “mãe preta”, narrada por Lélia Gonzalez, não deve ser lida apenas com passividade, mas compreendida como expressão de uma resistência cotidiana e afetiva, e está diretamente ligada ao cuidado, que se ressignifica como gesto político e como prática de enfrentamento (Gonzalez, 2020, p. 180). Ao cuidar de outras pessoas, essas mulheres negras também produziram maneiras de se manterem vivas em um sistema que as escravizavam e as desumanizavam sistematicamente. Tal compreensão convoca a pensar nessa postura ética e histórica do cuidado, que valorize não apenas a ação prática, mas também essas dimensões afetivas e relacionais que sustentaram suas vidas em contextos de extrema vulnerabilização.

Nesse ponto, o pensamento é na importância de não deixar às margens as experiências de resistência das mulheres negras e seus modos de cuidar, sobretudo o que entendem sobre cuidado, pois não trazer essa questão para o debate é compactuar com a lógica que objetifica e invisibiliza. Ao contrário, deve ser trazida para o centro das discussões sobre cuidado, sendo uma forma de afirmar suas/nossas existências, as lutas e os sentidos coletivos que construíram e se constroem, mesmo diante da dor de feridas abertas.

Nessa perspectiva, as contribuições de Patricia Hill Collins são fundamentais para pensar práticas de cuidado comprometidas com uma abordagem interseccional, quando aponta que a interseccionalidade não se limita a uma ferramenta teórica, mas como práxis crítica

orientada para a solução de problemas sociais, especialmente os provocados pelas desigualdades sociais que são produzidas por sistemas de poder, como o racismo, o heteropatriarcado e o colonialismo. Assim, situa a discussão da interseccionalidade ligada no centro da “desigualdade social, as relações de poder, o contexto social, a relacionalidade, a justiça social e a complexidade” (p. 48) (Collins, 2020).

Collins alinha o cuidado como ação situada, implicada e relacional nas dinâmicas sociais. A interseccionalidade oferece portanto uma dimensão indispensável para compreender como as violências, inclusive a violência sexual, operam nessa organização de dominação de poder, bem como podem ser enfrentadas por meio de ações coletivas, conduzidas por movimentos de base, profissionais e ativistas que se ancoram em formas plurais de conhecimento. Essas práticas, por exemplo, não apenas denunciam as injustiças sociais, mas se aliam a essas novas trilhas de cuidado fundamentadas na relacionalidade, solidariedade e na construção de vínculos que vem reconhecer essa questão complexa que são as experiências sociais e subjetivas (Collins, 2020).

É nesse ponto que a proposta de uma “ética do cuidar” em diálogo com as tradições do pensamento feminista negro, endossa a compreensão do cuidado interseccional. Com a valorização da singularidade, a expressividade pessoal, o papel das emoções nas interações e a capacidade de empatia como componentes centrais para a validação do conhecimento e para o fortalecimento dos vínculos entre as pessoas (Collins, 2019). Diferentemente da racionalidade técnica, o cuidado ético, relacional e interseccional parte do reconhecimento dessa experiência vivida como fonte legítima de saber e ação. Nesse ponto, esse reconhecimento se faz especialmente necessário nas práticas de cuidado e atenção às pessoas em situação de violência, uma vez que são seus corpos e vozes, que são marcadas por diferentes opressões, que carregam os efeitos, as consequências e também modos de resistir às práticas de violências. Com isso,

práticas de cuidado comprometidas com a justiça social devem se constituir como reconhecimento das diferenças, espaços de escuta implicada, e construção coletiva de alternativas possíveis, onde o pensar e agir estão intimamente conectados.

É indispensável também considerar que, ao ouvir as violências e vulnerabilidades das mulheres negras que acessam aos serviços da rede, as mulheres que atuam nesses espaços, podem igualmente ser implicadas pelos mesmos marcadores e níveis das violências que se apresentam. O fato de serem trabalhadoras que cuidam, não as isenta dessas violências, são também inseridas e atravessadas por essas estruturas de opressão e desigualdade. Esse contexto ressalta a necessidade de aprofundamentos para compreensão dessa complexa questão, o que representa um desafio que, neste momento, ultrapassa os limites deste estudo.

As colocações apresentadas aqui, não dizem respeito a negar outros elementos importantes das perspectivas feministas e do aspecto interseccional, mas de apresentar algumas contribuições no intuito de possibilidades de diálogos para pensar a problemática em questão. Tampouco não é o objetivo secar as questões que englobam os problemas que minam na Rede de Enfrentamento às mulheres em situação de violência sexual, mas de voltar o olhar para a atuação que esteja aliada ao cuidado de modo interseccional.

3. O Percurso Metodológico da Pesquisa

A pesquisa qualitativa apresenta-se como uma proposta de pesquisa-intervenção, focada na interação com coletividades e na transformação recíproca entre pesquisadora e pesquisada, ambas partes integrantes deste processo. Esse encontro de interações determina os percursos de uma pesquisa, considerando as construções e transformações que ocorrem, com o objetivo de construir e produzir novas relações. Essa perspectiva crítica abrange os aspectos sociais, históricos e políticos presentes no contexto (Rocha & Aguiar, 2003).

Baseado nessa perspectiva, Marcia Moraes cunhou o termo “PesquisarCOM”, que fundamenta a ética da costura de narrativas tanto de quem pesquisa quanto de quem é pesquisada. Essa abordagem permite estabelecer vínculos mais profundos com o campo e dispersar outras versões da narrativa, além da considerada prevalente. Ao caminhar na construção de uma pesquisa artesanal, resiste-se ao modo de pesquisa hegemônico e busca-se valorizar as narrativas contadas, tecidas, compartilhadas e produzidas, em vez de produzir apenas objetos. Dessa forma, esse caminho de afetos e transformações se torna gerador de uma maior aproximação com a realidade vivida (Moraes & Quadros, 2020).

Em consonância com essa proposta, a metodologia adotada neste estudo se alicerça na Análise Institucional (AI), particularmente na vertente da pesquisa-intervenção, que visa problematizar aquilo que está instituído, trazendo à cena os elementos que compõem a instituição (Lourau, 1993). As estratégias de intervenção são práticas desnaturalizadoras, que buscam analisar a rede de poder e interesses presentes no campo, analisando as práticas institucionais e possibilitando novas criações. Assim, questiona-se, portanto, as formas constituídas de poder das teorias, das relações e das organizações, permitindo a criação de novas práticas institucionais (Rocha & Aguiar, 2003).

Ao buscar compreender a Rota Crítica da violência sexual contra mulheres negras, junto com as pessoas pertencentes a Rede de Enfrentamento da Violência Sexual, não buscamos apenas mapear os trajetos, mas aprofundar os vínculos e construir em conjunto uma análise que revela as práticas de cuidado que muitas vezes podem reproduzir acolhimento ou opressões. Como psicóloga, que atua diretamente com pessoas em situação de violência sexual, o olhar interseccional que foi adotado neste estudo não é uma escolha teórica distante, mas uma necessidade prática e ética, reconhecendo a importância de dialogar sobre os marcadores que se entrelaçam.

A pesquisa-intervenção guiada pela abordagem institucionalista, considera as dimensões subjetivas das pessoas envolvidas e as relações estabelecidas com o campo. Deste modo, como prática social, não considera um campo como isolado daquilo que motiva e resulta da pesquisa, nem dá espaço para a neutralidade científica. Assim, se compromete a desconstruir a dicotomia pessoa e objeto, teoria e prática, desafiando as fronteiras e métodos rígidos estabelecidos (Rocha, 2006; Nascimento & Lemos, 2020).

É relevante mencionar que a Análise Institucional opera com conceitos importantes, e o trabalho em questão está orientado por esses conceitos visando desenvolver a pesquisa-intervenção. Um dos conceitos centrais é o de campo análise, que abrange um conjunto de conhecimentos históricos, políticos e conjunturais sobre o campo investigado. A partir disso, quando as experiências locais entram em análise social, histórica e politicamente, se constitui o campo de intervenção (Rocha, 2006).

Nesse contexto, as instituições são lógicas organizadas e estabelecidas, tais como as leis, organizações, normas, discursos e práticas, que orientam e pronunciam determinada atividade humana (Baremblytt, 2002). Duas dimensões são consideradas importantes na dinâmica das instituições: o instituinte e o instituído. O instituinte representa as forças que transformam,

forças produtivas de lógicas, que se apresenta como um processo dinâmico, com mudanças constantes. Já o instituído, expressa-se como uma dimensão condicionante, estática, que faz parte de um processo de produção e apresenta-se como resultado do processo. Essas duas dimensões não se caracterizam como boas ou ruins, mas sim coexistem e interagem, operando de forma contínua dentro das instituições (Baremlitt, 2002).

Outro conceito essencial na AI são os analisadores, que Baremlitt (2002) descreve como aquilo que torna evidente o jogo de forças existente ou aquilo que é resultado do que está determinado. Ou seja, os analisadores surgem com mais força e revelam-se, são instrumentos ou acontecimentos utilizados para compreensão dos elementos e dinâmicas que estão presentes. No caso desta pesquisa, a análise em questão foi construída ao longo do processo, baseada nos analisadores que emergiram durante os encontros.

Nessa abordagem não buscamos apenas compreender as instituições como algo abstrato, mas sim desvelar as forças que moldam as práticas e as relações de poder que podem existir e se manifestar. Ao trazer as perspectivas feministas e a interseccionalidade para o centro da análise, foi possível reconhecer e analisar as múltiplas dimensões de opressão que afetam as mulheres negras no contexto da violência sexual, considerando marcadores como raça, gênero e classe, evidenciando como essas múltiplas dimensões de opressão as afetam de maneira singular, e como as respostas institucionais, precisam ser repensadas para atender tal realidade.

Lourau (1993) define a implicação na pesquisa como o "conjunto de condições" que surgem e moldam esse processo. Com isso, reconhece que a pessoa que pesquisa é parte integrante da pesquisa, sendo influenciada pelas interações que compõem o processo. Durante o processo, estamos constantemente sendo transformadas pelas dinâmicas que circundam. Essas dinâmicas nos implicam de forma direta, emergindo do campo de estudos e das interações com as pessoas envolvidas no contexto da pesquisa. Também implicará em uma reflexão constante

sobre nossas próprias experiências e as influências na condução e nos resultados da pesquisa, tornando a análise mais crítica das múltiplas camadas que compõem o campo (Mendes et al., 2016).

Enquanto psicóloga, ao dialogar com as nuances do fenômeno da violência sexual contra mulheres negras com outras pessoas pertencentes à Rede de Enfrentamento, me permito pensar e estar atenta na condução do desenvolvimento de elementos para estratégias de intervenção sensíveis, que considerem as múltiplas realidades enfrentadas por essas mulheres. Essas realidades singulares, presentes na dinâmica do trabalho junto com pessoas em situação de violência sexual, exigem uma reflexão constante sobre como nossas próprias implicações e experiências, influenciam e moldam a condução das nossas práticas.

Nesta pesquisa, ao colocar em análise a Rota Crítica da violência sexual contra mulheres negras, guiamos o caminho pelos passos da socioclínica, que incluem a análise da encomenda e demanda, a participação das pessoas na abordagem, o trabalho dos analisadores, a análise das transformações, a aplicação das modalidades de restituição, a análise das implicações, a produção de conhecimento e a atenção aos contextos e interferências institucionais (Monceau, 2013). No entanto, reconhecemos que, ao passo que a pesquisa avançou, o campo revelou quais passos emergiram e foram possíveis de análise.

3.1 Local da Pesquisa

A pesquisa foi desenvolvida na cidade de Parnaíba-PI, localizada na planície litorânea do Estado. O município conta com uma população de 162.159 habitantes, estimada no último censo de 2022 (IBGE, 2023). A pesquisa-intervenção ocorreu no espaço da Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAr), por meio de atividade do programa de extensão Núcleo de Atenção e Prevenção a Pessoas em Situação de Violência (CACTUS), no qual integramos.

O programa está vinculado ao curso de Psicologia e é cadastrado na Pró-reitoria de Extensão da UFDPAr.

O CACTUS tem como objetivo principal prestar atendimentos psicológicos às pessoas em situação de violência sexual no município e regiões próximas, que são encaminhadas pelos serviços de saúde, assistência e justiça, com os quais mantém parceria ativa. Além disso, o programa desenvolve atividades informativas e educativas sobre a temática nas redes sociais e realiza intervenções sobre educação em sexualidade nas escolas, voltadas para o público infantojuvenil e equipe gestora.

Outra atividade realizada pelo CACTUS, são momentos formativos através de cursos sobre a temática, tanto para profissionais quanto para estudantes. O programa proporciona essa atividade desde 2021, direcionando o debate para a prevenção e o enfrentamento da violência sexual, os desafios e a articulação em rede nesse cenário, a humanização e a produção do cuidado as pessoas em situação de violência sexual.

3.2 Participantes

As participantes da pesquisa foram pessoas pertencentes à Rede de Enfrentamento à Violência contra Mulheres, com atuação em diferentes áreas. Participaram 05 pessoas, mulheres cisgênero e com idades entre 20 a 34 anos. Com relação ao quesito raça/cor, as participantes se autodeclararam: preta (n=02), parda (n=02) e branca (n=01) e atuam ou atuaram nas áreas da saúde, assistência social, justiça e educação.

Das cinco participantes, três estavam vinculadas ao serviço de saúde, uma à assistência social e outra à educação. Importante mencionar que três delas já possuíam experiências em

mais de um serviço da rede (saúde, assistência social e justiça), o que contribuiu com as trocas de experiências e vivências ao longo da pesquisa.

Para assegurar o sigilo e o anonimato, especialmente diante da sensibilidade do tema e dos relatos compartilhados, optou-se por identificar as participantes exclusivamente por siglas, designando-as como P1 a P5, de forma a preservar sua privacidade e respeitar a confidencialidade inerente ao contexto da pesquisa.

3.3 Procedimento

Por meio do programa de extensão CACTUS da UFDPAr, promovemos oficinas presenciais destinadas as pessoas da Rede de Enfrentamento à Violência Sexual. O convite para essas oficinas, foi vinculado na rede social do programa e entregue aos diferentes serviços da rede, sendo detalhados o vínculo com a pesquisa e todos os aspectos do estudo, incluindo seus objetivos, para que assim as pessoas expressassem seu interesse, assegurando a participação voluntária.

Após a manifestação de interesse, foi realizada a seleção das inscritas. Antes do início das oficinas, cada participante foi orientada a assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que continha o propósito da pesquisa, os detalhes do envolvimento, as autorizações necessárias para gravação e registro de imagens, bem como as garantias de confidencialidade e proteção de seus dados.

3.4 Instrumentos

As oficinas temáticas foram fundamentais para permitir a construção daquilo que emergia nos encontros. Através das oficinas, adentramos, refletimos e construímos em conjunto, caminhos sobre essa problemática. Cada oficina possibilitou visibilizar os processos pessoais e de trabalho das participantes, produzindo conhecimento, partilhando experiências, visibilizando possibilidades e coproduzindo reposicionamentos sobre a questão da violência sexual.

Desse modo, as oficinas não se configuram meras ferramentas metodológicas para registro de informações, são dispositivos que facilitam os processos e a negociação de sentidos, expondo uma diversidade de perspectivas e significados que nem sempre são consonantes. Ao possibilitar o compartilhamento das visões sobre o tema, criam espaços reflexivos que promovem engajamento político e potencializam mudanças nas práticas das pessoas envolvidas. A proposta das oficinas no entrecruzamento das suas dimensões permite a visualização dos detalhes estruturais, relacionando questões ético-políticas com bases teóricas, e criando ambientes de diálogo onde surgem trocas significativas (Spink et al., 2014).

A realização das oficinas pelo CACTUS, sendo considerada como um dispositivo, possibilitou uma rede que atravessa e potencializa os processos de produção, reinvenção e suas formas de enfrentamento. Enquanto práticas inseridas no campo do cuidado em saúde e da formação crítica e política, essa ação não apenas objetivou falar sobre experiências, mas também tensionar saberes instituídos, abrindo caminhos para escutas mais posicionadas e implicadas, de fato. Assim, cria-se condições para novos possíveis, narrativas e estratégias.

Mas do que isso, o próprio CACTUS e os processos interventivos realizados nessa extensão, podem ser vistos como um dispositivo por que articula: cuidado, práticas, afetos, saberes, formação e relações que operam sobre e com as pessoas. E além disso, produz efeitos. Assim, é também uma rede que envolve elementos, por que é atravessado por muitas questões.

Ao tornar possível falar e atuar sobre a violência sexual dentro de um espaço de poder, como uma questão pública, complexa, coletiva e não individual. Institui possibilidades, ao construir discursos implicados no cuidado e prevenção. Organiza práticas, ao sempre proporcionar formas interventivas como oficinas, formações, cursos, grupos de estudos, no sentido de modos de fazer e se relacionar com o sofrimento, com a violência, com as vulnerabilidades e também com a garantia de direitos. Mobiliza pessoas e afetos com implicação, em todos os seus momentos e ações, seja nas oficinas ou nos atendimentos. Articula e conecta saberes, formação crítica e diferentes campos, ao atuar junto com a universidade, a rede de proteção e a comunidade.

Nesse sentido, embora atue dentro de uma universidade, tensiona a norma, produzindo caminhos, de escutar o que foi silenciado, acolher a quem foi considerado culpa, amparar aquilo que trouxe medo. E sustenta, apesar dos inúmeros desafios, a criação de possibilidades para pensar e falar sobre cuidado, educação, sexualidade, infâncias e adolescências, mulheres, corpo, sofrimento, prevenção, proteção e resistências.

Assim, para possibilitar este processo, foram realizadas três oficinas temáticas, durante dois dias seguidos, em diferentes turnos, com aproximadamente 2h de duração. Os momentos foram pensados e preparados para serem algo vivencial, em que pudéssemos adentrar os caminhos dessa rota, percebendo e sentindo aquilo que nos afetava. A seguir serão descritos a construção, os momentos e objetivos de cada passo nesse percurso.

A Oficina Temática 1, teve como tema: A Rota Crítica da Violência Sexual contra Mulheres Negras. No primeiro momento o objetivo foi apresentar o conceito da Rota Crítica por Sagot para o reconhecimento, evidenciando as problemáticas existentes e construindo espaços de diálogos sobre a questão. Foram realizadas atividades de apresentação das pessoas presentes e os serviços que estavam ou estiveram inseridas, com uma explanação breve sobre a

importância de discutir a Rota Crítica da violência sexual contra mulheres negras e a apresentação do cronograma e dinâmica de todas as oficinas.

O segundo momento foi destinado ao conceito da Rota Crítica, com o objetivo de favorecer o diálogo sobre a base teórica e histórica dessa rota, a discussão sobre as etapas e os fatores inibidores e impulsionadores enfrentados pelas mulheres em situação de violência sexual. Esse momento foi conduzido pela pergunta disparadora: “O que vem à mente de vocês quando falamos de rotas críticas da violência sexual?”.

O terceiro momento dessa oficina teve como objetivo dialogar sobre a violência sexual contra as mulheres negras e a interseccionalidade de raça, gênero, e classe nesse fenômeno. Nesse momento, as participantes foram convidadas a adentrar em uma sala, onde foram colocadas cartas dispostas em formato de caminho, em que puderam percorrer, Figura 1.

Figura 1

O caminho das cartas



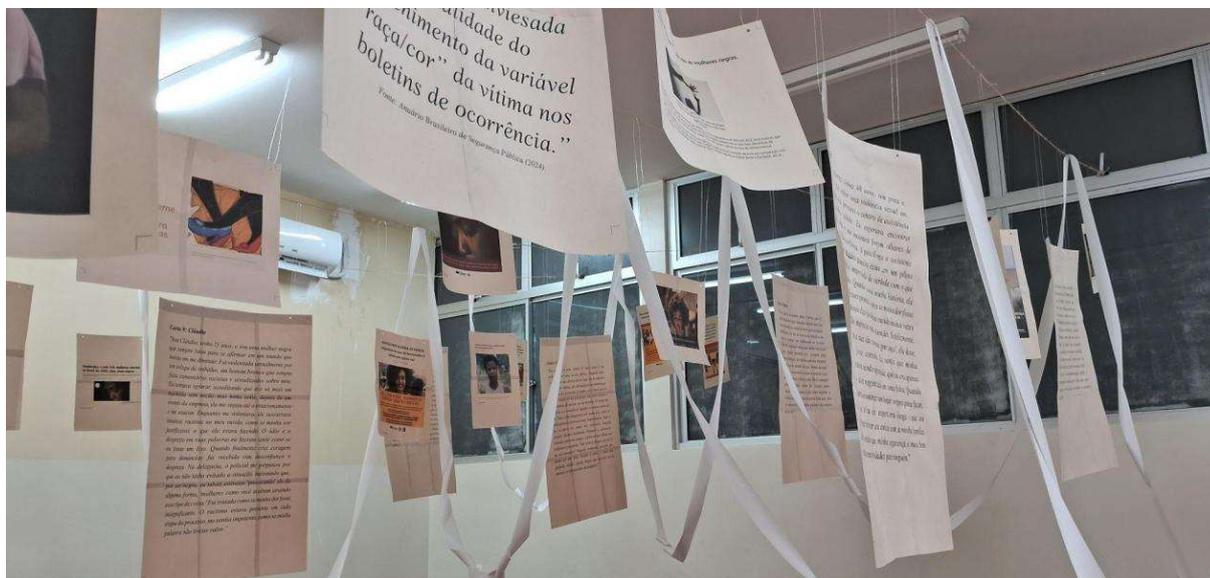
Fonte: Elaborada pela autora.

As cartas pelo caminho simbolizam os percursos enfrentados por mulheres negras em relação à violência sexual. O caminho apresentava depoimentos e histórias de vida de 10 mulheres negras, baseadas em vivências reais que acompanhei enquanto psicóloga, por meio de atendimentos, supervisões de casos e outras experiências profissionais. Embora os relatos sejam autênticos, alguns elementos foram modificados para preservar qualquer tipo de identidade das pessoas envolvidas, incluindo a alteração de nomes e outros detalhes específicos que poderiam possibilitar a identificação das mulheres. O percurso também apresentava os dados estáticos, reportagens e notícias sobre a violência sexual contra mulheres negras, e um vídeo com relato de vida de uma mulher negra que passou por essa situação, Figura 2.

Essa experiência não foi apenas uma leitura do material, mas uma caminhada pela história e pelos desafios vivenciados por muitas de nós. Enquanto percorriam esse caminho, o convite foi para que cada uma realizasse a leitura das cartas, permitindo que através dos relatos, buscassem refletir sobre as questões, Figura 3. Após isso, foi realizada análise coletiva do caminho das cartas apresentadas e discussão sobre os desafios enfrentados. Esse espaço foi destinado para que as participantes falassem das suas emoções ao longo dessa experiência, conectando essas reflexões com os desafios práticos e institucionais que enfrentam em seus trabalhos.

Figura 2

Depoimentos e histórias de vida



Fonte: Elaborada pela autora.

Figura 3

Participantes percorrendo o caminho das cartas



Fonte: Elaborada pela autora.

O quarto momento foi destinado para o mapeamento da Rota Crítica, com objetivo da criação de um produto. As participantes elaboraram um mapa visual da rota com objetivos de identificar os pontos críticos e as falhas dos serviços, facilitando a troca de experiências, as reflexões sobre o trabalho desenvolvido e quais deveriam ser as respostas institucionais. Nesse momento também foram realizadas discussões sobre as estratégias para superar esses obstáculos, que foram guiadas pelas experiências pessoais e de trabalho relacionadas à rota e as práticas de cuidado instituídas, proporcionando reflexão sobre como essas experiências se alinham ou diferem das apresentadas nos casos, Figura 4

Figura 4

Mapeamento das Rotas Críticas



Fonte: Elaborada pela autora.

A Oficina Temática 2, teve como tema: As Perspectivas Feministas e a Interseccionalidade. O primeiro momento desta oficina objetivou apresentar o tema e estabelecer espaços de diálogos destinado para os conceitos fundamentais do feminismo e interseccionalidade, com objetivo de favorecer uma base teórica sobre o tema e sua aplicabilidade na análise da violência sexual contra mulheres negras.

A sala foi preparada com uma projeção que pudesse suscitar a discussão nessa oficina. A arte escolhida para esse momento, está presente na edição especial do livro de Ana Maria Gonçalves, “Um defeito de Cor” (2006), no qual a leitura me acompanha durante toda a minha trajetória no Mestrado. A protagonista Kehinde, narra o seu caminho de vida em detalhes, a sua captura, a vida como escravizada, os seus amores, as decepções, os sofrimentos, e suas vitórias. Na edição especial desse livro, o projeto gráfico inclui as obras de Rosana Paulino, uma delas retrata uma mulher negra com uma corda amarrada à cintura e às pedras. Nessa oficina, foi realizado o convite às participantes para analisarmos essa imagem, onde percebemos a profundidade simbólica que ela nos colocou a pensar a interseccionalidade. Refletindo assim sobre cada elemento da arte projetada, pudemos dialogar sobre as questões que alimentam a violência sexual contra as mulheres negras, Figura 5.

Figura 5

A obra de Rosana Paulino



Fonte: Elaborada pela autora.

Na sala também foi preparada uma arte no chão, para que pudéssemos visualizar como as experiências de mulheres negras em situações de violência sexual são complexas e entrelaçadas. Cada elemento dessa arte, as cordas, nós, as folhas, as flores, as pedras, as palavras e as interseções nos guiaram para discutir as diferentes camadas de opressão e resistência, com base na raça, gênero e classe, Figura 6.

Figura 6

A interseccionalidade em ação



Fonte: Elaborada pela autora.

O segundo momento da oficina, foi destinado para discussão das histórias e narrativas das cartas, no qual foi intitulado “Vozes das Mulheres Negras”, com objetivo de articular os relatos de experiências vividas por mulheres negras e dar voz às suas histórias. O terceiro momento foi voltado para as perspectivas feministas e interseccionalidade em ação, com objetivo de desenvolver a continuidade da confecção do produto da oficina anterior. As participantes puderam descrever e apresentar a análise interseccional das situações, com reflexão sobre como raça, gênero e classe influenciam nas experiências dessas mulheres, as

com a discussão sobre experiências, dificuldades, compartilhamentos, reflexões, pontos fortes e áreas que necessitam de melhoria no cuidado às mulheres. No último momento, foram realizadas atividades de continuidade do produto das oficinas anteriores, com criação de um mapa com os elementos importantes para o cuidado interseccional.

Os encontros foram conduzidos de forma aberta e participativa, promovendo uma escuta ativa e respeitosa às experiências e diversidades partilhadas. Por fim, abordamos o tema do cuidado de quem cuida, criando um espaço para acolher as dificuldades compartilhadas nesse trabalho e refletir sobre a importância do autocuidado. Nesse momento, como forma de agradecimento pela participação e incentivo ao autocuidado, especialmente diante da dificuldade de cuidar de mulheres em situação de violência sexual, foi entregue às participantes uma lembrança simbólica: um esalda-pés, representando a importância dos momentos de cuidado, pausa e reconexão.

Além das oficinas, o diário de campo foi uma ferramenta crucial utilizada em todo percurso da pesquisa, ferramenta que possibilita discorrer sobre as experiências vividas, para produção de dados daquilo que foi observado, produzido e sentido, com isso colocar os acontecimentos em análise. O diário de campo possibilita analisar os movimentos instituintes, o cotidiano registrado, de onde surgem as criações e espaços de reflexões sobre as práticas e saberes produzidos na pesquisa. A escrita do diário reflete aquilo que foi percebido, das alegrias aos conflitos experienciados no campo, narrando os acontecimentos, o que amplia visualizar as inquietações comuns (Lourau, 1993; Nascimento & Lemos, 2020; Mendes et al., 2016).

Os diários de campo, nesse caminho de pesquisar com as pessoas pertencentes a Rede de Enfrentamento à violência sexual contra mulheres negras, foram a expressão dos sentidos, sentimentos e tensões que permeiam os encontros, considerando que cada narrativa compartilhada envolveu processos subjetivos e dificuldades diante desse fenômeno. Ao

descrever os encontros, as palavras puderam capturar os detalhes das interações, os momentos de pausa e silêncio, as conexões com as mesmas dificuldades, que expressam significados e surgiram dos momentos partilhados.

Nesse sentido, os diários permitem que elementos fora do texto, ricos em detalhes e capazes de evidenciar as complexidades dos acontecimentos, traduzam as dinâmicas do processo de pesquisa, promovendo uma compreensão mais profunda das implicações, bem como uma reflexão crítica que se faz necessária considerando a própria prática e os contextos institucionais envolvidos no processo. Com isso a pessoa que pesquisa coloca em análise as próprias suposições, métodos, as dinâmicas de poder existentes e as suas próprias expectativas (Nascimento & Lemos, 2020).

Esse processo de escrita dos diários de campo e a reflexão crítica que o acompanha, se tornou uma forma de adentrar profundamente no cotidiano institucional vivido, e visualizar como as práticas de cuidado as mulheres negras em situação de violência sexual, são constantemente tensionadas por diversas questões inerentes ao trabalho e como podem ser reelaboradas para possibilitar cuidados. No discorrer das palavras, que foram atravessadas por afetações, os diários puderam revelar aquilo que no momento passou despercebido, sejam as dificuldades que continuam diariamente a enfrentar, sejam o desafio de acolher e possibilitar cuidado para essas mulheres.

O processo de análise dos dados nesta pesquisa foi orientado pelas perspectivas feministas e pela Análise Institucional, utilizando os analisadores emergentes ao longo das oficinas e da escrita dos diários de campo. Foram analisadas as relações com as dinâmicas de poder e opressão, especialmente no que tange à interseccionalidade de raça, gênero e classe. Com isso, buscamos analisar as práticas instituídas, as forças instituintes e os processos que

emergem do campo, considerando as implicações da pesquisadora e das participantes nesse processo.

3.5 Aspectos Éticos

A pesquisa centrou-se na valorização dos encontros com as participantes, no qual produzimos em conjunto os conhecimentos partilhados, com espaço para o reconhecimento das implicações durante esse processo. Nossos encontros não foram apenas uma coleta de informações, mas encontros importantes em que as vivências pessoais e profissionais foram fundamentais para compreender a complexidade que envolve o trabalho em rede. Assim, os encontros foram construídos para reconhecer as diversidades, com respeito às singularidades das narrativas, e durante todo o processo o compromisso ético sempre esteve aliado para a contribuição de práticas de cuidado mais sensíveis.

Como descreve Moraes e Quadros (2020) a ética em pesquisa vai além do cumprimento de normas, esse processo está intrinsecamente ligado à forma como ocorre a relação entre pesquisadora e pesquisadas, e como colaboram na produção do conhecimento. No fazer junto, considerando as interações, vivências e escolhas, se faz o encontro ético e político onde há responsabilidades mútuas. Além disso, nos encontros, a pesquisadora cria e molda realidades por meio da pesquisa, isso exige uma postura ética, com o reconhecimento da pesquisa como espaço coletivo, onde as questões afetam todas as pessoas envolvidas.

Por isso, o espaço foi pensado para garantir acolhimento, segurança e confiança, principalmente por considerar o foco sensível do nosso trabalho, com mulheres em situação de violência sexual. Além do mais, foi destinado espaço para dúvidas sobre os encontros que foram sanadas prontamente, apresentado e colhido assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), no qual detalha o caráter voluntário de sua participação, os objetivos do estudo, enfatizando o sigilo das informações e o anonimato das participantes. Também foram

informados sobre os riscos e benefícios da participação e o direito de retirar-se a qualquer momento do estudo sem qualquer prejuízo, bem como solicitado a autorização para gravação e registro de imagens.

A pesquisa foi autorizada pelo Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Federal do Delta do Parnaíba, com parecer número 7.079.030. O trabalho atendeu os preceitos da Resolução Ciências Humanas nº 466, de 12 de dezembro de 2012, que visa “assegurar os direitos e deveres que dizem respeito aos participantes da pesquisa, à comunidade científica e ao Estado” (p.1), da Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016, que dispõe sobre “as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes ou de informações identificáveis ou que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana” (p.1), e as orientações do Ofício Circular nº 2/2021/CONEP/SECNS/MS, que contempla os procedimentos em pesquisas que envolvem qualquer etapa em ambiente virtual, considerando a etapa de divulgação do convite das oficinas e seleção das participantes.

4. Resultados e Discussões

Após a realização das oficinas com as participantes, organizamos quatro blocos temáticos baseados nas questões e reflexões que emergiram durante a pesquisa e os encontros. A seguir, será apresentado cada um desses blocos, sendo: “A rede de elementos do dispositivo da violência sexual contra corpos negros”, abordando os elementos desse dispositivo, considerando os corpos racializados e marginalizados nesse contexto, e como as respostas institucionais se entrelaçam e reforçam as estruturas de opressão; “A Rota Crítica: entraves, desafios, resistências e o aspecto interseccional”, evidenciando aspectos dos processos institucionais, as barreiras institucionais, falta de acolhimento adequado e revitimização, as resistências que emergem e buscam desafiar práticas instituídas, como também o aspecto interseccional; “Novas trilhas de cuidados interseccionais”, trazendo ao debate as práticas instituintes, que rompem o padrão do cuidado que está padronizado e propõem atitudes e práticas com abordagem interseccional, com trilhas mais sensíveis as vivências das mulheres negras e “A escrita sobre si, sobre todas nós, sobre o tempo”, na tentativa de descrever sobre o processo e a experiência de pesquisar e escrever para mulheres negras.

Na discussão dos pontos emergentes a partir da análise, utilizamos fragmentos das cartas, citações das falas das próprias participantes da pesquisa, bem como as lembranças dos encontros que tive ao longo desse caminho, registradas e descritas nos diários de campo. Contudo, estas permanecerão anônimas, visto que seus nomes, local onde trabalham ou trajetória de trabalho não serão divulgados, garantindo assim o cumprimento dos aspectos éticos da pesquisa.

Essa abordagem visa não apenas assegurar o anonimato, mas também preservar o respeito e a segurança das participantes, dentro do contexto em que estamos inseridas, aspectos que são fundamentais para a ética em pesquisas que abordam principalmente temas sensíveis.

Dessa forma, as experiências de trabalho e individuais que foram compartilhadas nos momentos, foram analisadas com o devido cuidado e compromisso ético.

A minha inserção neste campo, não começa com o início dessa pesquisa no Mestrado. Já era possível visualizar as forças dessa rota, na atuação diária com a rede de serviços e pessoas que compartilham do mesmo trabalho. Nesse sentido, foi possível pensar junto com as participantes os elementos do dispositivo, os aspectos da interseccionalidade, as práticas que já sabíamos serem instituídas e desvelar práticas instituintes dentro desse cenário.

4.1 A rede de elementos do dispositivo da violência sexual contra corpos negros

No caminho das cartas estavam presentes fragmentos das vivências das mulheres negras que passaram por situação de violência sexual. Esses relatos, aliado as reportagens vinculadas sobre o assunto e os dados estatísticos sobre o fenômeno da violência possibilitaram abordar os elementos do dispositivo da violência sexual e suscitar as percepções e as reflexões das participantes.

As cartas enquanto dispositivo, geraram a produção de reflexões sobre a violência sexual contra os corpos negros. A leitura das histórias descritas de Ana, Luiza, Maria, Carla, Joana, Débora, Solange, Rita, Cláudia e Vanessa (nomes fictícios), permitiram a elaboração de experiências de vida e trabalho, sentimentos presentes e pensamentos, evidenciando uma rede elementos conectados e fundamentais para compreender as múltiplas camadas que compõem o dispositivo da violência sexual. Como descrito nas seguintes falas:

“Para mim foi revisitar muitos casos que já atendi. É sempre por alguém conhecido, sempre o policial que violenta novamente, sempre é um

conhecido próximo, na maioria dos casos.” P5. Diário de Campo 27 de setembro de 2024.

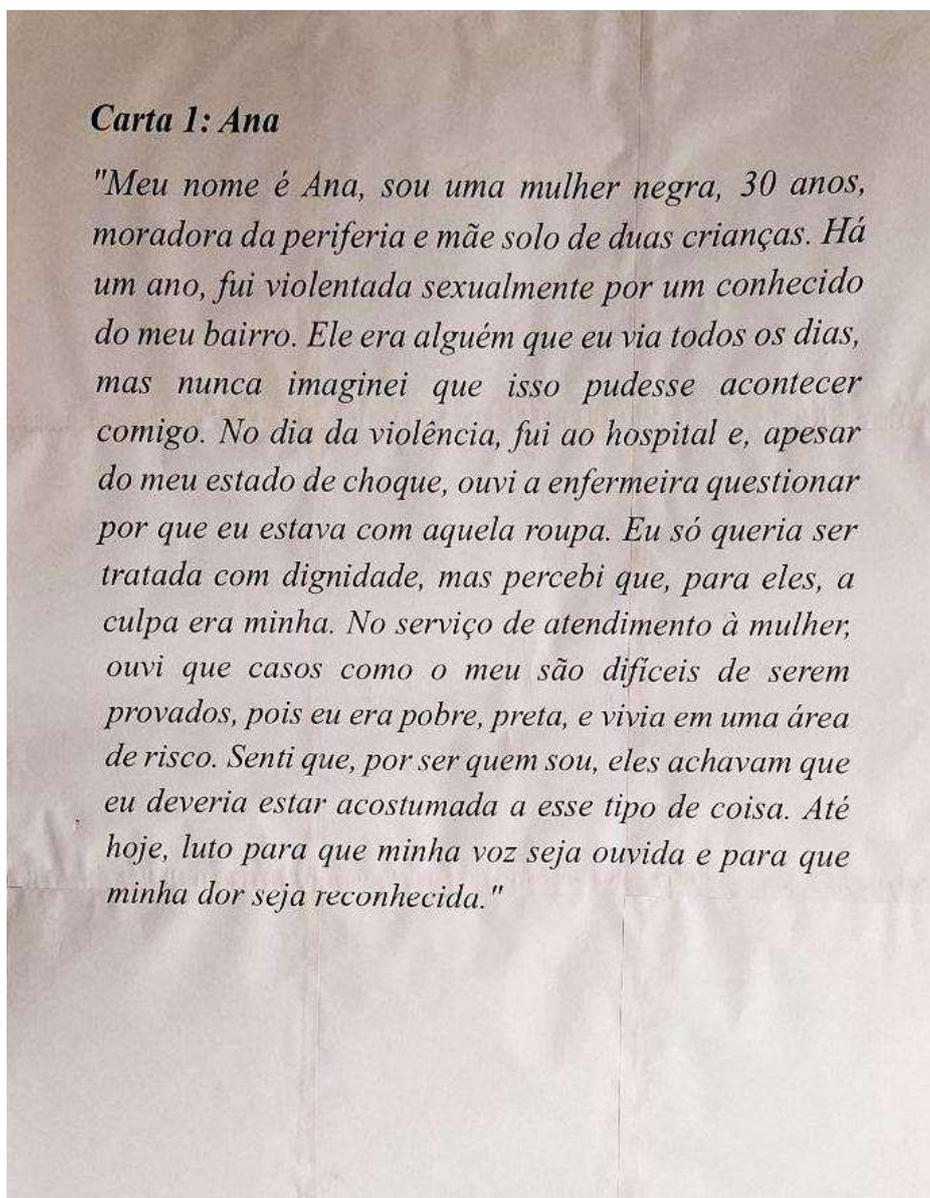
“Eu comecei o caminho onde a parte principalmente que havia a raça e a etnia elas não são preenchidas. E me veio muito na cabeça, como esse processo é de violência contra as pessoas. E como a gente chega até aqui, tendo crianças e adolescentes, mulheres negras sendo violentadas. Então, esse não é um percurso que não vem de agora, vem de muito antes. E quantas mulheres continuam no mesmo lugar de violência, parece que a gente não caminha. É muito doloroso ver o relato delas, principalmente porque me enxergo nesse lugar. Eu sou uma mulher preta. E ver elas falando o quão são desumanizadas é muito doloroso mesmo. Porque é um percurso que não é de agora. Tem um sentido. A gente está falando de um problema de saúde pública, onde o Estado, onde as políticas públicas não avançam para resolver esse problema. E a quem interessa não resolver?” P2. Diário de Campo 27 de setembro de 2024.

“E é sempre muito doloroso a gente entrar em contato com textos assim, com relatos assim. Embora faça parte da nossa prática e embora a gente também veja diariamente notícias desse tipo. Mas, enquanto mulher, enquanto pessoa negra, não tem como não se sentir atravessada. Lendo esses relatos todos, me lembra e me vem muito a bell hooks. E o livro dela “E eu não sou uma mulher” o “Erguer a voz”. Onde o tempo todo ela fala sobre esse processo, tão difícil que é para uma mulher negra se reafirmar.” P4. Diário de Campo 27 de setembro de 2024.

Nas cartas, emergem histórias de mulheres, negras, pobres, trabalhadoras, cujas trajetórias revelam de maneira precisa a intersecção entre raça, gênero e classe. Esses marcadores entrelaçados, compõem as experiências de violência sexual vividas e os desafios enfrentados na busca por cuidado e justiça. As narrativas com destaque na condição de ser mulher, negra, pobre e trabalhadora intensifica as vulnerabilidades, e refletem as múltiplas opressões estruturais que atravessam seus corpos e vidas. Os elementos do dispositivo da violência sexual contra as mulheres negras, anunciados nas dez cartas, estão profundamente ligados a esses marcadores sociais, configurando assim em experiências e barreiras específicas que são enfrentadas cotidianamente por essas mulheres.

A violência sexual contra mulheres negras não pode ser dissociada das marcas do racismo, e sua dimensão estrutural, social e institucional. O racismo, enquanto elemento desse dispositivo, atravessa corpos e histórias, criando camadas de exclusão que tornam a vida das mulheres negras ainda mais vulnerável. Está presente cotidianamente nos olhares e comportamentos, nas respostas institucionais, e nos questionamentos sobre a veracidade dos seus relatos. Uma forma de discriminação que limita os acessos aos direitos, reforça desamparos, naturaliza a exclusão das pessoas negras, desumanizando e tornando-as invisíveis, conforme podemos observar no relato de Ana, Figura 8².

² As cartas utilizadas como recurso nesta pesquisa contêm a palavra “vítima”, pois enfatizam os relatos tal como foram ouvidos. Essa escolha está relacionada ao reconhecimento do modo como as mulheres se percebiam naquele momento, sendo, portanto, um aspecto preservado nas cartas para evidenciar essa vivência e representação.

Figura 8*A Carta de Ana*

Fonte: Elaborada pela autora.

Na carta de Ana, é explícito como as respostas institucionais não apenas falharam ao oferecer acolhimento, como também entrelaçam e reforçam as estruturas de opressão como o racismo. Como os questionamentos sobre sua roupa que transfere a responsabilidade da situação vivida para ela e a deslegitimação de sua voz, naturalizando a violência como algo inerente aos corpos negros.

Como aponta Carneiro (2023) o racismo atua de forma estrutural, em que organiza e hierarquiza relações raciais e sociais, disciplinando e naturalizando desigualdades, com objetivo lógico da exclusão. Busca assim, legitimar os privilégios da supremacia branca, nos quais determinar o sistema de dominação e exploração. Esse processo depende, portanto, da naturalização das diferenças entre os grupos, que assim se constroem historicamente e sustentam os interesses de poder.

Nos diálogos e reflexões desse momento junto com as participantes, emergiu uma compreensão de que esses elementos do dispositivo estão profundamente entrelaçados e sufocam a existência, como descreveu a participante P2: “Os papéis colocados por cima das cartas estavam me causando uma certa agonia. E eu fiquei pensando que é essa agonia que essa mulher negra vive dentro dessa rota... O contexto que ela vivência, que muitas vezes é o de pobreza, de racismo, um contexto de vulnerabilidade. Essa cultura do machismo, muitas vezes, as histórias que a gente leu aqui nas cartas sempre é um homem, o irmão, o pai, o marido. Sempre esse homem que faz parte de uma certa cultura, de uma cultura da violência”.

A cultura do estupro contra as mulheres, é um elemento que pactua e traduz quais os corpos são acessíveis para serem violados. É uma estrutura com práticas que alicerçam relações desiguais de poder e controle sobre os corpos, especialmente das mulheres negras, no qual se perpetuam ciclos de violências que são naturalizadas por gerações e reforçam hierarquias desiguais e excludentes. Como demonstrado na descrição de Maria, Figura 9.

Figura 9*A Carta de Maria***Carta 3: Maria**

"Eu sou Maria, uma mulher preta e pobre, com 45 anos, trabalhadora rural. Trabalhei durante anos em uma propriedade, em condições duras, para sustentar minha família. Um dia, ao voltar desse trabalho, um grupo de capangas que trabalhavam na fazenda vizinha me estupraram e ameaçaram minha vida se eu falasse. Quando finalmente criei coragem para procurar a delegacia, fui recebida como uma ninguém. O policial que me atendeu disse que 'mulher da roça' deveria estar acostumada a esse tipo de situação e que, se eu quisesse fazer a denúncia, seria difícil conseguir provas. No hospital, também fui tratada como ninguém, e nenhum exame foi feito para registrar a violência, disseram que não precisaria. Senti que, por ser mulher, preta e pobre, minha palavra valia menos do que nada."

Fonte: Elaborada pela autora.

Na carta de Maria, sua narrativa expõe de maneira contundente como essa cultura atravessa os marcadores sociais, revelando quais corpos são violados e descartados. A história de Maria e os sentimentos narrados: “Senti que, por ser mulher, preta e pobre, minha palavra valia menos do que nada”, dialoga com a ideia de que a cultura do estupro é um elemento estruturado por relações de poder que causam silenciamento e culpabilização.

Carneiro (2003) dentro dessa questão, enfatiza esse processo como “continuum histórico” ao evidenciar sobre a exploração sexual das mulheres negras e os papéis subalternos nos quais são enquadradas e perpetuadas na história. É nessa perspectiva em que essa cultura se alimenta, sustentando narrativas de desumanização e permissão para as violências contra as mulheres negras, com impactos diretos na forma como são tratadas na sociedade.

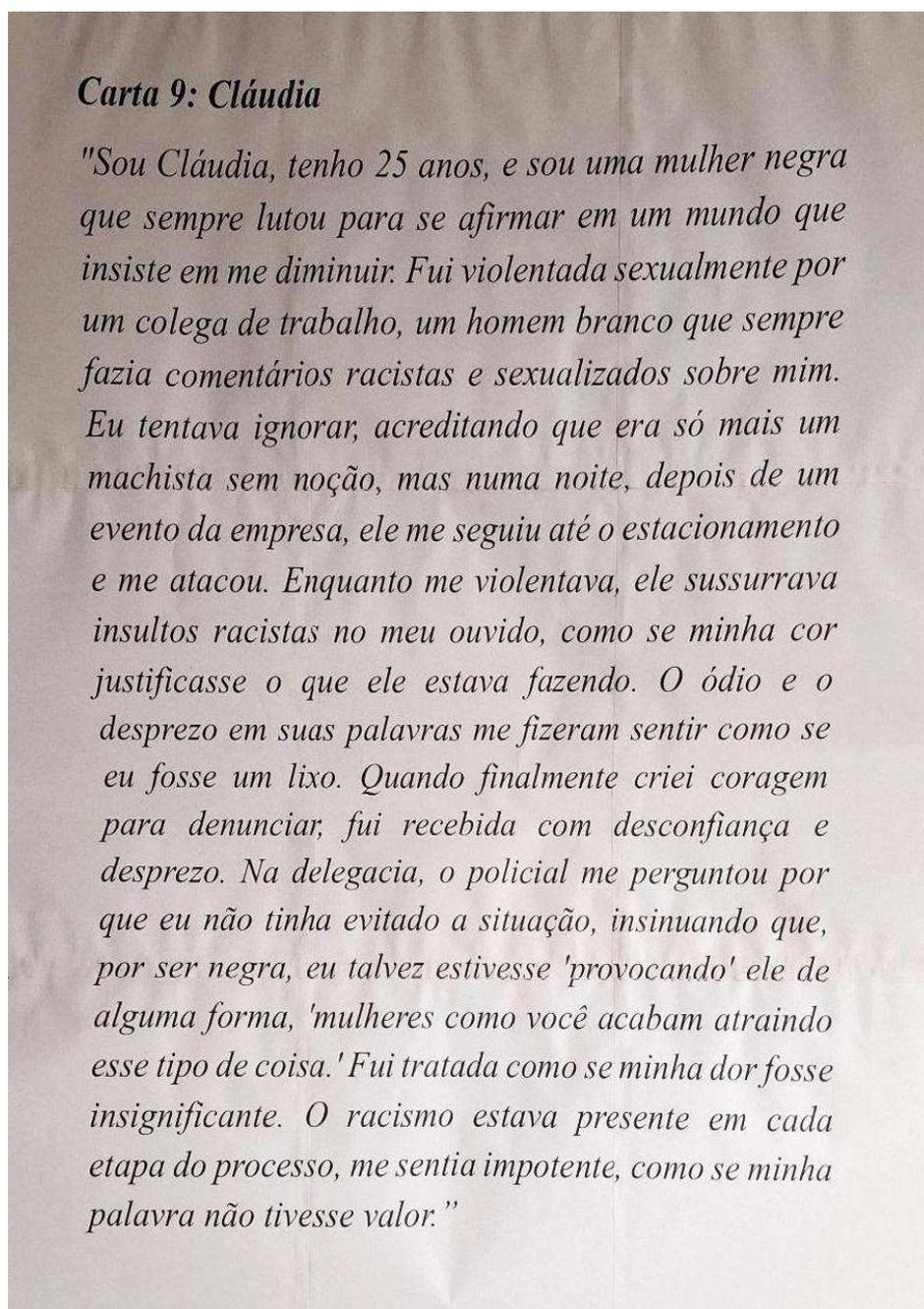
Ao discutirmos esse elemento, foi possível desvelar a complexidade de fatores que podem estar conectados à questão. Do modo como a mulher é vista na sociedade e dos julgamentos ainda persistentes, sintetizados na fala da participante P2: “Instituições, revitimização e todo esse julgamento que perpassa essa mulher. Que não é apenas um julgamento judicial, mas é um julgamento também da roupa que ela está vestida, de quem ela é, do que ela faz, do horário que ela está andando pela rua, do horário que ela está saindo do trabalho”.

Dentro desse dispositivo se ancoram a hipersexualização e a objetificação de um corpo, elementos que desqualificam não apenas as mulheres negras, mas também as meninas negras até a sua vida adulta. A criação desse discurso impossibilita a valorizarem os seus corpos, consolidando uma ideia persistente de que esses corpos são, podem e devem ser reduzidos a objetos sexualizados de propriedade do outro. Como revelam Joana e Cláudia, Figuras 10 e 11.

Figura 10*A Carta de Joana****Carta 5: Joana***

"Eu sou Joana, uma mulher negra de 36 anos, cabeleireira e mãe de três filhos. Naquela noite, enquanto voltava para casa depois de um dia de trabalho, fui violentada sexualmente por dois homens que me arrastaram para um beco. Senti como se meu corpo não fosse mais meu, como se cada parte de mim estivesse sendo destruída. O medo se misturava ao nojo, e eu só conseguia pensar em sobreviver. Quando tudo acabou, fiquei ali, caída no chão frio, sem forças para me levantar, sentindo uma dor que eu não sabia se algum dia iria passar. No hospital, o atendimento foi frio e mecânico. A médica me olhou com uma mistura de pena e impaciência, como se meu sofrimento fosse apenas mais um número nas estatísticas. Senti que, para eles, eu não era uma mulher com uma história, mas apenas uma vítima a mais, alguém que nunca teria justiça."

Fonte: Elaborada pela autora.

Figura 11*A Carta de Cláudia*

Fonte: Elaborada pela autora.

As narrativas das cartas, como os relatos de Joana, “senti como se meu corpo não fosse mais meu, como se cada parte de mim estivesse sendo destruída” e de Cláudia “sempre fazia comentários racistas e sexualizados sobre mim”, demonstram e reforçam a ideia do corpo negro reduzido a um estereótipo de inferioridade e disponível para ser explorado.

Essa estigmatização das mulheres negras, que frequentemente foram e são associadas a estereótipos como “fáceis, raivosas, perigosas, sexualmente disponíveis” como narra Akotirene (2019, p. 41), são resultados de discursos que contribuem para a objetificação do seus corpos, deslegitimando suas vozes e reforçando que não são dignas de direitos e atenção, mantendo desigualdades que silenciam e vulnerabilizam.

Sobre a profundidade dessa questão, as percepções da participante P4, após nosso diálogo, me levaram a retomar a reflexão já mencionada no referencial deste estudo. Quando apontou sobre: “A maioria dos relatos eram de mulheres adultas, a probabilidade dessas mulheres adultas terem passado por isso na infância e das mães delas também terem passado por isso na infância é algo grandioso”. Que possibilita pensarmos que esses processos de hipersexualização e objetificação, geralmente ocorrem de forma naturalizada no decorrer da vida, com significativo impacto desde a infância até a vida adulta.

Não podemos ignorar as vulnerabilidades existentes, que amplificam o impacto da violência. A ausência do reconhecimento de direitos e do entendimento de uma pessoa que pode ser cuidada, somado ao difícil acesso os serviços de referência, que são na maioria das vezes centralizados e não atingem as periferias, ou ainda as práticas de saúde que não conseguem abarcar de forma adequada as mulheres que estão mais vulneráveis, pelos diversos desafios institucionais, agravam ainda mais esse processo. Demonstrado na fala de Solange, Figura 12.

Figura 12*A Carta de Solange***Carta 7: Solange**

"Meu nome é Solange, tenho 40 anos, sou preta e diarista. Depois de sofrer uma violência sexual em minha própria casa, procurei o centro de assistência social da minha cidade. Eu esperava encontrar acolhimento, mas o que encontrei foram olhares de julgamento e desconfiança. A psicóloga e assistente social que me atendeu parecia estar em um piloto automático, não se importando de verdade com o que eu estava dizendo. Quando contei minha história, ela respondeu com frases prontas, como se minha dor fosse algo banal, algo que elas já tinham ouvido muitas vezes e, por isso, não merecia mais atenção. 'Infelizmente, situações como a sua são comuns por aqui', ela disse, como se isso fosse consolo. Eu sentia que minha humanidade estava sendo ignorada, que eu era apenas mais um caso a ser registrado em uma ficha. Quando pedi ajuda para encontrar um lugar seguro para ficar, disseram que a lista de espera era longa e que eu deveria tentar resolver as coisas com a minha família. Sai de lá sentindo que minha segurança e meu bem-estar não eram prioridades para ninguém."

Fonte: Elaborada pela autora.

A história de Solange, compartilhada na carta: “Saí de lá sentindo que minha segurança e meu bem-estar não eram prioridades para ninguém”. Revela as condições que a tornam mais suscetível à violência e falta de apoio institucional. A violência sofrida que a fragiliza emocionalmente, as falhas no atendimento recebido que a coloca em lugar de risco e a falta de acesso aos recursos essenciais, dificultam sua recuperação, tornando evidente as desigualdades presentes nas estruturas de cuidado. Isso abre caminho para outras violências, como apontou a participante P4, a partir de nossas reflexões sobre a questão: “Ela já passa por um processo de desacreditação do que ela está falando. Depois disso, vai essas várias outras violências, junto com a violência sexual.”

Sob a perspectiva de Sueli Carneiro (2023, p. 64) “invisibilizar é uma velha e vitoriosa estratégia política sexista e racista”, que serve para silenciar experiências, com o apagamento das vivências e necessidades específicas. Torna-se importante o reconhecimento das vulnerabilidades e especificidades que permeiam a vida das mulheres negras, com foco em políticas e práticas que possibilitem o bem-estar, para que as respostas institucionais não recaiam em práticas excludentes que alimentam as violências estruturais.

Nesse sentido, outro elemento está na busca por validação, ligada à construção de que a mulher negra não é autorizada a sofrer, e quando sofre é descredibilizada na sua dor. As barreiras institucionais enfrentadas pelas mulheres negras ao longo da rota, na falta de reconhecimento da situação enquanto uma violação, na demora do atendimento, e na falta de sensibilidade pelas opressões que entrelaçam na sua história de vida, evidenciam a invisibilidade das suas experiências. Assim, buscar por validação de sua dor nas instituições que não a reconhecem como pessoa que sofre, causa um processo de subjetivação que revelam sentimentos de medo, raiva, de incapacidade em notificar, sensação de solidão e o

enfrentamento solitário da situação, com uma rede de suporte fragilizada ou ausente. Como declara Rita, Figura 13.

Figura 13

A Carta de Rita

Carta 8: Rita

"Meu nome é Rita, sou uma mulher preta de 42 anos, e carrego marcas de uma violência que começou aos 8 anos. Fui abusada sexualmente pelo companheiro da minha mãe, um homem em quem ela confiava demais. Eu não sabia o que estava acontecendo, só sentia medo e vergonha. Cada vez que ele se aproximava, meu corpo congelava. Quando finalmente criei coragem para contar, ela não acreditou em mim. Disse que eu estava inventando e querendo chamar atenção. Aquelas palavras me feriram mais do que o próprio abuso. Desde então, aprendi a silenciar minha dor, a esconder o que sentia. Na adolescência, comecei a me envolver em relacionamentos abusivos, acreditando que era o que eu merecia. Minha autoestima estava destruída, e eu sentia que não tinha valor. Na vida adulta, esses traumas continuaram a me perseguir. Tive dificuldades em manter relacionamentos saudáveis, desconfiava de todos e vivia em constante estado de alerta. A violência que sofri na deixou um vazio que parecia impossível de preencher. Procurei ajuda várias vezes, mas sempre encontrei portas fechadas. Os serviços com quem falei não pareciam compreender a profundidade da minha dor."

Fonte: Elaborada pela autora.

Através da carta de Rita, “Procurei ajuda várias vezes, mas sempre encontrei portas fechadas. Os serviços com quem falei não pareciam compreender a profundidade da minha dor”, somos confrontadas a pensar o impacto do que se pauta. Quando as mulheres negras buscam por apoio e serem ouvidas, muitas vezes enfrentam resistência ou descredibilização, pois suas experiências são tratadas com menos seriedade, devido ao racismo e sexismo estruturais que enfrentam.

As instituições ao não reconhecerem essas dores com legitimidade, passam a reforçar as violências e tornam as dores das mulheres negras invisíveis ou sem urgência. Quando Akotirene (2019, p. 36), destaca que as mulheres negras estão diante de instituições que negam “o direito humano de serem reclamantes das discriminações sofridas”, nos coloca nesse debate para pensarmos como e quanto as instituições não são neutras, operando por uma lógica atravessada pela discriminação, que as estruturam influenciando em práticas discriminatórias.

Nesse contexto, também se faz importante que não esqueçamos de considerar a singularidade de cada mulher negra que busca por cuidado, para não tornarmos invisíveis suas histórias e recairmos na mesma lógica de invisibilidade. Como enfatiza o relato da participante P1: “A gente vê tanto os números, que eles são importantes para mostrar para gente o que acontece, mas também a gente não esquecer de ver a singularidade de cada relato. De cada mulher ali que tem a sua história de vida. Cada uma passou por uma situação de violência sexual, mas cada uma tem um contexto, e está inserida em um local, seja no relacionamento, seja na rua ou então no local rural.”

As discussões possibilitaram visibilizar elementos que sustentam o dispositivo da violência sexual contra mulheres negras, evidenciando como esses processos estruturam as práticas institucionais, bem como marcam profundamente as vivências dessas mulheres. São elementos que revelaram camadas de sofrimento e expõem as marcas que as dinâmicas de

opressões imprimem nas suas histórias e modos de existir. O que corrobora com Machado (2021) quando discorre sobre o "triplo trauma", referente às múltiplas experiências traumáticas que meninas negras enfrentam. Na triangulação do trauma colonial, sexual e social, no qual está o racismo que estrutura e permeia os diversos aspectos da vida; a violência sexual de fato, que deixam marcas profundas de ordem psicológica, física e social e o desamparo que recusa a escuta e o acolhimento. Três dimensões que se conectam e vulnerabilizam as meninas negras, trazendo múltiplas consequências.

Dialogando com a autora, podemos pensar que esses processos também atravessam as mulheres negras, e que além dessa triangulação, existe também um processo traumático adicional, decorrente da deslegitimação das dores das mulheres negras. Onde ecoa a incisiva afirmação: Você não é autorizada a sofrer, não é autorizada a sentir dor! Dores que historicamente e frequentemente foram e são silenciadas e minimizadas em todos os espaços sociais e institucionais. Assim, é esse processo constante de busca por validação de suas narrativas e dores, que intensificam os sofrimentos e levam a questionamentos da própria narrativa ou identidade.

A análise dos elementos que compõem o dispositivo da violência sexual contra corpos negros revela a sua complexidade, quando pensamos como podemos modificar práticas institucionais enraizadas que perpetuam as desigualdades e violências. Esse dispositivo opera por meio de ações, estruturas, atitudes e discursos que racializam corpos, com respostas institucionais que, por muitas vezes, reforçam preconceitos, criam barreiras e dificultam o acesso aos cuidados. Assim, adiante adentrarmos no entendimento sobre a Rota Crítica, para compreender como se dá os desafios, entraves e resistências que marcam o percurso, principalmente das mulheres negras, pelos serviços que deveriam protegê-las.

“A gente vai vendo a necessidade de se pensar outras formas de cuidado, até mesmo pelos atravessamentos que a gente vê, os atravessamentos sociais, do contexto da violência sexual que se encontram. Então tenho me sentido muito implicada com o tema da violência e por isso estou aqui.” P2. Diário de Campo 27 de setembro de 2024.

“E é algo que mexe ali comigo de forma pessoal... Eu fico muito feliz em poder contribuir de alguma forma. Porque é algo que me interessa, é algo que implica, é algo que me dá raiva também, no sentido de ter um serviço tão despreparado.” P5. Diário de Campo 27 de setembro de 2024.

“Eu nunca quero deixar de sentir. Então, toda vez que um caso chega, uma questão chega. Eu vou ficar com raiva sobre a questão, vou ficar implicada com a questão. Porque, se eu parar de sentir isso, a raiva, a indignação, significa dizer que eu estou no automático. Estou fazendo meu trabalho no automático, não estou cuidando... estou deixando de cuidar.” Diário de Campo 27 de setembro de 2024.

O conceito de implicação, ultrapassa uma noção de comprometimento ou envolvimento emocional. Pela Análise Institucional, enfoca como os atravessamentos institucionais, históricos e sociais moldam práticas e posicionamentos, revelando um campo de forças e contradições, denunciando como as ações e percepções são produzidas coletivamente (Romagnoli, 2014). Esses atravessamentos institucionais e sociais que nos mobilizam a agir, dentro desse campo de atuação da violência sexual, foram sendo revelados ao passo que a

pesquisa caminhava, seja nas reflexões e práticas que transformam, com uma implicação ética e política, seja na crítica as precariedades e opressões desse sistema.

Em primeiro lugar, foi possível identificar que a Rota Crítica percorrida pelas mulheres que sofrem violência sexual envolve a busca por diversos serviços essenciais, que deveriam atuar de forma integrada, mas que em muitos casos, atuam de forma fragmentada. Geralmente, o percurso inicia na busca por atendimento de saúde no hospital, através do Serviço de Atendimento às Vítimas de Violência Sexual (SAVVIS). Nesse serviço, são realizados os primeiros exames, profilaxia e acolhimento psicossocial. Em seguida, as mulheres costumam se direcionar a Delegacia de Atendimento à Mulher, para registrar a ocorrência.

Outros serviços estão incluídos nessa linha de atenção, como encaminhamentos ou demanda espontânea para o Centro de Referência Especializado de Assistência Social, além do Tribunal de Justiça, Ministério Público e Defensoria Pública para a continuidade dos processos judiciais ou solicitação de medidas protetivas. Frequentemente, com um fluxo já estabelecido, algumas mulheres são encaminhadas para o CACTUS, para acompanhamento psicológico da situação vivida. Nos casos de necessidade de abrigo temporário, o município ainda não possui estrutura como as casas de acolhimento, resultando em lacunas e descontinuidades do processo de cuidado, que ampliam as vulnerabilidades.

Os desafios enfrentados pela rede, foram sendo revelados e ratificam os estudos já apresentados sobre a Rota Crítica, que a situam como uma rede frágil, desarticulada e com pontos de tensão institucionais. As tensões aqui mencionadas estão ligadas a falta de diálogos entre os serviços, comprometendo as respostas institucionais de cuidado. Essa falta de articulação das instituições e a sobrecarga de trabalho agravam ainda mais a situação, evidenciando a necessidade da reestruturação e fortalecimento dos serviços. Os relatos das participantes com experiência em alguns serviços da rede, demonstram a questão:

“Então, vai para a Delegacia, vai para o SAVVIS, fala para o IML, fala para enfermeira, para o pessoal do acolhimento. Só aí foram quatro, cinco vezes, mais ou menos nessa mesma quantidade. E a falta de interesse mesmo das pessoas, em melhorar isso no serviço. De como é que isso é tratado.” P5. Diário de Campo 27 de setembro de 2024.

“Então assim, quando elas chegam até mim já vem muito cansadas. E eu tenho uma dificuldade gigante de fazer o acolhimento com essas pessoas, porque não querem falar, não querem se expor, já estão cansadas, já falaram demais. E eu entendo de verdade que elas já falaram demais, só que o relato que chega para mim, é só um boletim de ocorrência. E uma solicitação de que eu tenho que fazer um acompanhamento em dez dias, e que tenho que dar uma resposta. Então, o que eu consigo fazer em dez dias, sendo que eu só tenho o carro uma vez na semana? Então, são muitas dificuldades que chegam e que a gente enfrenta, para dar o mínimo de suporte que ela precisa ter. É bem complicado, estar pensando tanto no lado profissional, quanto no lado da pessoa.” P4. Diário de Campo 27 de setembro de 2024.

“E essa questão da “Rota Crítica” ... por exemplo na Delegacia, porque foi o primeiro momento que a pessoa teve de revelar o que aconteceu e foi o momento que a pessoa foi agredida novamente. Então no seu primeiro contato com o serviço, o que isso impacta nos outros contatos que ela vai ter com outras instituições de cuidado. Ela já não vai mais acreditar naquele serviço, já vai ser revitimizada novamente.” P1. Diário de Campo 27 de setembro de 2024.

Um ponto adicional abordado, diz respeito a fragmentação dos processos de trabalho desenvolvido nos serviços, a alta rotatividade de profissionais, a precarização do trabalho, a falta de concursos públicos e a fragilidade dos vínculos empregatícios, que emergiram como dificuldades consideráveis. Esses fatores geram descontinuidade dos atendimentos comprometendo as práticas de cuidado. A falta de acolhimento e de uma abordagem sensível e cuidadosa à situação relatada pelas mulheres em situação de violência, por parte de pessoas que operam nos serviços da rede, estavam presentes na maioria dos relatos das participantes e apontam os desafios estruturais desse cenário.

Essas questões institucionais se comparam aos achados por Sagot (2000) quando enfatizou que os fatores de respostas se associam a qualidade dos serviços e seus processos de organização, regulamentação e disponibilidade, como também pela percepção desses serviços e utilização pela comunidade. Assim, no sentido discutido de fragmentação dos processos de trabalho, esses fatores impactam diretamente em como os serviços são acessados pelas mulheres que buscam por cuidado.

O fluxo fragmentado se apresentou como um elemento instituído na rede, naturalizado, e com o funcionamento difícil de transformação. Essa fragmentação é reforçada pela falta de continuidade nas ações, que depende, em muitos casos, da pessoa que ocupa a gestão no momento. Essa dinâmica de forças reflete uma estrutura que privilegia ações circunstanciais em detrimento de uma organização continuada, o que compromete a efetividade do cuidado e a conexão da rede. Aspecto que aponta para a necessidade de questionar, desnaturalizar e promover diálogos em rede sobre os modos de funcionamento atuais, no intuito de promover mudanças que possibilitem fluxos mais integrados.

O aspecto da inexistência de um fluxo articulado e coeso, não apenas compromete a continuidade das ações de cuidado, como também contribuem para a sobrecarga de trabalho

das pessoas pertencentes à rede. Essa estrutura instituída, muitas vezes exige das pessoas que estão nos dispositivos, responsabilidades adicionais que colaboram para uma dinâmica de trabalho exaustiva. Além do aspecto sensível da própria demanda dos casos, que é acolher mulheres em situação de violência sexual, o fato de um fluxo desarticulado poderá causar impactos na saúde mental das equipes. Com por exemplo, pelas repetidas exigências institucionais que necessitam suprir, operando por uma lógica da descontinuidade em que se responsabiliza de forma unilateral pelas falhas estruturais de toda uma rede.

Essa fragmentação pode ser superada quando for possível entre os serviços que atuam nos casos de violências contra mulheres, a possibilidade de articulações que considerem as relações e à circulação de ideias em comum, com a superação de uma posição independente, de um trabalho independente, que compartilhem a mesma percepção sobre o fenômeno da violência e de quem vivencia essa situação (D'Oliveira & Schraiber, 2013).

Outra questão apresentada ressaltou a importância de se considerar o gênero como um elemento central na composição das equipes. No qual reforçou a necessidade de práticas que possibilite a presença de mulheres desempenhando determinadas funções, como podemos verificar pelo relato da participante P5:

“Eu acho que isso é algo que não deveria acontecer. Deveria ser uma mulher, deveria ser uma sala especial, só ela para esse primeiro acolhimento, para poder realizar isso. São figuras masculinas e é muito recorrente os discursos de mulheres dizendo que na delegacia se sentiram reprimidas, sentiram culpadas, foram julgadas.” P5. Diário de Campo 27 de setembro de 2024.

“A mulher sofreu uma violência sexual, aí chega no hospital vem um perito: “Tire a roupa!”. Deveria ser feito por uma mulher.” P5. Diário de Campo 27 de setembro de 2024.

A esse quesito, mesmo que as legislações brasileiras consideram que: as mulheres em situação de violência doméstica e familiar têm o direito de receber atendimento policial e pericial, especializado e contínuo, preferencialmente feito por servidoras mulheres (Lei nº 11.340/2006) e que as mulheres em situação de violência têm o direito de acolhimento nos serviços de saúde prestados no âmbito do SUS, em local que garantam sua privacidade (Lei nº 14.847, de 2024), na prática percebeu-se que as ações prestadas não estão aliadas com essas garantias, com situações que muitas vezes contradizem esses direitos previstos. Assim, torna-se importante analisar de fato, os motivos que levam a essa questão dentro da nossa realidade, para compreender quais fatores institucionais dificultam a efetivação desses direitos.

Ainda, destacou-se sobre a ausência de momentos formativos, capacitações e processos de educação permanente na rede, que revelam as fragilidades estruturais dos serviços. Essa questão se configura como uma ausência de diálogos de caráter técnico, mas também da possibilidade de espaços que valorizem o compartilhamento de saberes que envolvam outros temas inerentes aos marcadores sociais. A falta desses espaços de reuniões, dificulta o olhar crítico e integrado dos processos de trabalho, promovendo práticas solitárias e desarticuladas.

“A capacitação, a atenção, o cuidado integral, e essa profissional tem muitas dúvidas e incertezas do que fazer. E esse caminho sempre é conturbado, sempre é crítico.” P4. Diário de Campo 27 de setembro de 2024.

“Falta de capacitações, falta de suporte, falta de conhecimento e não continuidade das ações.” P1. Diário de Campo 27 de setembro de 2024.

Nesse sentido, foi possível dialogarmos sobre a importância do investimento, pelas próprias instituições, em momentos formativos e continuados que não apenas considerem as demandas técnicas, regimentais ou protocolar, mas que também promovam momentos de diálogos para fortalecimento da rede enquanto dispositivo de cuidado, com temas sensíveis às questões do território, aos marcadores sociais e a interseccionalidade.

As atitudes profissionais de resistência às práticas instituídas, foram pontos recorrentes no nosso debate. Algumas dessas práticas, que muitas vezes são iniciativas pessoais para melhoria da comunicação, podem ultrapassar os limites profissionais e tornar a sobrecarga ainda mais complexa. Como podemos perceber em alguns dos relatos das participantes, que não narram respostas institucionais que sejam eficazes e acolhedoras:

“Eu já fui lá (no serviço) pessoalmente falar isso. (Do serviço) me chamar e falar assim: “Olha, mas você não está confirmando se a vítima sofreu ou não”. Eu disse: “Não, mas não vai ter isso não no meu relato. Porque não é minha função, não é minha atribuição.” P4. Diário de Campo 27 de setembro de 2024.

“Não sabem nem o que que a gente faz. A gente tem que estar todo momento indo lá. Trocou de pessoas do cargo, a gente vai novamente, de novo, explicar tudo de novo. Porque eles não entendem nem o que é o serviço, eles não sabem nem como é o serviço”. “Às vezes dá vontade de dizer que não tem jeito. Mas aí a gente vai na luta, vai que dê certo, vamos tentar.” P5. Diário de Campo 27 de setembro de 2024.

Sueli Carneiro (2023) traz a perspectiva foucaultiana de resistência, que pode ser compreendida como o conjunto de práticas, atitudes e discursos que surgem como respostas às relações de poder. Em conformidade com Foucault, não é um ato de recusa a algo, mas sim de

manifestações variadas, seja individual ou coletiva, que expressam tensionamentos e transformações dentro dos dispositivos.

Desse modo, no contexto em que atuamos com a Rede de Enfrentamento à violência sexual, essas resistências associam-se às formas como respondemos, adaptamos ou criamos estratégias diante das questões institucionais impostas, com tensionamentos as relações de poder dentro da rede. Assim, os nossos esforços em mudanças nos processos de trabalho, são posicionamentos críticos diante do dispositivo da violência sexual. Que, como aponta Carneiro (2023, p. 116), se “constroem, como processo de desafio permanente, uma ética renovada por meio da ação coletiva e da identificação do cuidado de si com o cuidado dos outros”.

As forças instituintes também foram possíveis de serem desveladas nos diálogos com as participantes. Como a possibilidade de parcerias institucionais, que auxiliam na linha de cuidado, como por exemplo o suporte oferecido pelo CACTUS, que surgiu como um dos pontos de “suspiro” dentro dessa rede. Mesmo com as fragilidades e limitações institucionais do programa, foi possível perceber a importância de parcerias como essas para possibilitar a continuidade do cuidado. Mas também é oportuno situar as fragilidades que envolvem essa questão, como a falta de incentivos ou estruturas básicas para firmar parcerias com outros serviços ou instituições que pudessem disponibilizar a sua força de trabalho.

Nesse contexto, outro aspecto instituinte esteve presente, como a busca por qualificações de modo individual. Foi possível verificar que buscavam dentro de suas possibilidades, formas de aperfeiçoamento. Essa busca ocorre diante das limitações estruturais e institucionais que vivem nos serviços, e o acesso poderia proporcionar práticas mais qualificadas e sensíveis. Apesar disso, as participantes não demonstraram em suas falas a articulação coletiva para mobilizações e articulações, essa ausência evidencia a necessidade de fomentar espaços de

diálogo e organização, que podem potencializar os trabalhos individuais em direção a ações mais estruturadas para o cuidado.

Ao direcionar a atenção para os marcadores sociais dentro dessa rota, foi possível perceber como essas questões são negligenciadas. Primeiramente, considerando as fichas e encaminhamentos recebidos nos serviços, que frequentemente o quesito raça/cor não é informado, comprometendo, portanto, a compreensão mais ampla da pessoa atendida. Esse aspecto corrobora com a atitude de reduzir a pessoa apenas à situação de violência sofrida, inviabilizando um cuidado que realmente possa considerar os marcadores sociais presentes.

“Eu comecei a pensar sobre mulheres pretas, de que realmente esses dados não são coletados corretamente. De como as fichas ainda são assim também com a questão de gênero. De como as mulheres trans também são atendidas”. P5. Diário de Campo 28 de setembro de 2024.

Essa questão que parece simples, reflete uma problemática muito antiga no processo de cuidado da pessoa, onde pode inviabilizar identidades e reforçar desigualdades. A ausência dessa prática promove exclusão, evidenciando como as pessoas continuam a serem marginalizadas mesmo nos espaços que deveriam acolhê-las. A coleta imprecisa e inadequada desses dados compromete a qualidade das análises tão importantes sobre as desigualdades de raça, gênero, classe e outros marcadores. Com prejuízos consideráveis às políticas públicas, que devem promover igualdades e compreender as complexidades interseccionais desses marcadores (Akotirene, 2019).

Ainda existe uma lacuna significativa na coleta de dados sobre identidade de gênero e orientação sexual, muitas vezes invisibilizada pelos serviços, o que contribui para a perpetuação de estigmas e processos de revitimização. Essa falta de cuidado, proporciona desconhecimento sobre a realidade vivida por essas pessoas, além de favorecer a subnotificação dos casos,

dificultando a implementação de ações e políticas direcionadas especificamente a essa população. A inclusão dos campos sobre identidade de gênero e orientação sexual nas fichas representa um avanço importante, permitindo a inserção dessa pessoa na linha de cuidado. No entanto, é fundamental a formação das equipes nos serviços para evitar o não preenchimento desses quesitos, a reprodução de preconceitos e outras formas de violência que podem ocorrer (Pinto et al., 2020).

Para pensar sobre esses aspectos, os elementos nas artes expostas na sala nos possibilitaram caminhos para os diálogos sobre os marcadores sociais e a interseccionalidade. No primeiro momento, essa categoria analítica foi difícil de suscitar operações práticas dentro dessa temática. Como podemos pensar sobre os marcadores de raça, gênero e classe dentro dessa rota, e as práticas de cuidado aliada a interseccionalidade? Aspecto que foi sendo construído e debatido ao longo das oficinas. Nesse sentido, situei elementos visuais presentes e construímos de forma colaborativa as discussões.

Figura 16*Elementos que oprimem*

Fonte: Elaborada pela autora.

Nos pontos onde as cordas se cruzam, as pedras e as palavras que oprimem simbolizam os obstáculos e opressões que surgem das interseções entre diferentes identidades. As mulheres negras não sofrem apenas a opressão de gênero ou racismo de forma separada. Elas enfrentam violências que são influenciadas por essas múltiplas identidades de forma simultânea. Assim, fomos construindo nossas discussões para compreensão dessas intersecções.

“Esse debate vem muito disso também, dessa sobreposição de camadas, dessas camadas sociais, de vários problemas que fazem com que aquilo seja visto daquela forma. Quando a gente está falando sobre a mulher negra, o fato dela ser mulher, o fato da cor da pele, o fato do lugar onde ela está morando, são várias sobreposições que fazem com que aquela

pessoa seja vista daquela maneira.” P4. Diário de Campo 28 de setembro de 2024.

Os nós e as palavras que oprimem representam as barreiras adicionais que surgem na trajetória de vida dessas mulheres e elas precisam superar. Por exemplo, o racismo presente tanto na violência quanto no tratamento institucional dado às mulheres negras que passaram por situação de violência sexual e denunciam, sendo frequentemente desacreditadas e invalidadas. A condição de classe que intensifica as situações de violência, com mulheres negras de classe mais baixas com menos acesso aos serviços de apoio, saúde, justiça e redes de proteção.

As interseções entre as cordas representavam os pontos de convergência entre raça, gênero e classe, onde as múltiplas opressões se cruzam e criam experiências únicas. As mulheres negras não enfrentam apenas a soma das discriminações, a vivência da violência sexual é uma experiência singular porque é moldada por essas interseções, onde frequentemente são hipersexualizadas e desumanizadas. Diante disso, desenvolvemos nossas discussões para aprofundar a compreensão dos aspectos da interseccionalidade.

“E pensando na interseccionalidade, eu pensei nessas raízes e nessas árvores, que é o que acontece dentro, o que que pode acontecer ali no seu cerne, como é que acontece a violência, de onde que ela vem. Eu pensei nas raízes: machismo, racismo, classismo, a questão da localidade. Então esses fatores, esses marcadores da interseccionalidade como as raízes da questão. E que reverberam nas folhas dessa árvore, que poderia ser a questão da vulnerabilidade, da violência, o sofrimento que as mulheres passam na questão da violência sexual.” P1. Diário de Campo 28 de setembro de 2024.

formar em resposta às violências e opressões, como também representavam a resistência individual, o poder de transformar e de buscar apoio.

“Penso também na questão da resistência, do cuidado, da ancestralidade. Que essas coisas que acontecem também produzem resistências nessas mulheres, produzem também pessoas que querem cuidar, que tem uma saída, que querem mudar essa situação.” P1. Diário de Campo 28 de setembro de 2024.

Tal como esses elementos da interseccionalidade exposto, a obra de Rosana Paulino também suscitou a discussão sobre o aspecto interseccional. A corda e as pedras, representando o fardo e peso de uma história marcada por violações, como também as camadas de opressão que precisam ser desestruturadas para criar espaços de resistência, autocuidado e visibilidade. Esses elementos foram fundamentais para o diálogo com as participantes. Por meio dessas diversas formas de expressões, foi possível abordarmos as múltiplas camadas de experiências que compõem a interseccionalidade. A riqueza simbólica permitiu que diferentes vivências fossem reconhecidas, representadas e analisadas, favorecendo um momento reflexivo sobre a questão, em que ampliamos as trocas e entendimento sobre as questões que atravessam as mulheres negras.

A análise da Rota Crítica possibilitou dialogar sobre os processos institucionais, revelando barreiras estruturais e práticas que muitas vezes resultam em revitimização. Nessa trajetória, a utilização de elementos visuais e ilustrativos foi essencial para adentrar no debate interseccional, revelando como as opressões se entrelaçam e atravessam as histórias de vida das mulheres negras, e demonstrando como raça, gênero e classe se cruzam para moldar experiências únicas.

No início dos encontros, era possível perceber uma demanda de falar sobre as questões inibidoras que atravessam a rota, os processos de fragilidade dos serviços e a sensação de sobrecarga. Escutando atentamente e percebendo como esses desafios, dificuldades e indignações, também me atravessavam, permiti que esse processo acontecesse de forma natural, percebendo nesse caminhar o quanto falar sobre essas questões eram importantes. Logo em seguida, quando adentramos no aspecto interseccional, foi possível perceber como essa questão parecia distante: tantas urgências para atender dentro de um serviço, tantas demandas que necessitam de respostas, que a atenção para essa questão acabava sendo esquecida. Assim, ao passo que avançávamos, fomos desenvolvendo reflexões sobre o tema, e a relevância de trazer para o debate se revelou de forma ainda mais evidente.

“Esse conceito de interseccionalidade veio abrir os olhos pra gente, que não devemos só olhar aquela situação da violência, mas como ela se mistura com outras questões da sociedade, pra gente entender e fazer com que a gente tenha estratégias para mudar isso. Como é que a gente entende essas raízes, que podem gerar resistências ou não podem. Foi um pensamento macro, de suas raízes e suas folhas e como elas reverberam.” P1. Diário de Campo 28 de setembro de 2024.

“Quando pensei em interseccionalidade, pensei que todos os atravessamentos de violência dessa mulher, que sofre violência sexual e que sofre outras diversas violências nesse percurso, nessa rota crítica. É atravessada também por essa outra violência que tira a possibilidade de ser diversa, de ser mulher... A gente não tem como infelizmente impedir a violência, para essa mulher que chega já nos serviços buscando acolhimento, buscando ajuda de alguma forma. Mas quando a gente fala em cuidado a gente pensa em outras possibilidades, outros

modos de vida para aquela pessoa.” P2. Diário de Campo 28 de setembro de 2024.

Nesse processo de encontros e transformações, foi sendo possível perceber como fazemos parte de uma dinâmica que vai além do individual. Não éramos apenas pesquisadora e pesquisadas, estávamos implicadas nas relações, nas tensões, nas potências que emergiram em cada diálogo, resistência e cada silêncio. Foi sendo possível perceber que além de promover mudanças, estávamos sendo transformadas por aquilo que escutávamos, víamos e sentíamos. Assim, foi sendo possível um reposicionamento das compreensões sobre esse tema, dentro da complexidade das instituições e com a necessidade de se reinventar coletivamente. Com isso, reposicionar o discurso em práticas de cuidado que rompam com as abordagens hegemônicas e possam se aproximar de fato da realidade das mulheres, como propomos a seguir, na continuidade desta análise.

4.3 Novas trilhas de cuidados interseccionais

Novas trilhas foram pensadas, com a possibilidade de práticas de cuidado que enfrentem os elementos do dispositivo da violência sexual contra mulheres negras. O cuidado com uma abordagem que reconhece, atua e acolhe de forma respeitosa e cuidadosa às múltiplas vivências de opressão que atravessa a experiência de vida de uma mulher negra, especialmente em situação de violência sexual. Com práticas que considerem as intersecções de raça, gênero, classe, entre outras, e como essas influenciam no acesso ao cuidado. No contexto da Rota Crítica, esse cuidado necessita transformar as instituições que cuidam, para terem atitudes mais justas e acolhedoras as mulheres negras, se opondo a fragmentação e considerando as particularidades de cada vivência.

Assim, o intuito foi dialogar sobre o cuidado com abordagem interseccional, que surge como a tentativa de uma resposta para a transformação das relações institucionais. No qual objetiva superar os desafios instituídos e construir rotas de cuidado mais sensíveis, que estejam aliadas ao respeito e a dignidade. Nesse sentido, alguns elementos foram sendo desenvolvidos, sendo simbolizados por alguns objetos, conforme a Figura 18.

Figura 18

Elementos para o cuidado



Fonte: Elaborada pela autora.

É fundamental considerarmos o cuidado na pessoa, que chega até nós nos serviços de referência. Este foi simbolizado pelo espelho e remete a reflexão e o reconhecimento da individualidade e identidade de cada pessoa. Onde o cuidado deve envolver o entendimento da sua história de vida até chegar aquele momento, do contexto que está inserida e suas

especificidades, reconhecendo as suas necessidades, as diversas opressões que se cruzam pelo que já vivenciou e que esteja atravessando no momento presente.

“Voltado para as diferentes nuances da vida. Porque eu preciso que aquela pessoa tenha as mínimas condições de moradia, de acesso a água, de acesso a um saneamento básico, de acesso à alimentação saudável.” P4. Diário de Campo 28 de setembro de 2024.

“Fazer o resgate da identidade, às vezes as pessoas nem sabem sobre o processo de ser negra, preta ou parda. Então ainda tem esse trabalho de resgate sobre a questão cultural e a diversidade existente.” P3. Diário de Campo 28 de setembro de 2024.

Além disso, um elemento essencial está na atenção aos aspectos culturais e raciais, com competência cultural, com objetivo de possibilitar práticas de cuidado que levam em conta a cultura e a identidade racial da mulher negra, respeitando suas tradições e formas de autocuidado. A escolha da estampa africana e as folhas em lança simbolizaram a valorização da cultura negra e da ancestralidade. Nesse aspecto, é imprescindível o comprometimento dos serviços para compreender a pessoa que chega na sua história e sua cultura, com a sensibilidade de ouvir a sua história e considerar as suas próprias práticas de cuidado.

“Pensar ancestral, no sentido de ser voltado para suas origens. Quando temos um entendimento do que acontece com a gente, por que acontece, a gente passa a ter um olhar diferente.” P4. Diário de Campo 28 de setembro de 2024.

“O processo de quilombamento. Eu acho que a ideia do quilombo é um lugar de resistência. E é um lugar que tem sempre esse atravessamento afetivo de comunidade. É um lugar de

reconhecimento de uma subjetividade, e de um reconhecimento também de uma rede, onde não se está só. E quando falamos de violência, uma violência que é atravessada pelo marcador de raça. A gente pensa assim, que outras dessas violências vieram antes de fato até chegar na violência sexual. E pensar no quilombamento como possibilidade de cuidado é reconhecer também esse lugar de resistência, onde essa mulher consegue perceber que ela não está só.” P2. Diário de Campo 28 de setembro de 2024.

Rimoli et al. (2023) descreve o quilombamento como processo histórico, político e cultural que tem objetivos de resgate e valorização dos saberes ancestrais, promovendo resistência. Prática que possibilita um reencontro coletivo e individual da identidade negra em um contexto marcado por desigualdades, como o racismo, valorizando assim os aspectos da ancestralidade e a conexão comum entre pessoas negras. Além disso, compreender esse movimento enquanto prática de saúde, é reconhecer o contexto negro em diáspora que buscaram na ancestralidade e na proximidade com os seus, forma de fortalecimento e encontro.

No Brasil o quilombo nasce como um ato de resistência ao colonialismo, e se fundamenta na união coletiva para afirmar a humanidade e a dignidade das pessoas negras. É importante destacar que o quilombo não é apenas um movimento histórico, mas uma instituição atemporal, cuja relevância persiste nos modos contemporâneos de quilombamento, que continuam a fortalecer identidades negras, que podem estar presente em muitos espaços, promovendo formas de resistência e afirmação cultural (Azevedo & Jagun, 2023).

Nesse contexto de diálogo, é fundamental considerar a competência cultural, que está relacionada a práticas que reconheçam e respeitem a diversidade cultural, pois esta tem significativa influência na forma como as pessoas buscam cuidado, estabelecem sua

comunicação e o entendimento sobre as questões. Assim, as pessoas que operam os serviços necessitam desenvolver ou estarem atentas de forma crítica, sobre sua própria cultura e possíveis vieses etnocêntricos, reconhecendo como esses fatores moldam suas ações e pensamentos para o cuidado (Müller et al., 2023).

Outro elemento situa-se na escuta ativa e acolhimento sem julgamentos, com empatia, onde as vivências e narrativas das mulheres negras são respeitadas, validadas e acolhidas, sem invisibilização. Sendo representada pela concha, simbolizando a prática de escuta profunda e atenta. Nesse processo, por exemplo, é fundamental compreender que as pessoas negras podem usar a raiva para se acessar e como forma legítima de resistência. A raiva que chega precisa ser ouvida, pois pode se configurar como um reflexo que historicamente foi vivenciado de luta por sobrevivência. Ao escutá-la, reconhecemos que ela pode muitas vezes ser um mecanismo de defesa, contra as violências vividas e as respostas institucionais que estão imersas no racismo estrutural e institucional.

Como aponta Audre Lorde, os “usos da raiva” configuram uma questão política, ética e que transforma. A raiva é uma força que não deve ser negada, aliada as estrutura que oprime as mulheres negras, mas sim legitimada, pois é potente e necessária na luta contra o racismo e as diversas opressões. Não deve ser lida como a irracionalidade ou descontrole, no qual as mulheres negras são taxadas, mas uma leitura da realidade do mundo, das denúncias de injustiça e como pode ocorrer a articulação para pensar mudanças (Lorde, 2013).

“Acolhimento atento e respeitoso da demanda que chega, em todos os lugares terem essa sensibilidade, de ter o mínimo de atenção e respeito que é o que a gente espera. E olha que isso a gente considera que seja uma tecnologia leve, você não precisa nem ter uma graduação para ser respeitosa, mas isso se torna algo que eu preciso ficar o tempo todo

batendo na tecla igual a questão da humanização.” P4. Diário de Campo 28 de setembro de 2024.

“Escuta sensível sobre as vivências e a identificação das violências. Porque muitas vezes o que é o básico, que é aquela escuta de você fazer de forma respeitosa, até isso não é conseguido, não é alcançado.” P1. Diário de Campo 28 de setembro de 2024.

Nesse processo de acolhimento, o atendimento a uma mulher em situação de violência vai muito além de reconhecer as marcas físicas e simbólicas do seu sofrimento. Implica adentrar: os múltiplos elementos que atravessam esse corpo, considerando sua história de vida, seu pertencimento social, sua cor, classe; os territórios que ocupa, nos múltiplos lugares que frequenta, as condições materiais de sua vivência, o contexto social e político; os modos como subjetiva as experiências, refletindo sobre as forma como sente, percebe e dá sentido ao que vive; e também os lugares que retorna, no sentido da atenção ao ambiente que ela volta depois do atendimento, em que pode ser o mesmo espaço onde a violência aconteceu, bem como se possui redes ou ausências de apoio que a cercam, pois existem muitas outras questões que intensificam as vulnerabilidades psicossociais, atravessadas por iniquidades e determinantes sociais (CFP, 2024).

A importância da rede de apoio, com cuidado coletivo e comunitário, onde o cuidado não é responsabilidade individual, mas sim algo construído coletivamente é um ponto que merece atenção. É representado pela cerâmica artesanal, simbolizando o poder do apoio coletivo e sua interconexão. O cuidado pode ser visto frequentemente, como uma responsabilidade individual da pessoa que oferece os serviços, assumindo uma postura de tutelar a pessoa que chega na busca por cuidado. No entanto, é essencial compreender as

práticas de cuidado que a pessoa e sua comunidade trazem e reforçar práticas que, muitas vezes, podem não serem reconhecidas como cuidado.

“Rodas territoriais, encontrar potência onde aquela pessoa mora e vive. Porque não adianta fazer intervenções mirabolantes dentro da minha instituição, sem considerar que aquela pessoa tem aquele território, que ela está inserida naquele território. E que aquele território vai ter as outras pessoas que compõem aquela comunidade, e todo mundo precisa estar integrado.” P4. Diário de Campo 28 de setembro de 2024. Diário de Campo 28 de setembro de 2024.

“Comunidade e conexão, nesse sentido de que a gente não faz o cuidado sozinha. O lugar onde essa pessoa está inserida, como é que essa pessoa na comunidade pode se curar também. Porque muitas vezes a gente vai achar que a gente é o poder ali de curar aquela pessoa, e ela tem na própria comunidade dela o poder, ela sabe as formas de cuidado que faz sentido para ela.” P1. Diário de Campo 28 de setembro de 2024. Diário de Campo 28 de setembro de 2024.

O respeito à autonomia e ao protagonismo também devem ser considerados nesse contexto. As mulheres negras devem ser protagonistas de seu processo de cuidado, sendo ouvidas e suas decisões respeitadas, fortalecendo sua autonomia e capacidade de escolha. A pequena chave simboliza o poder de abrir caminhos e exercer essa autonomia. Sendo importante respeitar os processos das pessoas e seus momentos de escolhas, considerando que cada pessoa tem suas possibilidades de resistências. Assim, não se promove outras violências, e não se imprime uma vontade sobre as suas decisões.

“Partir da ideia de cuidado não do nosso referencial, mas do referencial daquela pessoa, daquela subjetividade que está na nossa frente, falando de uma das violências que ela vivenciou na vida. Acho que é importante a gente se questionar de qual referencial a gente está partindo para possibilitar cuidado.” P2. Diário de Campo 28 de setembro de 2024.

Atenção integrada, também faz parte desse cuidado, considerando aspectos de saúde física, mental e social, e envolvendo diversas áreas (saúde, assistência social, educação, justiça e segurança) para garantir o suporte completo. O quebra-cabeça, representou a importante integração de diferentes partes da rede, para formar o cuidado completo e continuado. Nesse sentido, as intervenções não punitivistas, com abordagens que busquem a reparação e o acolhimento, em vez de punição e controle, são fundamentais para não reforçar dinâmicas opressoras no cuidado às mulheres negras. A caixa artesanal em palha reflete essa ideia de espaço institucional com leveza e segurança.

“Eu preciso que as outras instituições, elas tenham essa mesma linha de pensamento. Porque senão volta para o que eu sempre considero que o meu trabalho é muito de enxugar gelo.” P4. Diário de Campo 28 de setembro de 2024.

“Protocolos de atendimento, aliado às políticas públicas. Não que esse protocolo seja asséptico para todas, mas que pelo menos as pessoas sabiam aliada às políticas públicas, o que fazer, como abordar.” P1. Diário de Campo 28 de setembro de 2024.

Ademais, não podemos ignorar o combate à revitimização, com práticas que garantam que as mulheres negras em situação de violência sexual, não sejam novamente expostas a

traumas durante o atendimento, onde não tenham que passar por violências psicológicas e institucionais. Assim, as práticas devem considerar o sigilo da identidade dessa pessoa e da situação que vivenciou. O pequeno caderno com cadeado, simboliza a proteção da história e da integridade dessas mulheres. Com as instituições descrevendo em seus encaminhamentos o essencial para o entendimento e acompanhamento dos casos, com condutas que sejam adequadas e assegurem às pessoas que recebem esses casos, que tenham o entendimento do que está sendo relatado.

Para Assis (2018), nesse processo é importante reconhecer e valorizar as estratégias de enfrentamento utilizadas pelas próprias mulheres, pois isso ajudará a evitar a revitimização. Enquanto profissional, ao reconhecer esse aspecto, é possível compreender os fatores que influenciam, impulsionam ou dificultam a tomada de decisão das mulheres. Além disso, reconhecer essas estratégias fortalece e amplia as práticas de cuidado, considerando a escuta sensível prestada, na construção de vínculos com as mulheres em que favoreçam processos de reelaboração do que foi vivido pela situação de violência.

A formação contínua e a sensibilização sobre o tema são fundamentais para que seja compreendido as especificidades do cuidado com mulheres negras em situação de violência sexual. O livro “Um defeito de Cor” ilustra a relevância desse conhecimento e da formação contínua, ao trazer o debate sobre raça, gênero, classe, interseccionalidade e outros aspectos essenciais para abordar as complexidades. A leitura desse livro tem se constituído como parte da minha formação profissional contínua. É, portanto, crucial que as instituições promovam o acesso e considerem importantes as formações continuadas, especialmente porque, na graduação em Psicologia, muitas vezes esses conteúdos não são considerados nos debates. Questão que resulta em um processo fragmentado de abordagens teóricas e não considera essas particularidades essenciais para a atuação profissional.

Por isso, é essencial que os processos de formação continuada de profissionais incluam, de forma transversal, essa reflexão sobre os marcadores sociais e a interseccionalidade, como orientação prática e ética comprometidas com a equidade e a transformação das desigualdades. Pois a interseccionalidade não deve ser compreendida apenas como uma ferramenta para análise, mas também como uma estratégia de atuação na promoção da justiça social (Collins, 2020).

É indispensável práticas de cuidado que promovam o autocuidado e o fortalecimento emocional das mulheres negras, entendendo suas necessidades específicas. Com as flores, buscou-se expressar a importância desses momentos de autocuidado e da conexão com o bem-estar emocional. E a importância de colocar em pauta o reconhecimento e merecimento desse cuidado, que muitas vezes essas mulheres não são reconhecidas como dignas de vivenciar esses momentos.

As mulheres negras, há séculos, têm se reunido para cuidados coletivos, memória e resistência, com o propósito de pensar futuros possíveis onde suas vidas possam ser plenamente vividas. Através desses encontros de alianças, tecem caminhos de afirmação das identidades negras, pertencimento, dignidade e liberdade. Nesse contexto, o autocuidado emerge não como gesto individualizado ou desvinculado da coletividade, mas também como prática radical de se manter viva, forma ancestral e presente de reivindicar o bem viver, a longevidade e o direito de existência, fora das estruturas que tentam nos esgarçar (Lima et al., 2022).

Por fim, do mesmo modo esse autocuidado também deve ser considerado para as pessoas que cuidam dessas mulheres, uma vez que estão submetidas a um trabalho desafiador, fragilizado, estressante e solitário. E com essa intenção de proporcionar às participantes um momento de cuidado e também agradecimento pelas partilhas durante os encontros, foi entregue um esalda-pés como lembrança. A proposta foi que pudéssemos dialogar sobre os momentos

de cuidado que tinham e as possibilidades de cuidado que poderiam executar. Esse momento foi consideravelmente importante, pois demonstrou como frequentemente, a importância do cuidado para quem cuida é negligenciada, sobretudo diante do trabalho em que somos diariamente atravessadas pelas questões e desafios existentes.

Ao abordar as novas trilhas de cuidados, adentramos a potência de práticas que podem ser sensíveis e constroem formas de acolhimento que reconhecem a intersecção de raça, gênero e classe. São elementos com propostas que valorizam a singularidade das vivências, com abordagem ética ao cuidado e dignidade das pessoas. Assim, essas práticas instituintes não apenas desafiam os elementos do dispositivos da violência sexual, como também podem indicar possibilidades de serem construídas redes mais conectadas a realidade das mulheres negras.

Os encontros abriram caminhos, onde as trocas de experiências e afetações revelaram novas possibilidades de atitude e cuidar. Nesse espaço compartilhado fomos construindo novas formas de pensar o cuidado, com uma visão ampliada e interseccional, percebendo e fortalecendo-se enquanto coletivo e enquanto trabalhadoras que não estão sozinhas, nos enfrentamentos diários e desafios de acolher e possibilitar cuidado para mulheres em situação de violência. Foi possível perceber como esse espaço, que também foi de escutar uma as outras, fortaleceu o reconhecimento da potência de atuar de forma coletiva, que apesar das inúmeras questões inibidoras dentro dessa rota é possível pensar em esperar outras possibilidades de cuidar.

Além da importância de cuidar de si, especialmente em contextos marcados por vulnerabilidades, no qual requer uma atenção para as próprias limitações. O espaço pensado para falar sobre cuidado, revelou-se um espaço de cuidado também. Assim, nos víamos diante de um momento em que deixamos as tensões de lado e partilhamos nossas próprias histórias, fragilidades e estratégias, reforçando a importância de cultivar de forma contínua espaços como este, reconhecendo-os como potência para partilhar e pensar sempre outros possíveis.

“Um momento de vivência mesmo, de cuidado com a gente que está nesse serviço, que está se propondo a fazer isso. E isso também nos impulsionam a continuar acreditando, continuar fazendo o serviço, mudar e pensar em outras formas de fazer, dá novas ideias. Trocar coisas com as pessoas que estão aqui, cada uma tem suas vivências, tem pontos valiosos para colocar pra gente. Pra mim ficou que o cuidado não se faz sozinha, mas também que eu não estou só. Acho que nós todas temos os nossos anseios, temos as nossas dúvidas, mas acho que é isso que faz assim ser tão cuidadoso, ser tão bom fazer isso. Porque se a gente não tivesse isso, a gente ficaria paralisada, não acreditaria e não esperançaria, uma nova forma de fazer e cuidar.” P1. Diário de Campo 28 de setembro de 2024.

“Muito bonito de vivenciar, se aquilombar, de partilhar, das interseccionalidades. A gente conseguiu perceber o que ligou a gente aqui, o que tornou esse momento especial. Ficou pra mim que eu tenho referências de psicólogas mulheres, negras, ficou também de me reafirmar, e de esperançar a ideia do cuidado como possível.” P2. Diário de Campo 28 de setembro de 2024.

“E eu falei no começo que seria um processo de aprendizado a partir das trocas que a gente viveu aqui. E ao final foi isso, me senti muito acolhida e cuidada.” P3. Diário de Campo 28 de setembro de 2024.

A proposta que conecta os três eixos temáticos e foi sendo alimentada durante a escrita desse trabalho, propõem e reforça a urgência de pensarmos outras formas possíveis de cuidar, que reconheça a violência sexual como uma violação de direitos e do próprio corpo, que compreenda as estruturas de opressões que estamos inseridas, que estruture uma atenção integrada para promover cuidado, autocuidado e dignidade.

4.4 A escrita sobre si, sobre todas nós, sobre o tempo

Esse texto final é sobre a marca da experiência viva, das rupturas e recomeços, da travessia de uma mulher negra que escreve e pesquisa o que a atravessa. Não é um anexo, nem um texto extra, é parte essencial dessa pesquisa que tensiona os limites entre o que é acadêmico e o vivido, entre o objeto e a sujeita, entre o método e a memória.

É um espaço em que a escrita não segue apenas esse movimento de olhar para fora, mas também para dentro. Onde a pesquisadora se permite ocupar a página não apenas com a voz analítica, mas com a presença inteira de alguém que percorreu um caminho marcado por racismo, silenciamentos, resistências e reinvenções. Este texto é, portanto, sobre pesquisar e escrever, mas também é sobre o tempo que me afastou por anos dela. É sobre como a travessia do Mestrado, os encontros com as autoras negras que me sustentam, as orientações e ensinamentos, o próprio campo foram ativando em mim uma escuta atenta em mim mesma, um retorno possível.

Não é um espaço que separa ou encerra, mas que retorna e reorganiza, que cria novos sentidos daquilo que foi vivido com outras perspectivas. Aqui também se desorganiza esse texto, com aquilo que era esperado, com a linearidade que se pensava que seria as considerações finais, eu volto para mim. Na tentativa de narrar a própria implicação, ao nomear o dispositivo do racismo como atravessamento estruturante, rompendo com o regime tradicional e

hegemônico da escrita acadêmica, e com isso reinscrever o meu corpo e minha trajetória como parte do processo e dos resultados. É também sobre tempo, quando olho para trás e entendo que "tudo era para ontem", mas que "tudo tem o seu tempo". Por que o tempo, ele escuta a oralidade, a ancestralidade, a demora necessária para fazer nascer reflexão e palavra nova.

Como descreve Sueli Carneiro (2023), o dispositivo da racialidade opera na produção de subjetividades marcadas pela dúvida e pela desconfiança sobre a própria capacidade intelectual, alimentando sentimentos de ser inadequada e de exclusão. “O desprezo pela vida intelectual reflete a internalização da ideia de estar fora de lugar” (p. 95). A internalização dessas estratégias de negação, que reside no não acolhimento e nos questionamento constante de nossa presença, conforma o que Carneiro nomeia como desprezo pela vida intelectual, na expressão ou nos gestos de autodefesa diante da violência “simbólica” que ocorre cotidianamente. Nesse sentido, escrever torna-se, um gesto de enfrentamento e de afirmação, escreve-se apesar do silêncio esperado, apesar das rupturas, como quem recusa o não lugar que foi destinado e, ao fazer isso, se inscreve outras possibilidades de existência e permanência.

“A academia e a pesquisa que me parecia um lugar interditado (para mulheres negras) e o gesto de tensionar essa estrutura que a escrita se tornou possível, e também necessária. A minha presença na pesquisa também é uma resposta política.”

“Não Desiste³

Não desiste negra, não desiste!

Ainda que tentem lhe calar,

³ Os poemas presentes neste capítulo foram presenteados por pessoas que cruzaram meu caminho durante o percurso de escrita. São palavras e partilhas que me atravessaram e ajudaram na composição deste trabalho.

Por mais que queiram esconder

Corre em tuas veias força yoruba,

Axé para que possa prosseguir!

Eles precisam saber que:

A Mulher negra quer casa pra morar

Água pra beber,

Terra pra se alimentar.

Que a Mulher negra é:

Ancestralidade

Djembês e atabaques

Que ressoam dos pés

Que a Mulher negra,

tem suas convicções

Suas imperfeições

Como toda outra mulher.

Vejo que todas nós, negras meninas

Temos olhos de estrelas,

Que por vezes se permitem constelar

O problema é que desde sempre nos tiraram a nobreza

Duvidaram das nossas ciências

E quem antes atendia pelo pronome alteza

Hoje pra sobreviver, lhe sobrou o cargo de empregada da casa

É preciso lembrar da nossa raiz

semente negra de força motriz que brota e resiste!

Mãos calejadas, corpos marcados sim

Mas de quem ainda resiste.

E não desiste negra, não desiste!

Mantenha sua fé onde lhe couber

Seja Espírita, Budista, do candomblé

É teu desejo de mudança,

A magia que trás na tua dança,

Que vai lhe manter de pé.

É você, mulher negra! Cujo tratamento majestade é digna

Livre, que arma seus crespos contra o sistema,

Livre para andar na rua sem violência

E que se preciso for levanta arma, mas antes, luta com poema

E não desiste negra, não desiste!

Por mais que tentem te oprimir

E acredite eles não vão parar tão cedo

Quanto mais você se omitir

Eles vão continuar a nossa história escrevendo

Quando olhar para suas irmãs, veja que todas somos o início

Mulheres Negras!

Desde os primórdios, desde os princípios

África mãe de todos, repare nos teus traços

Indícios

É no teu colo onde tudo principia,

Somos as herdeiras da mudança de um novo ciclo!

E é por isso que eu digo:

Que não desisto

Que não desisto

Que não desisto.

(Mel Duarte, 2024).” Diário de Campo 10 de novembro de 2024.

Nesse movimento de nomear o que me atravessa, reconheço também a necessidade de outros territórios de validação. Carneiro (2023), aponta sobre “a importância fundamental de espaços alternativos de validação” (p. 98). A autora cita bell hooks ao destacar que: “é impossível que floresçam intelectuais negras sem que cultivemos em nós mesmas a crença no valor do que produzimos” (hooks citado por Carneiro, 2023, p. 98) e também sem que encontremos ou criemos espaços onde essa produção possa ser legitimada. A academia em sua estrutura total de instituição, marcada por lógicas de exclusão e epistemicídio, frequentemente

não nos oferece esse lugar, nesse sentido precisamos romper com a expectativa de reconhecimento nos espaços tradicionais e nos responsabilizar por inventar outras locações de afirmação, que pode partir de uma rede coletiva de existência.

“O que antes parecia uma limitação, a minha emoção, o meu corpo, a minha fala, vai se transformando em potência epistemológica. Não escrevo apesar de ser uma mulher negra, mas porque sou uma mulher negra. E cada linha escrita nesse diário, nessa dissertação, carrega o peso e a leveza dessa história coletiva. Por que antes de me entender nesse espaço de pesquisar, precisei me autorizar como alguém que tendo algo a dizer pode falar! É reconstituir minha própria história e inscrever outras possibilidades de existência para nós. É escrever sobre si, mas também sobre tantas, sobre todas nós. Sobre os tempos em que fomos caladas e os tempos que insistimos em criar.” Diário de Campo 30 de setembro de 2024.

Conforme Corrêa et al. (2024) as significações construídas em torno da escrita de mulheres negras estão profundamente entrelaçadas às suas experiências plurais. É uma escrita que não apenas comunica, mas organiza afetações, reconstrói histórias, (re)afirma existências e desafia a lógica da subalternidade. Nesse sentido, passa a ser um gesto de organização subjetiva do modo como vivemos, em um mundo que constantemente tenta nos oprimir e silenciar. A escrita que emerge desse lugar têm o potencial enorme de se conectar com memórias, dores, ancestralidades e resistências. A escrita dessas mulheres que testemunham de fato, ativam assim sentidos que atravessam de forma íntima e também coletiva.

Essa escrita, longe de querer se enquadrar em uma origem única ou universal, atualiza o passado à luz do presente e constrói um saber, atravessado pelo corpo, pela coletividade e

pelas lutas. A autoria de mulheres negras, nesse contexto, situada na escrita com expressão simples, de vivências cotidianas, com ferramentas plurais de diversidade, criatividade e no aquilombamento, é um marco de resistência política. Pois trata-se de um ato frente ao apagamento histórico e permite que seja narrada a própria história e do seu povo com autonomia e presença (Corrêa et al., 2024).

“O tempo que não é o do relógio acadêmico, nem da produtividade imposta pelas normas da ciência. Foi preciso respeitar o tempo do corpo, das dores que precisaram amadurecer em silêncio, das palavras que demoraram a ganhar forma. E há uma sabedoria ancestral nessa pausa, na escuta, na oralidade.”

“Eu produzi

Produzi

Produzi

O quê?

Eu nem vi e

E no tempo me perdi

Tudo era pra ontem

Mas o ontem não voltava

No presente eu estava

Mas no futuro eu focava

Um tempo linear
Que quase me fez me autossabotar
Para no tempo ocidental me encaixar
Foi preciso enxotar de mim essa pressa
Que ao patrão apenas interessa
E que a mim adoce e estressa a beça
Não. Tempo não é dinheiro.
Ele é aliado
Uma entidade divina que não criou o
passado
Que nos transpassa e movimenta
Nele não me sinto atrasada
Apenas fluo no tempo do tempo
É quando o autocuidado me
reencontra e segue comigo abraçado

(Bárbara Carine, 2025).” Diário de Campo 23 de abril de 2025.

Tal como descreve Carine (2025, p. 97) “O tempo é entidade. O tempo é divindade. O tempo é rei. Muito além de uma grandeza física, o tempo cura males e nos faz lembrar da nossa

pequenez diante da sua grandiosidade”. Descolonizar a percepção temporal é também romper com a lógica da linearidade como única possibilidade de caminhar, reconhecendo que o tempo pode espiralar, silenciar, recuar e refazer-se em volta de si mesma.

Nesse movimento, o tempo da academia é aquele que exige respostas rápidas, constante disponibilidade e produção ininterrupta, quem nem sempre respeita os ritmos do corpo, da escuta ou deslegitima outros modos de saber-fazer. Assim, o reconhecimento que buscamos em certos espaços institucionais seja inalcançável justamente porque eles sequer nos reconhecem enquanto pessoas de um tempo outro e legítimas de saber. Por isso, a importância de ressignificar o tempo e a produtividade, recusando os critérios coloniais de mérito e eficiência para afirmar uma ética do cuidado, da coletividade e com dignidade (Carine, 2025).

São tempos e modos de saber-fazer que estão em outra processualidade. Como o pretoguês de Lélia Gonzalez, linguagem que desloca e denuncia a normatividade eurocentrada do saber instituído, e a escrevivência de Conceição Evaristo, que se revela a partir das experiências e se inscreve como escrita política e poética. Ambas rompendo com a colonialidade do saber e do falar (Carine, 2025).

Como também as cartas utilizadas nessa pesquisa, que fogem a lógica racional e objetiva, se apresentando como dispositivo e possibilitando processos. Escritas a partir de vidas de mulheres negras, narram percursos atravessados, por violências, marcadores de raça, gênero, classe, territórios, compondo trajetórias singulares, mas que dialogam com estruturas amplas e presentes nas instituições. Ao trazer as cartas como linguagem e método, esta pesquisa também rompe e se inscreve em uma perspectiva que desloca essa norma, daquilo que é considerado legítimo como ciência, como narrativa válida. Essas cartas reconstroem a cena do vivido, da escuta e do cuidado a partir da materialidade das experiências. Ao centro, colocam-se vozes de

mulheres negras, corpos e trajetórias que historicamente foram silenciados, fragmentadas pelos discursos institucionais.

O dispositivo da racialidade, como bem apresenta Sueli Carneiro (2023), não se resume a ações pontuais de discriminação como sabemos, trata-se de um sistema estruturante que também pode operar nessas dinâmicas dentro da academia, no qual também organiza relações sociais, define quais são os corpos legítimos, autoriza determinados saberes e fazeres e também impõe silêncios. Nesse contexto, essas dinâmicas podem se intensificar, com práticas sofisticadas a ponto de afetar as experiências de pessoas negras, no campo do conhecimento e da produção do saber.

Com base no que defende Carneiro (2023, p. 98):

“Adentrar a universidade, longe de significar superação dos estigmas e estereótipos, é o momento da confrontação final, no campo do conhecimento, do negro com os mecanismos que o assombra ao longo de toda a sua trajetória escolar. Ali estão a branquitude do saber, a profecia autorrealizadora, a autoridade exclusiva da fala do branco — os fantasmas que têm de ser enfrentados sem mediações” (Carneiro, 2023, p. 98).

Ao reconhecer os limites impostos pelos marcadores raciais e de gênero que estruturam o campo acadêmico, escrever também se constitui como um ato de enfrentamento ao racismo e sexismo. Para Carneiro (2023), a luta antirracista não se esgota na denúncia das violências simbólicas e institucionais, mas na criação de alternativas, invenções, reexistência, de saberes e de mundo. Como a afirmação da existência de outros modos de pesquisar e de narrar que são possíveis e necessários.

Para isso é preciso manter-se atenta às estruturas que operam as discriminações e desigualdades, como um posicionamento político e ético. Como afirma Lívia Santana Vaz (2023) “A justiça é uma mulher negra” e com isso, aponta para a centralidade das mulheres negras nas lutas por transformação, mas também para a radicalidade da escuta e da ação comprometida com a reparação histórica, a equidade e com a dignidade de todas as vidas. Assim, escrever não se trata apenas de concluir um percurso acadêmico, mas de sustentar uma escolha, que está ancorada em produzir conhecimento comprometido com a vida e com o bem viver ancestral.

“A justiça é uma mulher negra! Com os olhos bem abertos e atenta a sofisticação das violências.”

“Ainda assim eu me levanto

Você pode me riscar da História

Com mentiras lançadas ao ar.

Pode me jogar contra o chão de terra,

Mas ainda assim, como a poeira, eu vou me levantar.

Minha presença o incomoda?

Por que meu brilho o intimida?

Porque eu caminho como quem possui

Riquezas dignas do grego Midas.

Como a lua e como o sol no céu,

Com a certeza da onda no mar,

Como a esperança emergindo na desgraça,

Assim eu vou me levantar.

Você não queria me ver quebrada?

Cabeça curvada e olhos para o chão?

Ombros caídos como as lágrimas,

Minh'alma enfraquecida pela solidão?

Meu orgulho o ofende?

Tenho certeza que sim

Porque eu rio como quem possui

Ouros escondidos em mim.

Pode me atirar palavras afiadas,

Dilacerar-me com seu olhar,

Você pode me matar em nome do ódio,

Mas ainda assim, como o ar, eu vou me levantar.

Minha sensualidade incomoda?

Será que você se pergunta

Porquê eu danço como se tivesse

Um diamante onde as coxas se juntam?

Da favela, da humilhação imposta pela cor

Eu me levanto

De um passado enraizado na dor

Eu me levanto

Sou um oceano negro, profundo na fé,

Crescendo e expandindo-se como a maré.

Deixando para trás noites de terror e atrocidade

Eu me levanto

Em direção a um novo dia de intensa claridade

Eu me levanto

Trazendo comigo o dom de meus antepassados,

Eu carrego o sonho e a esperança do homem escravizado.

E assim, eu me levanto

Eu me levanto

Eu me levanto.

(Maya Angelou, 1978, citado por Geledés, 2018).”

Diário de Campo 25 de maio de 2025.

Essa escrita nesse trecho, é endereçada às que vieram antes, que abriram caminhos; às que estão ao lado, caminhando e sustentando redes, partilhando silêncios e lutas; e às que virão, com seus próprios modos, reinventando e desafiando. Traz rastros pelo caminho, memórias, sentidos, reexistências. Carrega intimidade, porque é vivência, foi escrita para ser sentida, e lida com o corpo inteiro.

5. Considerações Finais

Ninguém atravessa um percurso sem ser afetada pelos encontros que o compõem. Ao longo da escrita deste trabalho, revisitei memórias de encontros marcantes que tive com meninas e mulheres que compartilharam suas histórias, estive presente com muitas pessoas que se somaram nas reflexões e intervenções, com textos que me desafiaram e me fortaleceram, adentrei e me permiti mergulhar em encontros comigo mesma com a possibilidade de escrever sobre cuidado e resistências. Esse processo exigiu mais do que uma técnica ou método, foi um exercício constante de escuta, entrega e construção.

O processo coletivo desenvolvido no campo da pesquisa foi um importante espaço de produção e transformação, onde as nossas conexões foram fundamentais para a construção das práticas de cuidado. Esse trabalho não apenas possibilitou trocas de experiências, dificuldades e reflexões sobre o campo de cuidado para mulheres em situação de violência sexual, mas também se configurou como um dispositivo ativo, que foi capaz de provocar e estimular aquilo que poderia permanecer invisível e naturalizado. A pesquisa ao possibilitar esse espaço de diálogo, desvelou os processos de resistências, às novas práticas de cuidado diante do fenômeno da violência sexual, potencializando novas estratégias no enfrentamento às desigualdades estruturais que afetam, principalmente, mulheres negras.

Ao fazer junto, criamos espaço para ampliar e imaginar novos possíveis diante das complexidades dessa rota. Os encontros permitiram a partilha de vivências, de processos institucionais de quem testemunha, de fato, o que é vivido nas instituições que objetivam cuidar de mulheres em situação de violência sexual. Assim, nos permitimos reconhecer a importância dos espaços coletivos que potencializam nossas práticas, fortalecendo redes e constituindo um comum.

Ao considerar as oficinas realizadas e o CACTUS como um dispositivo, reconhecemos sua potência como espaço produtor de sentidos e práticas, com deslocamentos frente à violência sexual. Inserido nesse lugar entre universidade, rede de proteção, territórios e comunidades, o programa articula formação, saberes, corpos, afetos e políticas, tornando visíveis processos silenciados. As ações prestadas, como as oficinas, sustentam práticas de cuidado, e também tensionam discursos normativos, criando caminhos para outras formas de cuidar, escutar, intervir e resistir.

Nesse estudo estabelecemos que como objetivo geral pretendíamos compreender a Rota Crítica da violência sexual, sob a perspectiva interseccional, como analisador dos processos institucionais e das práticas de cuidado, reconhecendo os elementos que compõem a rede do dispositivo da violência sexual contra mulheres negras. O que foi possível ser alcançado através de encontros com pessoas que pertencem a Rede e Enfrentamento a violência sexual contra mulheres, no qual adentramos as questões institucionais desse campo.

Como primeiro objetivo específico, reconhecemos alguns elementos que compõem a rede do dispositivo da violência sexual contra mulheres negras. Essa compreensão trouxe para o debate elementos que são estruturais e que sustentam práticas institucionais que promovem as desigualdades e silenciamentos, evidenciando os marcadores de raça, gênero e classe. O racismo que estrutura as opressões, a cultura do estupro silenciando essas violações, a hipersexualização e objetificação, o conjunto de vulnerabilidades já presentes nas trajetórias dessas mulheres. E a busca por validação, tanto no relato da violência quanto da própria existência enquanto sujeita de direitos.

Ao apresentar o conceito da Rota Crítica, foi possível abordarmos o segundo objetivo específico desse estudo, no qual pretendíamos reconhecer e problematizar as práticas de cuidado prestadas às pessoas em situação de violência sexual na rede intersetorial. Assim,

percebemos que a fragilidade e fragmentação da rede instituída, interfere em práticas de cuidado comuns, o que ainda persiste são práticas individuais que buscam estar aliadas aos cuidados de modo integral, e que resistem às questões institucionais que interferem nos modos de cuidado.

Além disso, os marcadores sociais das mulheres que chegam aos serviços, assim como o aspecto interseccional, se apresentaram como questões ainda difíceis de serem reconhecidas como relevantes no contexto do trabalho desenvolvido. Esse reconhecimento foi possível de ser considerado, ao adentrarmos a sua importância e os impactos que esses fatores têm na vida das pessoas. O que trouxe então o aspecto relevante deste estudo, quando percebemos que dentro da Rota Crítica, além das dificuldades já encontradas na literatura, temos essa barreira adicional de invisibilidade. Essa dificuldade de reconhecimento compromete a capacidade de oferecer um cuidado sensível, pois desconsidera as múltiplas dimensões das desigualdades enfrentadas pelas mulheres negras.

A utilização de elementos visuais foi essencial para tensionar e aprofundar o debate interseccional, permitindo que pudéssemos dialogar sobre as marcas das opressões, mas também das resistências existentes nas vivências das mulheres negras. Assim, os elementos visuais constituíram como meio potente, para adentrarmos na discussão, revelando a importância de considerar a complexidade dos atravessamentos interseccionais.

Em relação ao terceiro objetivo específico, que se refere a produzir junto com as participantes, novas trilhas de cuidados, sob a perspectiva interseccional, que possam ser prestados às pessoas em situação de violência sexual na rede intersetorial e ao quarto objetivo específico, que concerne em desenvolver elementos feministas para reposicionamento das práticas de cuidado às pessoas em situação de violência sexual, foi possível adentrarmos e aprofundarmos sobre os aspectos da interseccionalidade para compreendê-la e pensar práticas de cuidado. Nesse sentido, alguns elementos foram descritos e podem contribuir para a

construção de práticas mais sensíveis às vivências e realidades das mulheres negras, que frequentemente são atravessadas por múltiplas formas de violência.

Elementos que falam do cuidado na pessoa que chega; considerando os aspectos culturais e raciais, com competência cultural e aquilombamento; na escuta ativa; com uma rede de apoio, com cuidado coletivo e comunitário; respeitando à autonomia e modos de cuidar dessas mulheres; baseado na atenção integrada, com intervenções não punitivistas; que considere o combate à revitimização; que priorize a formação contínua, em que considere os marcadores de raça, gênero e classe; que possibilite autocuidado e o fortalecimento emocional e que também, possa desenvolver e considerar a importância do cuidado para quem cuida dessas mulheres.

A pesquisa também revelou os desafios significativos e limitações, como o envolvimento de mais participantes e de alcançar diferentes campos da Rede de Enfrentamento. Apesar disso, sua potência interventiva não foi reduzida. O campo trouxe as barreiras enfrentadas pelas profissionais, especialmente a dificuldade em conciliar rotinas intensas de vida e trabalho com a participação em estudos como este.

Esperamos que este trabalho contribua de modo significativo, para ampliar a compreensão das redes intersetoriais sobre as complexidades da violência sexual, e como podemos possibilitar cuidados mais sensíveis sob uma perspectiva interseccional, especialmente no que diz respeito às vivências de mulheres negras. Com isso, desejamos que a pesquisa possa inspirar novas trilhas de cuidado, que sejam mais atentas às realidades sociais e institucionais que atravessam os contextos de vida.

A relevância de trabalhos futuros reside em aprofundamentos nos debates sobre a violência sexual e a interseccionalidade como ferramenta analítica, especialmente em outras fases da vida com as infâncias, adolescências e juventudes. Mas também pela abertura à questão

interventiva, especialmente por meio de oficinas, enquanto espaços vivos de criação, escuta coletiva, capazes de tensionar normativas e produzir outras formas de saber e cuidado. Assim, pode-se ampliar a compreensão sobre esse dispositivo, no intuito de subsidiar políticas públicas, intervenções e práticas de cuidado mais justas.

Referências

- Akotirene, C. (2019). *Interseccionalidade*. São Paulo: Pólen.
- Arboit, J., Padoin, S. M. M., & Paula C. C. (2019). Critical path of women in situation of violence: an integrative literature review. *Rev Bras Enferm*, 72(3), 321-32. <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7167-2018-0265>
- Assis, T. F. de. (2018). *Rotas críticas de mulheres em situação de violência por parceiro íntimo no município do Rio de Janeiro a partir das perspectivas dos profissionais envolvidos no atendimento e das mulheres*. [Dissertação de Mestrado, Fundação Oswaldo Cruz]. Repositório Institucional da Fundação Oswaldo Cruz. <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/40371>
- Azevedo, B. J. S., & Jagun, M. (2023). Aquilombamento como modo de existência: diálogos entre Brasil e África. *ECOS*, 13(2).
- Barros, L. P. & Kastrup, V. (2015). Cartografar é acompanhar processos. In: Passos, E., Kastrup, V., Escóssia, L. da (Org.). *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. (pp. 52-75). Porto Alegre: Sulina.
- Barsted, L. L. (2016). O feminismo e o enfrentamento da violência contra as mulheres no Brasil. In: Sardenberg, C. M. B., and Tavares, M. S. comps. *Violência de gênero contra mulheres: suas diferentes faces e estratégias de enfrentamento e monitoramento* [online]. Salvador: EDUFBA. (pp. 17-40). Bahianas collection, v. 19. <https://doi.org/10.7476/9788523220167.0002>

- Baragatti, D. Y., Rolim, A. C. A., Castro, C. P. de, Melo, M. C. de., & Silva, E. M. (2019). Rota crítica de mulheres em situação de violência: revisão integrativa. *Rev Panam Salud Publica*, 43(34). <https://doi.org/10.26633/RPSP.2019.34>
- Baremlitt, G. F. (2002). *Compêndio de análise institucional e outras correntes: teoria e prática*. 5ª ed., Belo Horizonte, MG: Instituto Felix Guattari.
- Benevides, B. G. (2025). *Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2024*. ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais). Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA.
- Bento, B. (2016). Transfeminicídio: violência de gênero e o gênero da violência. In: Leandro Colling (Org.), *Dissidências sexuais e de gênero*. (pp. 43-67). EDUFBA.
- Brasil. (2011a). *Rede de enfrentamento à Violência contra as mulheres*. Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Presidência da República.
- Brasil. (2011b). *Política Nacional de enfrentamento à Violência contra as mulheres*. Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres Secretaria de Políticas para as Mulheres. Presidência da República.
- Biroli, F., & Miguel, L. F. (2015). Gênero, raça, classe: opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades. *Mediações - Revista De Ciências Sociais*, 20(2), 27–55. <https://doi.org/10.5433/2176-6665.2015v20n2p27>
- Carbajal, M. (2018). “*El problema de la violencia sexual es político, no moral*”. Entrevista a la antropóloga Rita Segato, una estudiosa de la violencia machista. Página|12.

<https://www.pagina12.com.ar/162518-el-problema-de-la-violencia-sexual-es-politico-no-moral>

Carine, B. (2025). *E eu não sou uma intelectual?: um quase manual de sobrevivência acadêmica*. São Paulo: Planeta do Brasil.

Carmo, M. E. do; & Guizardi, F. L. (2018). O conceito de vulnerabilidade e seus sentidos para as políticas públicas de saúde e assistência social. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 34(3), e00101417. <https://doi.org/10.1590/0102-311X00101417>

Carneiro, S. (2023). *Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser*. Rio de Janeiro: Zahar.

Carneiro, S. (2019). Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: Heloísa Buarque Hollanda (Org.), *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*, (pp. 325-333). Bazar do Tempo.

Carneiro, S. (2003). Mulheres negras, violência e pobreza. *Programa de Prevenção, Assistência e Combate à Violência Contra a Mulher. Plano Nacional: diálogos sobre violência doméstica e de gênero: construindo políticas públicas*. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Brasília: A Secretaria.

Carvalho, K. de P., Batista, C. B., & Queiroz, I. S. de. (2024). A saúde da população negra e a construção de políticas públicas pautadas no cuidado interseccional. *Mnemosine*, 19(2). <https://doi.org/10.12957/mnemosine.2023.85820>

Collins, P. H. (2020). *Interseccionalidade* [recurso eletrônico]. Patricia Hill Collins, Sirma Bilge. Tradução Rane Souza. 1ª ed. São Paulo: Boitempo.

- Collins, P. H. (2019). *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política de empoderamento*. Tradução Jamille Pinheiro Dias. 1ª ed. São Paulo: Boitempo.
- Conselho Federal de Psicologia. (2024). *Referências técnicas para atuação de psicólogas(os) no atendimento às mulheres em situação de violência* / Conselho Federal de Psicologia, Conselhos Regionais de Psicologia, Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas. 2ª ed. São Paulo: GM Editorial; Brasília: CFP.
- Corrêa B. F., Sffair, L. V. S., & Machado, P. S. (2025). A produção escrita de mulheres negras nos espaços acadêmicos da pós-graduação. *Pontos de Interrogação – Revista de Crítica Cultural*, 14(2), p. 301–314. <https://doi.org/10.30620/pdi.v14n2.p301>.
- Crenshaw, K. W. (1989). Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics, *University of Chicago Legal Forum*: Vol. 1989, Article 8.
- Davis, A. (2016). *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo.
- Dienemann, J., Campbell, J., Wiederhorn, N., Laughon, K., & Jordan, E. (2003). A critical pathway for intimate partner violence across the continuum of care. *Journal of obstetric, gynecologic, and neonatal nursing: JOGNN*, 32(5), 594–603. <https://doi.org/10.1177/0884217503256943>
- D’Oliveira, A. F. P. L., & Schraiber, L. B. (2013). Mulheres em situação de violência: entre rotas críticas e redes intersetoriais de atenção. *Revista De Medicina*, 92(2), 134-140.
- D’Oliveira, A. F. P. L., & Schraiber, L. B. (2017). Políticas públicas e atenção às mulheres em situação de violência: contribuições acerca da integralidade em saúde. In: Roseni Pinheiro, Tatiana Gerhardt & Felipe Dutra Asensi (Orgs.), *Vulnerabilidades e*

resistências na integralidade do cuidado: pluralidades multicêntricas de ações, pensamentos e a (re)forma do conhecimento (pp. 91-103). CEPESC / IMS /UERJ, ABRASCO.

Duarte, M. (2024). *Não Desiste* (Visualizer Oficial). YouTube.

<https://www.youtube.com/watch?v=eGMxBWcrYP8>

Enap. (2023). *Onboarding - Aula magna: a Justiça é uma mulher negra*. Livia Sant'Anna Vaz. YouTube. <https://www.youtube.com/watch?v=-vnh0gBTQdo>

Foucault, M. (2007). *Microfísica do Poder*. Organização e Introdução de Roberto Machado. 3ª ed. Rio de Janeiro: Graal.

Fonseca, E. de S. da. (2018). *Equidade na atenção às mulheres em situação de violência na atenção básica de saúde*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul]. Repositório Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/202566>

Formiga, G. C. B., Feldens, D. G., & Arditti, R. G. (2023). Feminismos interseccionais: problematizando o sujeito do feminismo. *Revista Brasileira De Educação*, 28, e280086. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782023280086>

Fórum Brasileiro de Segurança Pública. (2024). *18º Anuário Brasileiro de Segurança Pública*. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Recuperado de <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2024/07/anuario-2024.pdf>.

Gimenes, J. (2021). *Trabalhadoras na rota crítica da violência: experiências e práticas de construção da política de enfrentamento à violência contra as mulheres na cidade de São Paulo*. [Dissertação de Mestrado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências

Humanas, Universidade de São Paulo]. Repositório Institucional da Universidade de São Paulo. doi:10.11606/D.8.2021.tde-25052021-111009

Gonzalez, L. (2020). *Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: Ensaio, Intervenções e Diálogos*. Rio Janeiro: Zahar.

Geledés. (2018). *Maya Angelou: “Ainda assim eu me levanto”*.

<https://www.geledes.org.br/maya-angelou-ainda-assim-eu-me-levanto/>

Heckert, A. (2017). Redes de Políticas Públicas e os desafios para a Integralidade do Cuidado à Mulher: lugar de mulher é onde ela quiser. In: Pinheiro, R., Engel, T., & Asensi, F. D. (Orgs.). *Vulnerabilidades e resistências na integralidade do cuidado: pluralidades multicêntricas de ações, pensamentos e a (re)forma do conhecimento*. Rio de Janeiro: CEPESC / IMS /UERJ, ABRASCO, 2017.

IBGE (2023). *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*. Disponível em:

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/parnaiba/panorama> Acesso: 30 agosto 2023.

Krug, E. G., Dahlberg, Linda L., Mercy, J. A., Zwi, A. B., Lozano, R. et al. (2002). *World report on violence and health*. World Health Organization. Disponível em:

<https://apps.who.int/iris/handle/10665/42495> Acesso: 01 de abr de 2023.

Leal, H. M. (2021). A interseccionalidade como base do feminismo negro. *Cadernos De*

Ética E Filosofia Política, 39(2), 21-32. [https://doi.org/10.11606/issn.1517-](https://doi.org/10.11606/issn.1517-0128.v39i2p21-32)

[0128.v39i2p21-32](https://doi.org/10.11606/issn.1517-0128.v39i2p21-32)

Lima, L. L. A., Lima, F., & Oliveira, L. R. (2022). Mulheres negras, subjetivação e trauma colonial: bem viver e futuridade. *Revista da ABPN*, 14, 60-77.

<https://doi.org/10.31418/2177-2770.2021.v13.c3.p60-77>.

- Lorde, A. (2013). *Os usos da raiva: mulheres respondendo ao racismo*. Geledés - Instituto da Mulher Negra, Trad.. Geledés. Disponível: <https://www.geledes.org.br/os-usos-da-raiva-mulheres-respondendo-ao-racismo/>
- Lourau, R. (1993). *Análise Institucional e práticas de pesquisa-René Lourau na UERJ*. Rio de Janeiro: UERJ.
- Lugones, M. (2020). Colonialidade e gênero In: Heloísa Buarque Hollanda (Org.), *Pensamento feminista: perspectivas decoloniais* (pp. 59-93). Bazar do Tempo.
- Machado, L. P. de S. A. (2021). *Escrevivências clínicas: violência sexual na vida de meninas negras - um triplo trauma*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Católica de Pernambuco - UNICAP]. Repositório Institucional Universidade Católica de Pernambuco: <http://tede2.unicap.br:8080/handle/tede/1547>
- Mansano, S. R. V. (2009). Sujeito, subjetividade e modos de subjetivação na contemporaneidade. *Revista de Psicologia da UNESP*, 8(2). Disponível: <https://revpsico-unesp.org/index.php/revista/article/view/78>
- Mendes, R., Pezzato, L. M., & Sacardo, D. P. (2016). Pesquisa-intervenção em promoção da saúde: desafios metodológicos de pesquisar “com”. *Ciência & Saúde Coletiva*, 21(6), 1737–1746. <https://doi.org/10.1590/1413-81232015216.07392016>
- Meneghel, S. N. (2012). Situações limitadas decorrentes da violência de gênero. *Atena Digital. Revista de Pensamento e Investigação Social*, 12(3), 227-236.
- Merhy, E. E. (1999). *O Ato de Cuidar: a Alma dos Serviços de Saúde*. Departamento de Medicina Preventiva e Social – UNICAMP.

Monceau, G. A. (2013). Socioclínica institucional para Pesquisas em Educação e em Saúde.

In: L'abbate, S., Mourão, L. C., Pezzato, L. M. (Org.). *Análise Institucional e Saúde Coletiva no Brasil*. São Paulo: Hucitec.

Moraes, M. O., & Quadros, L. C. de T. (2020). Ciência no feminino e narrativas de pesquisa: PesquisarCOM e a artesanaria na pesquisa. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 15(3), 1-14.

Ministério das Mulheres. (2025a). *Marcos Legais. Leis que visam prevenir e coibir a violência contra as mulheres*. Disponível em: <https://www.gov.br/mulheres/pt-br/assuntos/leis-nacionais-e-marcos-legais>

Ministério das Mulheres. (2025b). *MJSP e Ministério das Mulheres lançam políticas de prevenção e enfrentamento à violência contra as mulheres*. Disponível em: <https://www.gov.br/mulheres/pt-br/central-de-conteudos/noticias/2025/marco/mjsp-e-ministerio-das-mulheres-lancam-politicas-de-prevencao-e-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres>

Müller, M. R., Lima, R. C., & Ortega, F. (2023). Repensando a competência cultural nas práticas de saúde no Brasil: por um cuidado culturalmente sensível. *Saúde E Sociedade*, 32(3), e210731pt.

Nascimento, M. L., & Lemos, F. C. S. (2020). A pesquisa-intervenção em Psicologia: os usos do diário de campo. *Barbarói*, 57, 239-253. Disponível em: <https://doi.org/10.17058/barbaroi.v0i57.14675>

Passos, E., & Barros, R. B. (2015). A cartografia como método de pesquisa-intervenção. In: Passos, E., Kastrup, V., Escóssia, L. da (Org.). *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. (pp. 17-31). Porto Alegre: Sulina.

- Pinheiro, R., & Guizardi, F. L. (2005). Cuidado e integralidade: Por uma genealogia de saberes e práticas no cotidiano. In: Pinheiro, R. & Mattos, R. A. (Orgs.). *Cuidado: as fronteiras da integralidade*, 2ª ed., (pp. 21-36). Rio de Janeiro: Cepesc/ UERJ/Abrasco.
- Pinto, I. V., Andrade, S. S. de A., Rodrigues, L. L., Santos, M. A. S., Marinho, M. M. A., Benício, L. A., Correia, R. S. de B., Polidoro, M., & Canavese, D. (2020). Perfil das notificações de violências em lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais registradas no Sistema de Informação de Agravos de Notificação, Brasil, 2015 a 2017. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, 23(1). <https://doi.org/10.1590/1980-549720200006.supl.1>
- Place, J. M. S., Billings, D. L. & Valenzuela, A. (2019) Experiências pós-estupro de mulheres com serviços de saúde da Guatemala. *Health Care for Women International*, 40(3), 278-294. <https://doi.org/10.1080/07399332.2018.1545230>
- Prado Filho, K., & Martins, S. (2007). A subjetividade como objeto da(s) psicologia(s). *Psicologia & Sociedade*, 19(3), 14–19. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822007000300003>
- Provecho, A. B. A., Gema, P. P. & Pino, C. G. (2018). Violência por parceiro contra mulheres e profissionais de saúde da atenção especializada. *Anales de Psicologia*, 34(2), 348-358. <https://dx.doi.org/10.6018/analesps.34.2.294441>
- Rimoli, T. M., Santos, A. P. M. B., Pires, L. J. A., & Mendes, E. C. (2023). Aquilombamento como ferramenta de resistência e promoção de saúde da população negra. *Rev. Saúde Col. UEFS*, 13(2), e-9284.
- Rocha, M. L. da. (2006). Psicologia e as práticas institucionais: A pesquisa-intervenção em movimento. *Psico*, 37(2).

- Rocha, M. L. da., & Aguiar, K. F. de. (2003). Pesquisa-intervenção e a produção de novas análises. *Psicologia: Ciência E Profissão*, 23(4), 64–73. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932003000400010>
- Romagnoli, R. C. (2014). O conceito de implicação e a pesquisa-intervenção institucionalista. *Psicologia & Sociedade*, 26(1), 44–52. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822014000100006>
- Romeiro, N. L. & Bezerra, A. C. (2020). A naturalização da violência contra a mulher e a trajetória da criminalização da violência sexual no Brasil. *Tendências da Pesquisa Brasileira e Ciência da Informação, ANCIB*, 13(1). <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/159390>
- Ruschel, A. E., Machado, F. V., Giugliani, C., & Knauth, D. R. (2022). Mulheres vítimas de violência sexual: rotas críticas na busca do direito ao aborto legal. *Cadernos De Saúde Pública*, 38(10), e00105022. <https://doi.org/10.1590/0102-3111XPT105022>
- Sagot, M. (2000). *Ruta Crítica de las mujeres afectadas por la violencia intrafamiliar en América Latina*. Washington: Organización Panamericana de la Salud.
- Santos, D. L. A. dos., & Fonseca, R. M. G. S. da. (2022). Necessidades em saúde de mulheres vítimas de violência sexual na busca pelo aborto legal . *Revista Latino-americana De Enfermagem*, 30, e3561. <https://doi.org/10.1590/1518-8345.5834.3561>.
- Segato, R. L. (2016). Cinco debates feministas. Temas para una reflexión divergente sobre la violencia contra las mujeres. In: Segato, R. L. *La guerra contra las mujeres*. Madrid: Traficantes de Sueños.

- Segato, R. L. (2005). Território, soberania e crimes de segundo Estado: a escritura nos corpos das mulheres de Ciudad Juarez. *Revista Estudos Feministas*, 13(2), 265–285. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2005000200003>
- Spink, M. J., Menegon, V. M., & Medrado, B. (2014). Oficinas como estratégia de pesquisa: articulações teórico-metodológicas e aplicações ético-políticas. *Psicologia & Sociedade*, 26(1), 32–43. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822014000100005>
- Tassinari, T. T. (2020). *Mulheres estudantes universitárias em situação de violência de gênero e a rota crítica para o seu enfrentamento*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Maria]. Repositório Institucional da Universidade Federal de Santa Maria. <http://repositorio.ufsm.br/handle/1/22229>
- Vergès, F. (2021). *Uma teoria feminista da violência: por uma política antirracista da proteção*. São Paulo: Ubu Editora.
- Weinmann, A. de O. (2006). Dispositivo: um solo para a subjetivação. *Psicologia & Sociedade*, 18(3), 16–22. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822006000300003>
- Zoboli, E. (2007). Cuidado: práxis responsável de uma cidadania moral. In: Pinheiro, R. & Mattos, R. A. org. *Razões públicas para a integralidade: o cuidado como valor*. Rio de Janeiro: IMS/UERJ: CEPESC: ABRASCO, 2007.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO PARNAÍBA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

A Sra está sendo convidada a participar como voluntária do projeto de pesquisa “A Rota Crítica da Violência Sexual e as Práticas de Cuidado sob o Enfoque das Perspectivas Feministas”, sob a responsabilidade do pesquisador Prof. Dr. João Paulo Sales Macedo (orientador) e da psicóloga Ryanne Wenecha da Silva Gomes (mestranda).

O projeto tem como objetivo, compreender a Rota Crítica da violência sexual, sob a perspectiva interseccional, como analisador dos processos institucionais e das práticas de cuidado, reconhecendo os elementos que compõem a rede do dispositivo da violência sexual contra mulheres negras, através da realização de oficinas.

Para a realização dessa pesquisa, solicitamos sua colaboração mediante a assinatura desse documento que visa assegurar seus direitos como participante. Sua participação é voluntária, sem custos a senhora, e se dará por meio da participação em oficinas com pessoas pertencentes a Rede de Enfrentamento a Violência contra Mulheres, que aceitarem participar da pesquisa. Serão três encontros, em dois dias seguidos, que terão duração de aproximadamente 2h, marcados para acontecer na Universidade Federal do Delta do Parnaíba.

Considerando que toda pesquisa com seres humanos envolve riscos as participantes, informamos que os riscos dessa pesquisa são relativos a possíveis desconfortos de ordem psicológica, que podem acontecer devido ao compartilhamento das informações sobre a temática estudada. Assim, caso ocorra alguma intercorrência, será realizado acolhimento, momento de escuta e caso seja necessário, encaminhamento ao Serviço Escola de Psicologia da UFDPAr.

Ao assinar este Termo a senhora concorda em permitir o registro de imagens e a gravação em áudio dos encontros. As imagens e a gravação serão posteriormente utilizadas única e exclusivamente para fins de produção de dados que irão compor a pesquisa. Ressaltamos que o sigilo da sua identidade será preservado através de estratégias de uso de nomes fictícios e resguardando as informações que possivelmente possam identificar as identidades das participantes na descrição das narrativas. Os arquivos da pesquisa serão guardados por cinco anos após a realização desta e após este período serão destruídos.

Se a senhora aceitar participar, contribuirá para o fomento da pesquisa, e para uma maior compreensão sobre os processos institucionais na Rota Crítica da violência sexual, aliando assim o debate interseccional para qualificar as ações de cuidado.

Contudo, pode se recusar a responder (ou participar de qualquer procedimento), podendo desistir de participar em qualquer momento, sem nenhum prejuízo para a senhora.

Todos os resultados dessa pesquisa serão utilizados apenas para a sua execução, cuja finalidade é acadêmico-científica (divulgação em revistas e eventos científicos), e seus dados ficarão sob sigilo e guarda do pesquisador responsável. Também lhe será assegurada o direito de assistência integral gratuita contra quaisquer danos diretos/indiretos e imediatos/tardios decorrentes da pesquisa, pelo tempo que for necessário. Caso haja algum dano direto/indireto decorrente de sua participação, não sanado pelo responsável, a senhora poderá buscar indenização por meio das vias legais vigentes no Brasil.

Se a senhora tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, antes ou mesmo depois de indicar sua concordância, a senhora pode esclarecê-las com o pesquisador responsável, João Paulo Sales Macedo pelo telefone/celular (disponível também para ligação a cobrar) ou pelo e-mail jpmacedo@ufdpar.edu.br . Se preferir, pode levar esse Termo para casa e consultar seus familiares ou outras pessoas antes de decidir participar. Se mesmo assim as dúvidas persistirem,

a senhora pode entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da UFDPAr (CEP/UFDPAr), que é um colegiado interdisciplinar, independente, que acompanha, analisa e julga se as pesquisas científicas que envolvem seres humanos preservam a integridade e dignidade do participante da pesquisa, no seguinte endereço: Universidade Federal do Delta do Parnaíba, *Campus* Ministro Reis Velloso; localizado na Av. São Sebastião, 2819, Bairro Reis Velloso, Parnaíba/PI; Espaço de Ciências Sociais e Humanas – ECSH, bloco 05, sala 03; com atendimento ao público de segunda à sexta-feira das 14h às 17h30min., ou pelo celular (86) 99427-1383; ou pelo e-mail: propopi.cep@ufdpar.edu.br.

Esse Termo será elaborado em duas VIAS, rubricado em todas as suas páginas e assinado ao seu término pela senhora e pelo pesquisador responsável, ficando uma via com cada um.

CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO

Ciente e de acordo com o que foi anteriormente exposto, eu,
 _____, estou de acordo em participar desta pesquisa, assinando este consentimento em duas vias, e ficando com a posse de uma delas.

Parnaíba-PI, ____ / ____ / ____

Assinatura da Participante

Contatos (celular ou e-mail)

Assinatura do Pesquisador Responsável Contatos (jpmacedo@ufdpar.edu.br).